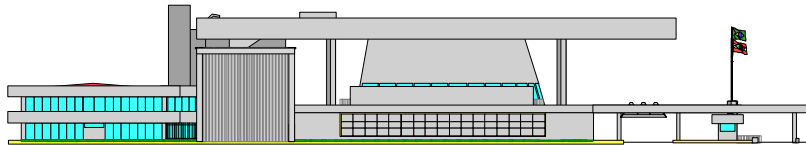


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 02 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.527

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta

1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel

2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol

3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczaí

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
João Henrique Blasi
Hans Fritsche
Júlio Vânio Celso Teixeira
Pedro Uczaí
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel
Eni José Voltolini
Leodegar Tiscoski
Ivo Konell
Sérgio de Souza Silva
Paulo Vidal
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss
Jorginho Mello

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Idelvino Furlanetto
Pedro Uczaí

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Sérgio de Souza Silva
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto
Jorginho Mello

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori
Leodegar Tiscoski
Manoel Mota
Paulo Vidal
Norberto Stroisch Filho
Volnei Morastoni
Ciro Marcial Roza

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Luiz Roberto Herbst
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Ideli Salvatti
Onofre Santo Agostini

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Udo Wagner
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Ivo Konell
Sérgio de Souza Silva
Cesar Antônio de Souza
Volnei Morastoni

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto
Olices Santini
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Hans Fritsche
Ideli Salvatti
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Hans Fritsche
Norberto Stroisch Filho
Júlio Vânio Celso Teixeira
Carlito Merss

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora em exercício:

Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE



Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 921**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 017ª Sessão Ordinária
realizada em 19/03/1998..... 2
Ata da 018ª Sessão Ordinária
realizada em 24/03/1998..... 13
Ata da 002ª Sessão Especial
realizada em 24/03/1998..... 16
Ata da 002ª Sessão Solene
realizada em 24/03/1998..... 23

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 29

Publicações Diversas

Portarias 29

Projetos de Lei 30

Projeto de Resolução 32

P L E N Á R I O

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 19 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Meres - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olíces Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

3251, encaminhando primeiros termos aditivos

a convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que mencionam;

3252, encaminhando termo de convênio celebrado entre o Ministério da Aeronáutica/Quinto Serviço Regional de Aviação Civil - Sera C5, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado - Comando Geral;

3253, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, gestora do Fundo de Melhoria da Polícia Militar - Fupom, com o Município de São José;

3254, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Canoinhas;

3255, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com os Municípios que mencionam;

3256, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, gestora do Fundo de Melhoria da Polícia Militar - Fupom, com os municípios que mencionam;

3257, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa

Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com os Municípios que menciona;

3258, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que mencionam;

3259, encaminhando primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com o Município de Guabiruba;

3260, encaminhando termo de rescisão (denúncia) do convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Anita Garibaldi;

3261, encaminhando terceiro termo aditivo ao Convênio nº 002/95, celebrado entre a Fundação do Meio Ambiente - Fatma e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC, com a intervenção da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM, visando o estabelecimento de Cooperação Técnica/Financeira em atividades de Fiscalização Ambiental, prevista no Projeto de Recuperação e Manejo de Recursos naturais em microbacias hidrográficas (Projeto/Microbacias/Bird);

3262, encaminhando oitavos, nono e décimos primeiros termos aditivos aos convênios, todos

firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, com as entidades sociais que menciona;

3263, encaminhando primeiros e segundos termos aditivos aos convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com as entidades que menciona;

3264, encaminhando segundos e primeiros termos aditivos aos convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com as entidades que menciona;

3265, encaminhando termos de acordo e compromisso, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina - DER, com os Municípios que menciona;

3266, encaminhando termos de cessão de uso, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com os Municípios que menciona;

3267, encaminhando termos de rratificação aos termos de acordo e compromisso, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com os Municípios que mencionam;

3268, encaminhando segundo e primeiro termo aditivo aos convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com as entidades que mencionam;

3269, encaminhando termos de rratificação aos termos de acordo e compromisso, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com os Municípios que mencionam;

3270, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e o Banco do Brasil S/A, com a intervenção das Secretarias de Estado da Fazenda e da Educação e do Desporto, para distribuição de Recursos no âmbito do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, provenientes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

3271, encaminhando termo de rescisão do convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com o Município de Tubarão;

3272, encaminhando termo de rratificação e aditamento ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com o Município de Timbó;

3273, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Fazenda, com a Associação de Moradores e Agricultores de Santo Antônio, e a intervenção do Município de Concórdia;

3274, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios que menciona;

3275, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com as entidades que menciona;

3276, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia

Militar do Estado de Santa Catarina/Fumpom, com os Municípios que menciona;

3277, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda, com os Municípios que menciona;

3278, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a intervenção do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - Badesc, e os Municípios que menciona;

3279, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda, com o Município de Armazém;

3280, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e o Lions Clube Curitibanos Centenário, com sede no Município de Curitibanos;

3281, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e o Projeto Pão e Vida - Propavi, com sede no Município de Chapecó;

3282, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, Fundo Municipal de Assistência Social, com o Município de Indaial;

3283, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Itajaí, através do Fundo Municipal de Assistência Social;

3284, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, e a Fundação Vida Apoio a Família Catarinense, com sede no Município de Florianópolis;

3285, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, com o Município de Campo Alegre;

3286, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, com sede no Município de Florianópolis;

3287, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER e a Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, com sede no Município de Araranguá;

3288, encaminhando Termo de Convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com a Escola Técnica Federal de Santa Catarina - Etfsc;

3289, encaminhando termo de rratificação ao Convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a intervenção do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - Badesc, e o Município de São João Batista;

3290, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina,

através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, sediada no Município de São José;

3291, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, Fundo de Transportes, com o Município de Salete;

3292, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a Associação de Municípios do Entre Rios/SC - Amerios;

3293, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura com o Município de Novo Horizonte;

3294, encaminhando quarto termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a intervenção do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - Badesc, e o Município de Araranguá;

3295, encaminhando décimo termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, com a Fundação Educacional de Criciúma;

3296, encaminhando termos de cooperação técnica e financeira, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com os Municípios que menciona;

3297, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com os Municípios que menciona;

3298, encaminhando quarto termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, Departamento de Transportes e Terminais - Deter, com o Município de Canoinhas;

3299, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a intervenção do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - Badesc, e os Municípios que menciona;

3300, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que menciona;

3301, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, e os Municípios que menciona;

3302, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde gestora do Fundo Estadual de Saúde, com as entidades sociais e o Município que menciona;

3303, encaminhando primeiro, segundos e quintos termos aditivos de rratificação aos convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com os Municípios que menciona;

3304, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios que menciona;

3305, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios que menciona;

3306, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios que menciona;

3307, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Fundos Municipais de Assistência Social, dos Municípios que menciona;

3308, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com os Municípios que menciona;

3309, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com os Municípios que menciona;

3310, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, com as entidades sociais que menciona;

3311, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com os Municípios que menciona;

3312, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que menciona;

3313, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com o Consórcio Regional de Saúde do Hospital Lenoir Vargas Ferreira, no Município de Chapecó;

3314, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Joaçaba;

3315, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a intervenção da Delegada Geral da Polícia Civil, com o Município de Jupiá;

3316, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios que mencionam;

3317, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a intervenção do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - Badesc, com os Municípios que mencionam.

PROJETO DE LEI:

- de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti, e outros senhores Deputados, que regulamenta o art. 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como o inciso VI do art. 162 da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelecem gestão democrática do en-

sino público, adotado o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto, para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos Escolares, nos termos desta Lei.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

- de autoria do senhor Deputado Pedro Uczai e outros senhores Deputados, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina e dá outras providências.

OFÍCIO Nº:

141/98, do senhor Secretário de Estado da Saúde, acusando o recebimento do Ofício DP/50/98, datado de 10 do corrente mês.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, dois dias atrás tive uma manifestação muito dura, firme, quando verifiquei neste Plenário uma tentativa que, com certeza, não será bem sucedida, ou seja, a tentativa de uma bipolarização já em relação às eleições de 1998 entre o PMDB e o PPB. Então, vamos participar dessa discussão.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. se referiu ao cidadão que está ali, ao lado, mas, inclusive, não esqueça que V.Exa. votou nele - e deve estar arrependido até o inferno de ter votado nele!

V.Exa. também se referiu ao Senador Esperidião Amin naqueles termos. Mas V.Exa. esquece de se referir a um carrasco que está no Governo e que foi candidato a Governador de V.Exa., o senhor Nelson Wedekin.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Faço autocrítica. E V.Exa. tem toda razão.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Esse cidadão está fazendo um crime contra a sociedade catarinense com relação ao saneamento. É uma verdadeira afronta o que está sendo feito. Vender um patrimônio de 780 milhões, corrigidos, por 71 milhões, é uma afronta!

Eu só queria fazer esse adendo para enriquecer o seu discurso.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado Lício Silveira, quero refrescar a sua memória. V.Exa. não era obrigado a conhecer as questões internas. Em 1994, quando nós discutimos a questão da Frente, eu, internamente, no PT, sempre tive a posição contrária ao apoio não ao PDT mas, sim, especificamente a esse Senador.

Portanto, faço minha a culpa, reconheço que foi equívoco tê-lo apoiado.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - (Intervindo) - Deputado Carlito Merss, V.Exa. recrudescer, porque em 1994 foi o seu Partido que ajudou a eleger o atual Governador! Então, faça a sua culpa, porque V.Exa. tem muita culpa.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Já fiz.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Eu só gostaria de dizer que quando vejo V.Exa. na tribuna ou qualquer outro Deputado do PT, eu vejo exatamente o Paulo Afonso, eu vejo exatamente o Nelson Wedekin, porque V.Exas.

deram apoio crítico para eles, deram apoio crítico, elogiaram, disseram que eram os mais preparados. Então, a maturidade decantada por V.Exa., do seu Partido, não é assim tão grande.

Quero falar mais uma coisa. V.Exa., que bate tanto no PPB, deve lembrar do seguinte: em Santa Catarina o seu Partido não conseguiu repetir um mandato a nível de Prefeitura Municipal. Lembra-me de Campo Eré, que foi a primeira Prefeitura que o PT conquistou no Estado, que hoje não elegeu nenhum Vereador lá. Então, não é um Partido assim tão perfeito.

Quero lembrar outra coisa: quanto ao Prefeito da cidade, através da segunda cidade mais importante do seu Partido, Chapecó, jogaram areia nele, no Distrito Sede Trentin, semana passada. V.Exa. deve saber daquele decalque que encheu a cidade de Chapecó: "Votei no PT e levei no IPTU".

Então, nós vamos fazer uma comparação com a eficiência administrativa do seu Partido...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Justamente isso que eu vou...

O Sr. Deputado Olices Santini - Se ele tiver que polarizar, eu acho que V.Exa. deve fazer campanha das vantagens do PT, fazer apologia da filosofia Partidária do PT. Agora, deixe os outros fazerem das deles, porque viver só de crítica em cima dos outros não dá. Dê uma olhada no rastro que o seu Partido também tem deixado em Santa Catarina, pois que elegeu o Paulo Afonso.

V.Exa. um dia confidenciou para mim que concordava comigo, porque a sua candidatura ao Senado teve influência decisiva na eleição do Paulo Afonso, no Oeste catarinense. V.Exa. me disse isso.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Claro! O PT elegeu o Paulo Afonso em segundo turno.

O Sr. Deputado Olices Santini - Dê uma retroagida e olhe as atitudes do seu Partido também! Não fique aqui simplesmente querendo criticar os outros para poder crescer em cima da crítica isolada de outros Partidos e de outros candidatos.

Eu gosto também de fazer essa comparação e vou fazer com Chapecó também!

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

Justamente é essa discussão que eu quero fazer, porque eu não vou aceitar a polarização Arena/MDB. Os catarinenses não aguentam mais isso, Deputado Olices Santini. E vou me ater, inclusive, a um jornal, que não é um jornal nosso, petista, vou me ater ao Diário Catarinense, edição de quinta-feira, página 03: (Passa a ler)

"O exemplo de Blumenau

Em meados do ano passado, o sistema de transporte coletivo de Blumenau passou por uma grande transformação. A principal foi a renovação de 30% da frota em apenas três meses. As empresas concessionárias precisaram comprar 87 ônibus novos, entre eles 24 articulados, e pintar a frota em cores padronizadas. A reforma do sistema incluiu a criação de 11 novas linhas urbanas e 320 novos horários, que aumentaram a quilometragem rodada pelos coletivos em 40 mil quilômetros por dia.

O projeto comandado pela Prefeitura acaba de obter reconhecimento internacional. Foi classificado entre os trabalhos a serem apresentados durante o 3º Congresso de Engenharia do Transporte, que será realizado em Barcelona, na Espanha, de 17 a 19 de junho. A exposição será feita pelos engenheiros responsáveis pela implantação do projeto. E o

Prefeito Décio Lima recebeu convite oficial dos organizadores do evento."

Essa questão do aumento dos ônibus e do transporte foi polêmica. Causou, parece-me, um mandado de segurança ou uma ação que foi, inclusive, julgada, ou deverá ser julgada, aqui, no Tribunal de Justiça.

Desde o início as informações que nós tínhamos colocavam claramente as dificuldades que o Prefeito teria em manter a qualidade dos ônibus e principalmente aumentar o serviço. Por quê? Porque o Prefeito anterior, de forma política, o ex-Prefeito Renato Vianna, não fez o aumento que todas as cidades fizeram. E nós tínhamos, Deputado Lício Silveira, planilhas, inclusive, que colocavam a Prefeitura em uma situação difícil, com toda a assessoria que tivemos de gente que implantou o sistema em Curitiba, que hoje assessora Blumenau, provando que efetivamente a tarifa de R\$0,60 era deficitária.

Tivemos um desgaste político muito grande, Deputado Gilmar Knaesel. V.Exa. que é da região conhece o ataque que continuamos sofrendo por parte da imprensa de Blumenau. E hoje está provado, porque nós simplesmente não fizemos o aumento como na maioria dos Municípios acontece. Nós amarramos isso, sofremos o desgaste político, mas exigimos melhoria da frota. E está aqui provado, porque essas entidades não dão prêmios de qualquer forma. Eles analisam e verificam se efetivamente houve essa melhoria para o público e para o coletivo.

Então, eu quero dizer o seguinte: vou fazer esses cotejamentos. E tenho dito muito aqui na tribuna: não acho que a situação dos Municípios esteja boa. Acho que a situação de Florianópolis, como a de Criciúma, de Joinville, está ruim. Por isso eu não aceito a propaganda faraônica gasta em Joinville, fazendo de conta que Joinville é o único Município do Brasil que está numa situação boa. Não é verdade! Em função dessa política centralizadora todos os Municípios têm dificuldades, sim. Agora, temos que achar fórmulas diferenciadas de melhorar a vida. E aí são decisões políticas que muitas vezes mudam a forma de administrar o Município.

Deputada Ideli Salvatti, não sei se V.Exa. já viu o Diário Catarinense de hoje, pág. 3, que diz que o exemplo de Blumenau, na melhoria da falta de ônibus, ganhou um prêmio internacional reconhecido como um dos melhores trabalhos que será apresentado agora em Barcelona, em junho, no 3º Congresso de Engenharia do Transporte.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Rapidamente, porque o seu tempo está curto, eu gostaria de dizer que a estrutura do transporte de passageiros de Blumenau é uma das melhores que eu conheço. Ela vem de anos de investimentos, com construções de terminais urbanos que determinam a chegada a um determinado ponto, e, depois, o transporte ao centro é limitado a alguns ônibus, o que fez diminuir o tráfego de ônibus no centro da cidade, sem faltar ônibus para os passageiros. Foi aumentado, realmente, o número de ônibus dentro do transporte.

V.Exa. colocou muito bem sobre a amarração que houve do aumento com o número de quilometragem a ser efetuado.

Isso é um exemplo a ser seguido, sem aqui fazer apologia com o PT, mas realmente foi o aumento que trouxe desgaste para a administração, mas trouxe a contrapartida.

Quero dizer que a infra-estrutura

básica foi iniciada quando Kleinübing foi Prefeito de Blumenau e depois teve, no Renato Vianna, uma continuidade pequena, mas hoje, realmente, a estrutura está muito boa.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Na verdade, eu vou ler, no momento oportuno, parte da coluna de hoje do jornalista Paulo Alceu, na página 14 desse jornal, que fala sobre a questão do Código de Ética, que, com certeza, é um dos documentos mais importantes que esta Casa vai aprovar.

No momento oportuno, senhor Presidente, falarei sobre o Código de Ética.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu quero, nesta manhã, apresentar um anteprojeto do que poderá ser o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento das nossas Regiões Metropolitanas do Norte e Nordeste de Santa Catarina.

Esta Casa aprovou em fins do ano passado o projeto de lei complementar que cria as Regiões Metropolitanas da Grande Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte e Nordeste de Santa Catarina.

Naquele dispositivo, aprovado por esta Casa e sancionado no dia 6 de janeiro do corrente ano pelo senhor Governador Paulo Afonso - que levou o número 162, portanto hoje é Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, criando as nossas Regiões Metropolitanas - está prevista a sua instalação num prazo não superior a 180 dias, ou seja, no dia 6 de julho do corrente ano. Até lá o senhor Governador certamente irá convocar os membros do Conselho de Desenvolvimento das nossas Regiões Metropolitanas.

Como uma contribuição, uma colaboração a esse Conselho, estamos, este Deputado e lideranças das Regiões Norte e Nordeste de Santa Catarina, apresentando um anteprojeto a fim de que ganhem tempo na implantação da nossa Região Metropolitana e na execução das principais obras e ações que se fazem necessárias para o desenvolvimento das nossas Regiões Metropolitanas.

É nesse sentido que este Deputado, que tem visitado a maioria das Regiões Metropolitanas existentes no Brasil e também algumas, inclusive, no exterior, colhendo subsídios, elaborou, através da nossa assessoria, esse anteprojeto que gostaria de fazer chegar aos senhores Deputados que tivessem interesse em oferecer a sua contribuição.

Ao Deputado Gilmar Knaesel, que é o representante digno, honrado, da região do Vale do Itajaí, gostaria de oferecer o anteprojeto que estamos elaborando e discutindo com as comunidades, com as forças representativas da região do Norte e Nordeste, para oferecer ao Conselho de Desenvolvimento a ser instalado, por convocação do senhor Governador, a fim de que de pronto eles possam aprovar esse regimento e depois instituir as câmaras setoriais e fazer com que, realmente, a lei complementar e a nossa Região Metropolitana possa sair do papel.

Nós entendemos que o sistema gestor, conforme foi aprovado aqui na Assembléia Legislativa, oferece oportunidade de participação de todos os segmentos da sociedade. O conselho de desenvolvimento da Região Metropolitana terá como finalidade principal: gerir, estabelecer diretrizes do plano metropolitano de desenvolvimento.

Nós teremos também o fundo de

desenvolvimento metropolitano, a superintendência da região metropolitana e as câmaras setoriais.

Por esta razão eu entendo que é da maior importância a participação contínua desta Casa. Inclusive, gostaria de oferecer ao eminente Deputado Lício Silveira - que tem discutido com muita propriedade e deu contribuições importantíssimas a esse projeto que foi aprovado nesta Casa - o anteprojeto do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano que, tenho certeza, servirá também para a Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

Estamos discutindo nas bases, estamos oferecendo um anteprojeto com a participação de todos os segmentos da sociedade que, eu entendo, assim, vai fazer prosperar a intenção dos Legisladores desta Casa.

Vamos discutir esse regimento e vamos oferecê-lo ao Conselho de Desenvolvimento Metropolitano.

Por esta razão, quero fazer chegar ao Deputado Lício Silveira, à Deputada Ideli Salvatti, ao Deputado João Henrique Blasi, ao Deputado Gilson dos Santos e a todos os demais Deputados esse anteprojeto, para que possam tomar conhecimento e oferecer, inclusive, sugestões, subsídios para o aprimoramento, a fim de que não fiquemos esperando apenas pelo Executivo.

O tempo passa. Cento e oitenta dias passam logo e, de repente, aquela intenção tão discutida aqui, tão trabalhada aqui, pode cair por terra, se não apressarmos, se não agilizarmos.

Agora mesmo há um movimento dos Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas já existentes no País, no sentido de que esses Municípios tenham o mesmo tratamento que foi dado aos Estados no que diz respeito à rolagem da dívida.

Então, temos, aqui, o Município de Florianópolis que tem uma dívida considerável. Temos também o Município de Blumenau que também deve, assim como o Município de Joinville e demais Municípios.

Então, esses Municípios poderão ainda, quem sabe, beneficiar-se da rolagem da dívida como foi tratado também com os Estados brasileiros.

Essa condição está sendo pleiteada e certamente será concedida apenas aos Municípios integrantes das Regiões Metropolitanas.

Portanto, é importante, Deputado Francisco Küster, que essa região seja implantada, pois não há nenhum prejuízo nisso. Há, sim, ganhos. Se os Municípios que hoje constituem as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, de Curitiba, de São Paulo, de Salvador, de Belo Horizonte, de Recife, enfim, terão esse mesmo tratamento que o Governo Federal concedeu aos Estados com relação à rolagem da dívida - são quarenta anos para a rolagem da dívida, se não me falha a memória, para o pagamento, e há um limite reduzido -, nós poderemos entrar nessa mesma esteira, Deputado Lício Silveira, e fazer com que os nossos Municípios que têm dívida para com a União também se beneficiem da rolagem dessas dívidas, fazendo com que tenham uma folga de caixa para que possam bem administrar, porque todos os Municípios têm problemas, têm débitos para com a União.

Assim está sendo pleiteado para os Municípios e vai ser concedido. Tenho certeza de que os Ministros da área econômica, o próprio Presidente da República, em ano eleitoral, vão ter interesse em atender os Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas.

Então, se nós agilizarmos e conse-

guirmos fazer com que a nossa região seja instituída no menor espaço de tempo possível, os nossos Municípios também poderão estar enquadrados dentro dessa rolagem da dívida, que vem, sem dúvida, numa hora oportuna, e é isto que nós precisamos fazer.

Temos que aproveitar as oportunidades que estão aparecendo por aí, mormente agora que os Municípios estão argolados, sem recursos, e o Governo Federal está começando a abrir as portas dos cofres para poder atender os nossos Municípios.

É neste sentido que nós estamos trabalhando, estamos tentando agilizar, a fim de que as nossas regiões metropolitanas não fiquem no papel, porque muitas vezes dissemos aqui que nós teríamos a intenção de aprovar e instituir as nossas regiões metropolitanas, mas não para que elas ficassem apenas como instrumento legal.

Eu gostaria também de oferecer este documento ao senhor Deputado Carlito Merss, que deu uma grande contribuição. E gostaria de oferecer também aos senhores Deputados uma proposta do que será o regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, objeto que será discutido quando este Conselho for realmente nomeado pelo Governador e por ele aprovado.

Mas nós queremos dar a nossa contribuição e oferecer essas sugestões.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhores Deputados e catarinenses, eu gostaria de abordar nesses dez minutos um tema relativo à educação.

Ontem esta Casa aprovou um requerimento da nossa autoria e dos senhores Deputados Lício Silveira, Gilson dos Santos, Carlito Merss, Volnei Morastoni e demais Deputados, onde estamos intentando mais uma saída ao Governo de Santa Catarina para que seja cumpridor dos seus deveres.

Esta Casa, que por tantas vezes foi vilipendiada pelo Poder Executivo de Santa Catarina, dando a impressão de que ela apenas gera um mero instrumento de flagelo do senhor Governador, por várias vezes já deu mostra de que quer ajudar a governar Santa Catarina, seja pela aprovação de leis, seja pela discussão de temas importantes, como também já se propôs a ofertar alternativas para o próprio Poder Executivo fazer o seu trabalho.

O sistema Acafe, o sistema que congrega as dezessete fundações educacionais de Santa Catarina, está aí com um passivo, com um crédito a receber do Estado de Santa Catarina, que beira R\$45.000.000,00, e por conta disso vê penalizado o seu intento na área de ampliação dos serviços ofertados a uma melhor pesquisa, a uma melhor extensão universitária e também para oferecer a alunos carentes bolsas de estudos para permanecer em suas faculdades.

Esse fato tem carreado para esta Casa e para vários de nós, Parlamentares, o dia-a-dia de receber cartas e pessoas em nossos gabinetes, pedindo, implorando, chorando por uma, duas ou três mensalidades para que o familiar ou o próprio estudante permaneça na sua sala de aula.

Nós estamos, pois, com este requerimento dizendo ao Governo de Santa Catarina que - mesmo não estando na resolução do Conselho Monetário Nacional, que trata do assunto, que trata do refinanciamento das dívidas dos Estados - busque, através da inteligência dos homens, criar uma alternativa complementar para que assuntos tão importantes - educação é importante - possam também ser contemplados na renegociação da dívida.

É assim, é singelo e é objetivo. Nós estamos pedindo a inteligência do Senado da República para que haja a possibilidade de se discutir que também a dívida que o Estado possui, ligado ao setor educacional, possa ser incorporada na renegociação.

Este Estado veio até aqui, à Assembleia, para pedir a oportunidade da governabilidade, veio e recebeu do PPB a condição da governabilidade, porque o PPB que ofereceu a Santa Catarina, não ao Wedekin ou ao Paulo Afonso, mas a Santa Catarina, através dos seus votos, a condição da governabilidade, quer na mesma direção exigir de Santa Catarina que possa oportunizar a prestação de serviços ao ensino universitário através do sistema fundacional.

Então, não é apenas um requerimento, é mais uma vez um libelo desta Assembleia Legislativa na direção não da ajuda, porque isso é uma responsabilidade constitucional - inclusive os visitantes e os funcionários já conhecem de cor o art. 170 da Constituição, que já foi mencionado nesta Casa várias vezes, que determina o repasse de recursos do Estado para o sistema fundacional.

Estranhamente também a Acafe não se manifesta sobre isso, estranhamente o comando da Acafe não briga por isso, mas a Assembleia Legislativa vai continuar, em nome de um projeto educacional para Santa Catarina, a pedir não o respeito apenas às leis mas, sim, o respeito aos cidadãos, o respeito a quem tem a tarefa de proporcionar ensino, o respeito à missão de quem se propõe a ser um cidadão, formado e informado.

Gostaria de registrar o fato lamentável, nesta linha da educação, que assistimos há poucos minutos: pessoas ligadas ao MST retirando do ambiente da Escola Governador Celso Ramos os alunos, aqui, defronte à Assembleia, e instigando esses alunos a saírem das suas salas de aula, proporcionando-lhes palavras de ordem a dizer: "Eu sou amigo do MST. Quem não é meu amigo é contra mim."

Senhores Deputados, não é para isso que estamos fazendo toda essa luta aqui, em Santa Catarina, por um melhor ensino, por uma melhor educação.

Nós queremos ter o aluno dentro da sala de aula, nós queremos ter o estudante exigindo qualidade, queremos ter professores pagos dignamente e, por conta disso, temos que lutar para que esse conjunto de atitudes sejam coerentes.

Não quero discutir, Deputado Carlito Merss, a questão do MST. Até o Deputado Lício Silveira dizia que se esta Casa deseja receber as pessoas aqui, tem que oferecer condições dignas, porque estamos vendo as pessoas tendo que se alimentar nas ruas, nos corredores, eis que estão jogados no hall da Assembleia Legislativa. Ou nós assumimos, na íntegra, o atendimento a essas pessoas e lhes oferecemos condições dignas, ou relocamos essas pessoas para outros locais.

Nós estamos oferecendo um espetáculo que não é digno às pessoas que estão aí colocadas no hall desta Casa, pois a Casa do Povo não pode ser confundida. Se ela quer re-

ceber condignamente o povo de Santa Catarina, então que ofereça condições dignas para que esse povo esteja aqui alimentado, e se acharmos que deva ser hospedado, que seja hospedado também, mas não podemos permitir que sejam submetidos a permanecerem no hall dia após dia tal qual está sendo colocado aí.

Volto ao assunto da educação. O Governo de Santa Catarina precisa, urgentemente, parar de conversar sobre Estado de Qualidade, parar de mentir para Santa Catarina com relação ao apoio ao ensino, quando não se atreve, não a resgatar o passivo, mas nem de mensalmente ofertar ao sistema fundacional aquilo que lhe é de direito.

Senhores Deputados, este Governo nos submete a uma discussão aqui, dentro da Assembleia, faz com que Deputados comecem a discutir uns com outros se devemos ou não regulamentar a possibilidade de repassar recursos da subvenção para auxiliar alunos, quando não é da nossa responsabilidade. Só que nós não podemos fechar os olhos a isso.

Este é um fato sério, grave, que está aí colocando alunos nas ruas, fazendo com que haja levantes, criando conflitos dentro do próprio sistema que representa os alunos, já que existe um grupo que diz que é da União Catarinense de Estudantes Secundaristas que propugna por alguma coisa. Por outro lado, leio nas manchetes dos jornais que um outro grupo, que também se intitula representante da União Catarinense de Estudantes Secundaristas, já firmou um acordo em benefício de todos acenando para as aulas de cinquenta e cinco minutos.

Os próprios estudantes têm um desafio interno a resolver, porque enquanto estamos aqui a discutir o melhor, tentando buscar dentro das discordâncias eventuais que existam, dentro do contraditório, que é natural no Parlamento, achar o melhor para Santa Catarina, estamos assistindo a esse conjunto de barbaridades.

Nós não podemos continuar a assistir apenas! Nós não estamos assistindo! Este Parlamento não está assistindo isso, mas nós precisamos avançar!

É por conta disso, Deputado Carlito Merss, que espero que haja sensibilidade de quem pode alterar isso a nível nacional, que permita que haja compreensão para o problema sério que vive Santa Catarina ligado ao sistema fundacional.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Nobre Deputado, V.Exa. fez uma afirmação grave, no meu entendimento. V.Exa. disse que o Movimento dos Sem-Terra estava tirando a luz do colégio.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Estavam circulando aí na frente com uma kombi.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Essa kombi é da União Catarinense dos Estudantes. E eu acompanhei de manhã o movimento em frente ao Instituto Estadual de Educação, por coincidência moro perto deste colégio, e os estudantes estão lá, fazendo este trabalho!

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Deputado, eu recebi essa informação há poucos minutos inclusive...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-

feira, o primeiro horário pertence ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Volnei Morastoni, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero aproveitar este momento até em consideração a algumas observações que o nobre Deputado Eni Voltolini fez há pouco desta tribuna, em relação às condições como os nossos irmãos catarinenses do MST estão aqui alojados no hall de entrada desta Casa.

Gostaria de fazer algumas reflexões exatamente sobre esta questão que envolve a reforma agrária. Ontem à noite, aproximadamente às 22h, saí de uma reunião na Secretaria Estadual da Saúde, onde estávamos debatendo também esse crucial problema da redução de verbas do teto financeiro dos recursos do Ministério da Saúde para Santa Catarina, com prejuízos inadmissíveis para os Municípios do nosso Estado.

Como já dissemos, os Municípios estão trabalhando no seu limite.

Eu, desde as 17h de ontem até as 22h, participei dessa reunião com dezenas de Secretários Municipais da Saúde, analisando, debatendo essa situação, porque simplesmente a Secretaria jogou o problema para os Municípios, para que eles, como se fossem adversários, procedessem ao corte das verbas que cabem a cada Município.

Senhores Deputados, às 22h retornei a esta Casa e fui chamado para atender diversas crianças, alojadas neste Poder, em estado febril, com crise respiratória, com diarreia, caracterizando possivelmente uma infecção intestinal.

Eu praticamente transformei o meu gabinete em um ambulatório, atendendo a diversas crianças. Tive, através do Corpo da Guarda, acesso aos equipamentos médicos da Casa e, assim, pude prestar assistência médica a essas crianças, mantendo inclusive contato com pessoas da Pastoral da Saúde para que pudéssemos providenciar com urgência determinados medicamentos na noite de ontem e na manhã de hoje.

Saí desse atendimento quando o ambiente já estava praticamente escuro, com toda aquela multidão se recolhendo para dormir, e pus-me a pensar nas condições deploráveis e desumanas a que essas pessoas - crianças, jovens, mulheres e idosos - estavam submetidas. Por outro lado, também fiquei pensando que aqui, apesar dessas condições, desse piso gelado, ainda estão melhor do que nos seus barracos, onde vivem em condições realmente subumanas.

Essas crianças são como os nossos filhos, essas mulheres são como as nossas esposas, como as nossas irmãs, e nós, muitas vezes, não conseguimos entender a dimensão de uma situação como a que vivem.

Eu entendo, senhores Deputados, que isso tem que servir como uma profunda reflexão para as nossas ações políticas, que o compromisso de cada um de nós e deste Poder como um todo tem que ser cada vez mais efetivo, num empenho pelas lutas desse povo, porque a reforma agrária...

E aí eu quero lembrar, na condição de médico, a verdadeira situação da saúde em nosso País.

Quando eu me formei, há 22 anos, tínhamos 120.000 médicos no Brasil. Hoje temos em torno de 250.000 médicos, mais que dobrou o número de médicos no Brasil nesse período. No entanto, eu pergunto: como está a saúde do povo brasileiro? Melhorou a saúde do povo brasileiro duplicando o número de seus médicos, triplicando o número de tantos outros profissionais da área da saúde,

aumentando a quantidade de postos de saúde, de hospitais, de equipamentos, apesar de toda a crise do SUS?

Com certeza, senhores Deputados, jamais teremos saúde neste País efetivamente se não houver reforma agrária, que, além de distribuir terra, além de dar terra para morar, resolvendo um grande problema da moradia, vai dar terra para trabalhar, para produzir alimento para si. Inclusive, um inquérito civil público do Ministério Público de Santa Catarina sobre a situação da infância em Santa Catarina mostrou dados alarmantes de desnutrição infantil, acima de 30%. E grande parte dessas crianças desnutridas, por ironia, estão entre as crianças dos trabalhadores rurais sem terra; justamente esses, que querem terra para trabalhar, têm entre si um alto índice de desnutrição, o que não poderia estar acontecendo.

Por isso, reforma agrária, além de significar terra para morar, para trabalhar, para produzir alimento para si e até para abastecer o mundo - porque o Brasil pode ser um celeiro neste sentido -, pode também resolver o grave problema de desnutrição infantil que temos no País e, principalmente, o de saúde, porque a saúde advém - antes de médicos, remédios, farmácias, hospitais, postos de saúde, aparelhos de ultra-som, de ressonância magnética, de tomografia - das condições de vida.

Sem dúvida, a reforma agrária é um grande passo para a modernidade, mais do que abrir as fronteiras, sem critérios, para importar essa quantidade infinita de bugigangas ou de carrões importados, como se isso fosse modernidade, enquanto o abismo social se aprofunda aqui dentro do nosso País.

Agora, com o grave problema do desemprego, a equipe do Governo se reúne para descobrir que não está tudo bem, no entanto, reprime o movimento da reforma agrária, com o Presidente da República a ameaçar agora esse movimento do MST. Ainda bem que o MST está vindo para a rua, para dar visibilidade!

Ontem eu dizia, na reunião com os Secretários Municipais de Saúde, com os Conselhos Municipais de Saúde, que o povo deveria vir para a rua e dar visibilidade sobre essa angustiante situação da saúde...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje pela manhã, no momento em que o Secretário fazia a leitura do expediente, nós nos deparamos com a leitura de um número elevado de mensagens governamentais remetendo a esta Casa convênios para apreciação.

Nos dois últimos anos, elevados números de convênios foram celebrados entre Governo do Estado, Prefeituras, entidades da sociedade civil, associações de bairros e por aí fora, convênios estes que vão desde oitocentos até milhões de reais, caso típico dos convênios assinados com a Prefeitura de Joinville.

Tenho andado muito pelo interior do Estado e, conversando com Prefeitos de vários Partidos, inclusive do PMDB, sei de convênios que foram assinados há um ano e que até hoje não foram pagos, de convênios que deveriam ser pagos em duas ou três parcelas mas que

sequer saiu a primeira parcela.

Por exemplo, há quinze meses a direção de um pequeno hospital de Jaguaruna esteve em Florianópolis para celebrar um convênio com o Governo do Estado. Eles solicitaram R\$15.000,00, mas o Governador de plantão na época disse que R\$15.000,00 era pouco e franqueou R\$39.000,00, para pagar em três parcelas de R\$ 13.000,00. Eles saíram entusiasmados de Florianópolis, chamaram a imprensa da região e disseram que haviam solucionado o problema do hospital, porque haviam assinado o convênio de R\$39.000,00, mas isso não aconteceu, até hoje nenhuma parcela foi paga.

É preciso haver mais responsabilidade! Se assinou um convênio, assumiu um compromisso, criou expectativa, é preciso honrar. E eu não sei de onde o Governo vai tirar tanto dinheiro para honrar os compromissos dos convênios, já que o Estado alega não ter recursos, diz que não pagou o 13º salário dos funcionários por falta de recursos.

O Governo diz que as dificuldades são enormes, eu até acho que é verdade; agora, é preciso o mínimo de ética no trato da coisa pública, no relacionamento de Governo Estadual com Governo Municipal, com entidades da sociedade. É leviandade celebrar um convênio criando expectativa de repasse de dinheiro para um determinado objetivo e isso não acontecer. Isso é muito grave!

Quero fazer a minha parte com relação a esses convênios, quero acompanhar isso, e é bom que os demais Deputados façam o mesmo.

Vários Prefeitos vieram me perguntar por que a Assembléia tranca o dinheiro dos Municípios. Eu perguntei que dinheiro era esse e eles me disseram que era de convênio mas que o Governador disse que a Assembléia não tinha aprovado ainda.

Meus Deuses! A Assembléia simplesmente homologa! Aliás, esse é um papel ridículo da Assembléia Legislativa, o de mero homologador de convênios. Isso é ridículo!

O convênio é um ato de vontade de duas partes, que celebram, fazem o convênio, registram no Tribunal de Contas, e a Assembléia, de forma ridícula, apenas homologa. Nós não liberamos dinheiro, não aprovamos a liberação do dinheiro. Esse é um discurso falacioso, enganoso, demagógico e desavergonhado!

Eu quero dizer isso porque fiz ver a essas pessoas que me questionaram que não temos nada a ver com a liberação do dinheiro. Não liberam porque não levam a sério os seus atos, senão celebravam o convênio e liberavam o dinheiro!

Eu tenho que fazer este pronunciamento, até porque ontem aportaram a esta Casa mais de cem novas propostas de convênios. Acabou o fenômeno El Niño e suas enxurradas, mas o Governo cria agora uma enxurrada de convênios!

Então, é bom acompanhar para exigir o cumprimento. Vamos ser mais responsáveis! E essa história de culpar a Assembléia Legislativa, nós não devemos aceitar. Eu, inclusive, encarei com desconforto alguns questionamentos, e de pessoas até com a cara feia, com relação ao Presidente da Assembléia, cargo que detinha à época, isso ainda no ano passado.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado, esse assunto dos convênios é uma verdadeira vergonha que está acontecendo no

Estado, por isso que é bom mudar as coisas, os convênios deveriam primeiro passar por aqui.

Nós já debatemos isso aqui diversas vezes, e temos que acabar com essa sem-vergonhice, com essa esquisitice que o Governo está implantando no Estado de Santa Catarina. (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 18 minutos estão destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, nobres senhores Deputados, ocupo hoje a tribuna no horário do meu Partido para registrar o centenário da morte do poeta catarinense Cruz e Sousa.

(Passa a ler)

"Santa Catarina comemora nesta quinta-feira, dia 19, uma data muito especial - a do centenário da morte do seu poeta maior, João da Cruz e Sousa. E a data está sendo lembrada não apenas em nosso Estado, mas em diferentes pontos do Brasil, porque o nosso poeta foi, também, o maior poeta do Simbolismo que este País já teve.

Esta Casa não poderia deixar de registrar data tão importante, e vale lembrar, inclusive, que no dia de hoje o Senado Federal realiza uma sessão solene e que vários eventos estão sendo realizados em Brasília e em outros centros do País em torno da memória de Cruz e Sousa.

Associando-nos a esta data, tão cara para o resgate de novos valores artístico-culturais, queremos lembrar um pouco da história de Cruz e Sousa.

Filho de escravo que recebeu alforria, o futuro poeta nasceu em 24 de novembro de 1861, na então Nossa Senhora do Desterro. Teve educação esmerada: apesar de filho de ex-escravo, foi educado pela família aristocrática do marechal-de-campo Guilherme Xavier de Sousa, o mesmo que deu alforria a seu pai e de quem herdou o sobrenome.

Cruz e Sousa estudou os clássicos e línguas estrangeiras. Em 1893 ele inicia sua obra literária, com a publicação dos poemas 'Broquéis' e da prosa poética 'Missal'. Para os críticos, a dupla publicação inaugurou o Simbolismo no Brasil e se constituiu em verdadeira revolução literária. Mas, lembram também os críticos, apesar do talento brilhante e da cultura, que iluminavam os salões e os periódicos da época, Cruz e Sousa não pôde escapar do preconceito por ser negro e filho de ex-escravo. Frequentemente sua obra espelha o sofrimento que trazia em seu coração, traduzida em forma de frases e versos talentosamente elaborados.

O Simbolismo e Cruz e Sousa estão, por isso, perfeitamente identificados. O Simbolismo surgiu como uma espécie de revolta contra o rigoroso racionalismo até então vigente na literatura, dando ênfase e transcendência aos sentimentos. De tal forma que a poesia, a pintura e a música, dentro desse novo espírito, se transformaram em 'verdadeira religião', conforme assinala o crítico Nelson Ascher, do caderno de literatura da Folha de S. Paulo.

Autor de verdadeiros marcos da literatura, a exemplo de 'Dispersos, Poesia e Prosa' e 'Poesia Completa', Cruz e Sousa morreu prematuramente e longe de sua terra natal. Acometido de tuberculose, foi procurar a cura na Estação do Sítio, em Minas Gerais, local que na época era um dos mais

recomendados para tratamento daquela moléstia. O poeta chegou no dia 18 de março de 1898, e não houve tempo para o tratamento: faleceu no dia seguinte.

Queremos, então, deixar aqui consignada a nossa homenagem, uma forma modesta de resgatar a memória desse grande catarinense e brasileiro."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário destinado ao PPB, com a palavra o Deputado Gilmar Knaesel, por três minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente eu quero registrar a honrosa presença em nossa Casa do Vereador do PPB do Município de Bombinhas, José Roberto, aqui acompanhado do Secretário da Educação, Ronaldo, e também da Diretora do Colégio Estadual Dilma Mafra, professora Joice, que estão em Florianópolis buscando informações e subsídios para aquele Município, tão próximo desta Capital.

O assunto que eu gostaria de abordar hoje é referente a uma manchete estampada no jornal A Notícia, sobre a qual todos nós, catarinenses, e principalmente nós, Deputados Estaduais, devemos nos preocupar muito. Diz o seguinte: "Debenturistas cobram da Invesc atraso nos juros. Valor devido chega a R\$20,1 milhões. Reunião será em São Paulo."

Eu gostaria de traduzir a matéria, para que V.Exas. possam conhecê-la com profundidade, já que este assunto passou aqui pela Assembléia Legislativa. A matéria foi aprovada por esta Casa, e na Bancada do PPB tivemos opiniões diferentes. A maioria dos Deputados votou na matéria após serem inseridas no projeto original as obras a ser efetuadas com os recursos levantados pelas debêntures.

E passados quase dois anos, Deputado Lício Silveira - V.Exa., que foi um dos opositores a este projeto -, nós sentimos que os cem milhões levantados com essa operação não se transformaram em obras e serviços.

No Vale do Itajaí nenhuma grande obra foi executada em três anos, não existe um fato marcante lá. Pelo menos eu, que vivo constantemente percorrendo toda essa região, desde a foz até o Alto Vale (aqui temos Deputados que também são da região e podem comprovar isso), não vi nenhuma obra executada.

Uma das principais obras a serem executadas aqui na Capital por aquela operação da Invesc, a Via Expressa Sul, está paralisada por falta de pagamento. Mais uma vez o dinheiro sumiu, não se sabe onde foi parar, e a conta ficou por pagar. E com certeza, se na reunião de hoje não chegarem a um ponto comum, com o Governo começando a passar pelo menos os juros, nós teremos realmente preocupações no futuro, e quem vai pagar mais uma vez essa conta será o futuro Governo, a ser eleito neste ano.

Naquela oportunidade, eu votei particularmente porque algumas obras prioritárias de Santa Catarina foram listadas, entre elas a continuação da BR-282, obras em hospitais em Santa Catarina. Está aí o exemplo do Hospital Regional (Infantil) de Joinville, uma obra orçada em 25 milhões de reais, superfaturada em todos os aspectos, que também está com o seu início paralisado por falta de recursos.

Então, mais uma vez o dinheiro sumiu, como em tantos outros projetos que nós aprovamos aqui na Assembléia Legislativa, e fi-

cou o rombo, ficou a conta. Hoje, se for acertada a conta da Invesc, ela está em 160 milhões de reais, ou seja, uma arrecadação de ICMS em Santa Catarina de um mês. E está comprometida só com esse programa, que nada gerou para os catarinenses, não gerou obras nem serviço.

Então, eu queria fazer este alerta para que nós, Deputados Estaduais, nos preocupemos com esse assunto, porque fomos coparticipes, aprovamos essa matéria. Infelizmente, foi mais um cheque em branco que nós demos ao atual Governo e que se traduziu em frustração.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário do PPB, com a palavra o Deputado Lício Silveira, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente, senhores Deputados, primeiramente eu queria fazer uma colocação em relação às pessoas do Movimento do Sem-Terra que estão ocupando o nosso hall, porque eu acho que a coisa foi mal interpretada. Nada mais legítimo do que esse movimento, nós somos favoráveis, porque ele é justo e tem um caráter social e até econômico bastante profundo.

Eu até disse ao Presidente da Casa há instantes, quando ele circulou por aqui, que eu ia não fazer uma colocação de repúdio à Mesa Diretora, mas chamar atenção. Eu ainda fiquei preocupado com as palavras que o Deputado Volnei Morastoni colocou no sentido de que nós, Deputados, enquanto estivermos aqui, temos a responsabilidade de dar todas as condições, e as mais dignas possíveis, às pessoas que estão aí fora, e essas colocações que eu estou fazendo irei levar pessoalmente ao Presidente da Casa, esperando que ele externasse essa nossa preocupação à Mesa Diretora.

Acho certo acolhê-los, acho certo apoiá-los, e mesmo que as condições deles lá fora sejam piores, temos que, enquanto estivermos sob a nossa responsabilidade - porque quem está aqui dentro está sob a responsabilidade dos senhores Deputados -, tratá-los com a maior dignidade, com apoio, com infraestrutura adequada.

Feito este registro, eu gostaria de voltar a falar sobre a venda das ações da Casan, que foi adiada novamente.

O incrível é que as coisas, depois que nós começamos a pressionar, estão ficando mais claras, porque estamos sabendo que os 70 milhões são uma garantia mínima. Estão fazendo um contrato de modelagem com entidades "x", que ninguém sabe. O negócio ainda está obscuro, o senhor Wedekin esconde o jogo, e essas ações hoje estão se sabendo que estão sendo modeladas. E nessa modelagem o Estado teria uma garantia mínima de 70 milhões, que iria para cobrir o 13º salário dos funcionários públicos.

Porém, tem também mais uma novidade: o Governo quer que os proponentes garantam mais uns 50 ou 55 milhões de reais, totalizando nessa estrutura toda 125 milhões de reais. Os 55 milhões também não ficariam para a Casan, também não ficariam aplicados no saneamento, seriam deslocados para pagar outras dívidas que o Governo tem.

Na realidade estão vendendo 49,9% das ações da Casan, ou 50, 75, 100, 125 milhões, descapitalizando a empresa, deixando à mercê o setor de saneamento, que já tem dificuldades em Mafra, em Joinville, em Itajaí, em Balneário Camboriú, em Florianópolis, ou seja, em todo o Estado.

Infelizmente, esse Governo desastado age dessa forma, eu volto a insistir, obscura! E o pior disso tudo é que estão criando uma outra sistemática agora, e eles estão com dificuldade, porque a venda das ações da Casan foram adiadas novamente.

Senhores Deputados, quanto às dificuldades, esta Casa só tem notícias através de jornais, que dizem o seguinte: "O que está emperrando o processo de escolha são as exigências impostas pelos três grupos" (que ninguém sabe quem são). "Todos eles só aceitam fazer a venda e dar a garantia firme dos setenta milhões se for feito um acordo de acionistas que estabeleça um contrato de gestão compartilhada entre Estado e investidores privados. O Governo acionista majoritário teria que abrir mão de algumas diretorias-chaves da empresa e também se comprometer a votar em bloco em assuntos considerados estratégicos."

Ora, isso é privatização pura e simples. Vender 49,9% é fantasia, porque lá eles entrarão e ditarão as regras, e nenhuma Prefeitura, que é dona da concessão, teria mais condições de opinar na Casan, de exigir os seus direitos, de ter os seus sistemas mais equilibrados, de ter sistemas novos, e ficaria nas mãos de três grupos, que são os poderosos.

Continuando: "Em troca - uma das propostas - promete-se empenhar para conseguir pelos papéis o equivalente a 125 milhões, ou seja, os 55 milhões que excedem o preço mínimo, que iriam para o Estado descontada a comissão de venda."

É aquilo que eu falei. Esta é a verdadeira preocupação que tenho: estão entregando a Casan de uma forma diferenciada. Já inventaram uma Invesc que só os juros... Eu falei isso em 1985, está no meu pronunciamento. Dizia para o Presidente do Besc, senhor Fernando Mello, que está metido no escândalo das Letras, que os juros não iam sair por menos de 20% ao ano. E ele me disse: "Não, Deputado, o que é isso? Vai sair por bem menos!"

Hoje, só a outra parte dos juros, que o Deputado Gilmar Knaesel abordou aqui, é de 21 milhões de reais, exatamente aqueles valores. Então, imaginem esses anos todos de juros!

As debêntures dos anos têm que ser pagas; os juros irão comer todo o capital que foi alocado naquela ocasião, e o pior: no dia 30 de outubro vencem as debêntures. E aí, o que acontece? Os debenturistas vão ao lastro das ações da Casan, ou seja, vão passar a mão nas ações da Casan!

Realmente é um grande negócio pagar os juros equivalentes ao capital! Isso uma gozação, é uma vergonha para o Estado de Santa Catarina!

Senhores Deputados, esta Casa tem que tomar uma posição com relação à venda das ações da Casan, porque é uma afronta não só ao saneamento como uma afronta às Prefeituras, que são as verdadeiras donas da concessão.

Por isso, peço a todos os Colegas que se envolvam no processo. Talvez nessa modelagem possamos descobrir alguma coisa diferente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PFL.

Com a palavra o Deputado Pedro Bittencourt, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO

BITTENCOURT - Senhor Presidente e senhores Deputados, ocupo hoje a tribuna no horário do meu Partido para reverenciar um dos mais pujantes Municípios de Santa Catarina, o Município de São José, que nesta data completa 248 anos de fundação.

São José, em 1750, recebia em seu solo 182 casais oriundos da Ilha dos Açores, e a partir daquela data iniciou-se a formação desse pujante Município catarinense.

Hoje, os 182 casais transformaram o Município de São José no 6º colégio eleitoral de Santa Catarina, em uma das maiores economias do nosso Estado, no 5º Município de retorno de ICMS do Estado catarinense, no principal pólo industrial da Grande Florianópolis e, sem dúvida, em um dos mais importantes pólos de serviços de comércio de nosso Estado.

A honra que temos de dirigir os destinos do Município de São José politicamente, administrativamente, por intermédio do nosso companheiro Dário Berger, Prefeito Municipal daquele Município, é constituída ainda de mais alegrias quando verificamos que a atual administração é continuidade de administrações anteriores, também comandadas pelo PFL, que têm, ao longo dessas últimas décadas, transformado o Município de São José, preparando-o, sem dúvida, para o novo milênio.

São José veio ao longo desses anos sendo administrado por companheiros partidários, que estão fazendo no Município uma verdadeira revolução. Acompanhamos e lembramos aqui a administração encerrada em 31 de dezembro de 1997 pelo ex-Prefeito Gervásio Silva, que foi para Santa Catarina a grande revolução das administrações municipais.

Nós, tão próximos a São José, acompanhávamos com vivo interesse quando São José fazia as suas obras, dava melhores condições de vida à sua população, melhorava o atendimento àqueles que procuravam a cidade. E ao lado de São José, o Município maior, Capital do nosso Estado, sede do Poder Legislativo, Florianópolis, passava por dificuldades e não conseguia com a mesma intensidade dar respostas e retorno para as expectativas da sua população.

Hoje, essa administração de Gervásio Silva tem continuidade pelas mãos hábeis, competentes, dignas e honradas de Dário Berger, que durante a administração passada foi Vereador na Câmara Municipal de São José, foi Presidente daquela Casa e, ao final, no pleito de 03 de outubro, transformou-se no novo mandatário do Município de São José.

Conhecedor da realidade de São José, ele prepara novamente esse Município para a virada do milênio na sua administração. São José inicia agora uma nova fase, preparando-se para o desenvolvimento urbano de suas áreas ainda carentes. São programas dos mais diversos que estão sendo implantados naquele Município.

Observamos, constatamos e acompanhamos, senhor Presidente, as preocupações sociais do Prefeito Dário Berger com a população carente daquele Município. Observamos e constatamos algumas preocupações do nosso Prefeito Municipal e de toda a comunidade josefense para preparar adequadamente e devidamente o Município para a instalação de novas empresas, visando a geração de empregos, a absorção da mão-de-obra do josefense e daqueles que procuram aquela terra.

Observamos e constatamos ainda a preocupação com a educação, com a instalação de escolas técnicas, com a

instalação de novos cursos profissionalizantes, com a instalação de novas escolas, até mesmo escolas de 2º grau, que não são de responsabilidade do Município, sendo ali construídas, mantidas a partir do Poder Público Municipal.

É assim sua administração, cuidando dos aspectos sociais, cuidando dos aspectos do desenvolvimento urbano, social e econômico, cuidando da geração de empregos, cuidando da educação, cuidando da agricultura, permitindo que aquela parte de São José fosse desmembrada.

Agora, com a instalação do novo Município de São Pedro de Alcântara, está dando ao mesmo condições indispensáveis também para que possa continuar o seu desenvolvimento. E São Pedro é marca da colonização germânica em nosso Estado.

Deputado Gilson dos Santos, V.Exa., que também conhece muito bem o Município de São José, tenho certeza que, como eu, se sente hoje honrado em reverenciar e lembrar nesta Casa esse Município, que é orgulho para os catarinenses.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Pois não, Deputado!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Pedro Bittencourt, no momento em que V.Exa. registra o aniversário do nosso vizinho Município de São José, sem dúvida nenhuma, gostaria de dizer que é um Município hoje que representa, em todos os aspectos, um crescimento acentuado e uma administração que, inclusive, está recebendo também a colaboração do nosso Partido, uma administração que visa entrar no novo século ou no novo milênio com obras efetivamente importantes para toda a comunidade.

Eu queria neste momento, em nome do nosso Partido, não só cumprimentar V.Exa. como, também, especialmente cumprimentar as autoridades do Município: o senhor Prefeito Municipal, a Câmara de Vereadores, os senhores Secretários Municipais e especialmente o povo de São José, que não só orgulham a nossa Capital do Estado como, também, orgulham todos os catarinenses.

São José hoje é uma potência, realmente reconhecida por todos aqueles que conhecem a economia do nosso Estado, por todos aqueles que conhecem a população do nosso Estado. Está sendo bem administrada, e eu só poderia desejar ao povo josefense votos de felicidades e acima de tudo de realizações, especialmente no campo social.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Eu agradeço pela manifestação de V.Exa, Deputado Gilson dos Santos, e incorporo a este modesto pronunciamento, quando lembramos aqui essa extraordinária cidade catarinense e seus filhos, que estão, sem dúvida, honrando e orgulhando a todos nós, catarinenses.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Pois não!

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Deputado Pedro Bittencourt, o pronunciamento de V.Exa. engrandece ainda mais a data comemorativa do Município de São José.

Com relação ao seu comentário da capacidade administrativa do atual Prefeito Municipal, acima do seu arrojo, da sua coragem, da sua tenacidade e inteligência, ele conseguiu o que poucos conseguem, ou seja, não provocar a solução de continuidade numa Prefeitura que vinha excelentemente bem sendo administrada pelo nosso ex-Prefeito,

Gervásio Silva.

Com toda a certeza esse, também, é um grande atributo do nosso atual Prefeito Dário Berger, que conseguiu dar solução e encaminhamento a todos os pleitos da Prefeitura Municipal, a todos os projetos de governo que foram feitos na administração anterior e que tiveram a sua consecução e consequência nesta administração.

Deputado Pedro Bittencourt, eu trago também um grande abraço de toda a colonização germânica do alto Vale do Itajaí e também do médio Vale do Itajaí, que têm os primeiros passos da sua colonização atribuídos a imigrantes que vieram do Município hoje, e na época Distrito, de São Pedro de Alcântara, que ao subirem a margem do Rio Itajaí-Açu colonizaram o nosso Vale do Itajaí. Também trago um grande abraço, incorporando-o ao seu pronunciamento, de toda a colonização, de toda a nossa gente germânica do alto e do médio Vale do Itajaí.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Eu incorporo a este modesto pronunciamento o aparte do Deputado Júlio Teixeira que, representante do alto Vale do Itajaí, faz aqui essas ligações que Santa Catarina consegue, através dos seus filhos, criar este Estado e este modelo para todo o Brasil.

Senhor Presidente, eu sempre digo que São José surpreendeu Santa Catarina. Nas décadas passadas São José deixou de ser o chamado Município-dormitório de Florianópolis, da Capital, e surpreendeu, Deputado Carlito Merss, a todos quando mostrou a sua pujança, o seu desenvolvimento, a sua força, a sua capacidade, a sua gente e o seu valor.

São José já surpreendeu. Hoje, São José não mais surpreende. Hoje, nós exigimos de São José que continue forte, representando o progresso e o desenvolvimento do nosso Estado.

Ao ver esta São José que construiu uma nova cidade no Kobrasol, ao ver a São José que constrói as suas novas avenidas, que cria suas infra-estruturas, que dá desenvolvimento, que dá saúde, educação, infra-estrutura, geração de empregos à sua gente, eu quero, neste instante, meu caro Presidente, pedir à Casa para que manifeste, o Poder Legislativo de Santa Catarina, os cumprimentos à comunidade josefense, por intermédio das suas autoridades constituídas - ao senhor Prefeito, ao senhor Vice-Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara, aos seus Vereadores, aos seus cúmplices de serviço, enfim, a toda a comunidade josefense.

Então, peço a esta Casa que aprove um requerimento de autoria da nossa Bancada, cumprimentando o povo josefense pela data em que comemora com muito orgulho os 248 anos de sua fundação.

Era este o pedido e este registro que gostaria de fazer.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi.

Senhor Deputado João Henrique Blasi, nós temos um problema numérico. A Bancada do PMDB tem direito a dezessete minutos. Nós temos oito minutos, infelizmente, de tempo do horário. Nós vamos fazer uma salomônica aqui, dando doze minutos a V.Exa. se concordar. Fica menor do que o seu tempo devido, mas maior do que o tempo que dispomos ainda.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não, senhor Presidente. Talvez até não haja necessidade de usar todo o espaço. Vou procurar me contingenciar nos oito minutos para que não haja problema com relação à Ordem do Dia, embora o espaço do PMDB normalmente seja maior do que nos remanesceu hoje.

Senhor Presidente e senhores Deputados, eu quero abordar neste ensejo uma questão de economia interna da Casa, mas que para nós da Bancada do PMDB é algo extremamente importante. E até para torná-lo público, tendo em vista matérias que foram veiculadas ontem pela imprensa.

Eu me refiro às conversações que estão sendo bem conduzidas por V.Exa. junto aos Líderes partidários com assento nesta Casa com vistas à definição das composições e sobretudo às Presidências das Comissões Temáticas Permanentes desta Casa.

Em nome da Bancada do PMDB estou postulando (e o fiz claramente nas reuniões que até agora tivemos) que haja a obediência, a reverência ao princípio isonômico e que neste sentido a Bancada do PMDB, que conta com onze Deputados nesta Casa, tanto quanto o PPB, seja aquinhoadada com igual número de Comissões, falando em termos de Presidência. Ou seja, se o PPB reivindica, e o faz com toda a justiça, a Presidência de três Comissões, o critério isonômico está a indicar que o PMDB, por ter igual número de Deputados, também seja aquinhoadado com igual número de Presidências de Comissões nesta Casa.

Há também pretensões que são justas de outros Partidos, da Bancada do PT, da Bancada do PFL. Mas o nosso pleito é, no sentido de que haja o reconhecimento do Partido na justa medida da expressividade numérica da sua Bancada, até porque no ano passado nós nos resignamos com a situação inferior, tendo em vista que não foi computada para aquele ano a filiação do Deputado Narciso Parisotto. Como tal o PMDB estava num patamar inferior, numericamente falando, ao do PPB e por isso submeteu-se a uma situação diferente.

Por isso fica aqui, em razão sobretudo da veiculação pela imprensa ontem de que já havia um acordo tácito, como que se eu já tivesse aceito esse acordo tácito... Não! Eu mantenho, o senhor Presidente é testemunha da minha participação, a posição do PMDB que não quer nada, absolutamente nada além daquilo que merece na sua participação, como bem sabe o Deputado Carlito Merss, que, embora não mais sendo Líder do PT, tem participado, para a nossa satisfação, ativamente dessas reuniões e sabe do nosso empenho e sabe, mais do que isso, da justiça do nosso pleito.

Por isso, senhor Presidente, deixo aqui pública essa posição em nome da Bancada do PMDB.

Fica, então, agora à disposição de V.Exa. para que possamos adentrar na Ordem do Dia (veja V.Exa. que eu não ocupei nem aquele tempo que me era destinado).

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Eu acho que a reivindicação e a fala do Deputado João Henrique Blasi, do ponto de vista numérico, são corretas. Infelizmente a política não é necessariamente números, até porque nós, do PT, temos uma discussão partidária na questão da proporcionalidade.

Porém, não foi isso que também

aconteceu em 95 e em 96, quando havia um bloco majoritário de apoio ao Governo que... E aí eu lembro dos números. O PMDB, na época, com dez Deputados Estaduais, teve pelo menos as duas grandes Comissões na Presidência: de Justiça, com V.Exa., e de Finanças, num ano o Deputado Sérgio Silva e no ano seguinte o Deputado Vanderlei Rosso. E na época até nós falamos sobre isso na reunião, o próprio PPB tinha no início da Legislatura quatorze Deputados e mesmo assim somente duas Comissões.

Então eu penso que além dessa proporcionalidade, ela passa por uma discussão de blocos que ali se unificam em função de projetos.

Eu acho que apesar de entender como justa a sua reivindicação, ela passa por uma questão de momento partidário, de acordos partidários e, neste sentido, a solução colocada pela maioria dos Deputados de que o PPB terá direito a três Comissões e que o PMDB, o PT e o PFL terão direito a duas Comissões, do ponto de vista político do momento que esta Casa apresenta, é a solução mais viável e, com certeza, a possível.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Carlito Merss, veja V.Exa. que até por disposição regimental, a composição das Comissões faz-se com base nas Bancadas e não em blocos, que sequer existem oficialmente na Casa. Os blocos são agrupamentos informais em razão de interesses políticos momentâneos, mas não têm relação de causa e efeito com a composição das Comissões.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Isso mesmo!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Mais ainda. Retomando ao início da Legislatura, o PPB tinha, como disse o Deputado Gilson dos Santos, a maior Comissão da Casa, que é a Presidência.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Por alguns meses somente, Deputado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Como o PT detém hoje! E veja bem V.Exa. que se naquela oportunidade tínhamos duas Comissões, agora com 11, tudo indica que possamos ascender e ter, então, três Comissões sob pena do PMDB, com 11 Deputados, ficar igualado ao PT e ao PFL, que hoje, ambos, têm seis Deputados com assento nesta Casa.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Eu concordo que os blocos são informais, é verdade! Tanto é verdade que o PMDB tinha as principais Comissões, com dez Deputados, e o Bloco do PMDB, PFL, PDT e PSDB, da época, era um bloco informal também! Não era um bloco registrado.

Então, eu acho que estamos, na verdade, dois anos depois, revivendo praticamente a mesma coisa. Claro que as posições dos blocos hoje são diferenciadas e acho que por isso penso aquela saída, Deputado Romildo Titon, que se tentou, que foi praticamente a posição da maioria dos Deputados, é a que consegue, minimamente, acordar as vontades e os posicionamentos de todos os Partidos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Na verdade, naquela composição, o único prejudicado é o PMDB. A prevalecer a proposta feita por alguns Líderes, o grande prejudicado é o PMDB.

Apenas para concluir, reafirmando ao Deputado Carlito Merss, que sempre e até expressa disposição regimental, o que se deve levar em conta apenas e tão-somente na composição das Comissões é o número de Deputados que cada Bancada integra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Há sobre a mesa justificativas de ausência dos senhores Deputados Idelvino Furlanetto, Gervásio Maciel, Herneus de Nadal e Jorginho Mello.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, encontra-se na pauta do dia de hoje para discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Resolução nº 008/97, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, com as Emendas Modificativas nºs 1 e 3 e a Emenda Supressiva nº 2, aprovadas pela Mesa Diretora.

Senhor Presidente, eu levanto a seguinte questão de ordem: a Comissão de Constituição encaminhou à Mesa Diretora para manifestação o projeto de resolução original.

Na oportunidade, a Mesa Diretora efetuou essas emendas e, na minha concepção, após as emendas da Mesa Diretora, teriam, obrigatoriamente, que retornar à Comissão de Justiça para análise das emendas e análise do substitutivo.

Assim sendo, senhor Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de que entendo que essa resolução não poderá entrar diretamente no Plenário sem a manifestação da Comissão respectiva, uma vez que houve alteração do projeto primitivo.

Era essa a colocação, senhor Presidente, solicitando de V.Exa. o esclarecimento devido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhor Deputado Gilson dos Santos, na verdade o Projeto de Resolução nº 08/97, de autoria do senhor Deputado Pedro Uczai, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis e esta, em parecer votado por unanimidade, entendeu que não era matéria afeta à Comissão mas à Mesa Diretora, nos mesmos moldes das mudanças regimentais, que são tratadas com pareceres da Mesa e, posteriormente, vindo ao Plenário.

Este parecer, de lavra do eminente Relator, Deputado Ivan Ranzolin, foi aprovado pelos Membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis por unanimidade. Por isso o projeto veio à Mesa Diretora, que deu o seu parecer, evidentemente com as emendas, e traz ao Plenário inclusive, conforme tramitação proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, V.Exa. já resolveu a questão de ordem levantada pelo Deputado Gilson dos Santos, mas tenho ainda alguns comentários a respeito do assunto.

Confesso, senhor Presidente, que a minha análise com relação ao parecer da Comissão de Justiça deveria inicialmente ter sido submetida ao Plenário, porque o art. 12 do Regimento Interno, inciso III, é claro quando diz que a Mesa tem competência para dar parecer sobre a elaboração do Regimento Interno e suas modificações.

A implantação deste Código não é nem elaboração de Regimento Interno e nem modificação de Regimento, é uma matéria nova. Então, se a Comissão de Justiça

entendeu-se impossibilitada de dar o parecer e que tal dispositivo do Regimento deveria ser observado e a Mesa assim desse o parecer, creio que seria indispensável o Plenário manifestar-se a respeito, porque tenho uma outra opinião, senhor Presidente: esta Casa sempre se conduziu desta forma, à exceção de uma matéria votada no ano passado. Nunca o parecer da Mesa Diretora foi terminativo, todos os projetos de autoria da Mesa, de elaboração ou de alteração do Regimento Interno, sempre passaram na Comissão de Justiça desta Casa.

O ano passado, numa matéria, foi a primeira ocasião que esta Casa - e podem perguntar à assessoria da Mesa Diretora - votou em Plenário uma matéria sem passar pela Comissão de Justiça. Na oportunidade, manifestei-me contra, reiterei o meu posicionamento contrário, e não votarei, senhor Presidente, matérias com parecer exclusivo da Mesa Diretora.

Entendo que temos no nosso Regimento Interno previsões constitucionais, regimentais e legais que as matérias devem ser na Casa, na sua tramitação, quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, observados os preceitos da nossa Comissão de Justiça. Se tal fato assim não se proceder, creio que é mais louvável retirar da composição da Casa as Comissões porque elas não terão mais atribuições se não se manifestam nem mesmo a respeito daquilo que diz competência ao Regimento, às alterações ou ao funcionamento da Assembléia Legislativa.

Não é uma questão de ordem, senhor Presidente, mas sim um comentário que faço ao que foi levantado pelo Deputado Gilson dos Santos, reiterando meu entendimento de que esta matéria deve passar pela Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Antes de conceder a palavra ao senhor Deputado Pedro Uczai, a Presidência acha oportuno fazer o esclarecimento sobre qual foi o entendimento da Comissão de Justiça, votado por unanimidade.

A Comissão de Justiça entendeu e citou o art. 276 do Regimento Interno, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 276 - O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações..."

Verifica-se que o Autor se utiliza deste dispositivo regimental para justificar sua proposição. Ao efetuarmos a análise preliminar da proposta, deparamo-nos com óbice técnico quanto ao encaminhamento do determinado processo, tendo presente a regra do art. 12.

(Passa a ler)

"Art. 12 - À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por resolução da Assembléia ou delas implicitamente resultantes:

III - dar parecer sobre a elaboração do Regimento e suas modificações."

Expressamos, antes de qualquer alongamento a esse respeito, que a matéria de que trata o Código de Ética e Decoro Parlamentar é regimental. Esse é o parecer da Comissão de Justiça.

É regimental, ou seja, é de tal forma estreita a relação do que se deve ser tratado num Código de Ética com o Regimento Interno, a ponto de confundir em qual dos dois diplomas fica mais apropriado discorrer sobre tais normas e procedimentos.

Na verdade, embora sem uma condição específica, o Regimento discorre detalhadamente sobre muitas questões abordadas na proposta. Ele faz mais algumas observações e conclui pela remessa à Mesa Diretora, entendendo, senhores Deputados, que seria uma matéria análoga a uma mudança de Regimento em que, portanto, como acontece nesses casos, Deputado Pedro Bittencourt, a Mesa dá o parecer e traz ao Plenário.

Este parecer foi aprovado por unanimidade na Comissão e também em alguns outros casos em que, erroneamente, mudanças de Regimento foram encaminhadas à Comissão de Justiça. A Comissão deu esse parecer e a Mesa, posteriormente, deu novo parecer sem submetê-lo ao Plenário.

Ouço o Deputado Pedro Uczai antes da sua manifestação, Deputado Pedro Bittencourt.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt (Intervindo) - Se o Deputado Pedro Uczai me permitir, eu vou pedir para falar, senhor Presidente, até porque foi um assunto levantado nesta sessão, neste debate, V.Exa. me respondeu agora, e eu quero, respeitosamente, discordar de V.Exa.

Acho que erroneamente foi o único caso em que esta Casa deliberou sem ouvir a Comissão de Justiça. Esta, sim, foi erroneamente! Agora, não creio que a Casa possa deliberar sobre matérias sem ter a ouvida da Comissão de Justiça. O próprio parecer que V.Exa. acabou de ler fala em proposição; a matéria apresentada pelo senhor Deputado Pedro Uczai é uma proposição.

No nosso Regimento Interno, art. 101 e incisos, refere-se a todas proposições em tramitação na Casa, desde as emendas à Constituição até os projetos de resolução. E todos eles, obrigatoriamente, têm passagem pela Comissão de Justiça.

Quanto ao art. 12 do Regimento Interno, inciso III, que dá competência à Mesa para o parecer, este parecer não pode ser terminativo, senhor Presidente. O parecer, sim, é um parecer a respeito da administração da Casa. Agora, sobre juridicidade e legalidade, a Mesa Diretora não está investida em momento algum para dar parecer neste sentido. Esse parecer é da Comissão de Justiça.

V.Exa. tem uma opinião e eu tenho o direito de me manifestar a respeito do posicionamento que penso e que sempre foi o adotado nesta Casa. Volto a repetir, façam pesquisa nos Anais, porque nunca nenhum projeto de resolução veio a Plenário sem a ouvida da Comissão de Justiça, à exceção daquele votado no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Antes de passar a palavra ao senhor Deputado Pedro Uczai, quero um esclarecimento do senhor Deputado Pedro Bittencourt.

V.Exa. discordou não do Presidente, mas sim da Comissão de Justiça que votou por unanimidade. O Presidente está apenas dando encaminhamento dessa decisão.

Em relação ao outro esclarecimento, quero dizer que as mudanças de Regimento feitas nesta Legislatura, inclusive aquelas presididas por V.Exa., não foram à Comissão de Justiça, vieram a Plenário após o parecer da Mesa.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Mas todos à Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Nenhum foi à Comissão de Justiça! Aquela principal mudança de 95 foi a uma Comissão Especial.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Então, eu solicito que V.Exa.

faça um levantamento através da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Vamos determinar esse levantamento.

Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu estou um pouco preocupado, senhor Presidente, porque a Comissão de Justiça, que discutiria o projeto, o mérito, a constitucionalidade, deu um parecer que não era de competência dela, mas sim da Mesa. Emitir um parecer e deliberar a partir da Mesa para que em seguida não retornasse, porque em nenhum momento o parecer da Comissão de Justiça encaminhou à Mesa o mérito, para depois discutir a constitucionalidade ou não do Código de Ética...

Então, eu não sei quais as razões desse entendimento de retornar à Comissão de Justiça. Estou estranhando um pouco essa forma de encaminhamento, quando a própria Comissão de Justiça diz que não era apta a dar um parecer sobre tal matéria, porque estava locada dentro de discussão do Regimento Interno da Casa legislativa.

Em segundo lugar, senhor Presidente, eu gostaria de receber um esclarecimento em relação ao processo de votação: as emendas apresentadas aqui em Plenário seriam discutidas e votadas em primeiro lugar, para depois ser votado o projeto. Se esta Casa tem como prerrogativa, em última instância, deliberar as emendas apresentadas, caberia, então, a princípio, serem discutidas e votadas, em primeira instância, para depois ser votado o projeto? É este o entendimento?

As emendas apresentadas, votadas e aprovadas pela Mesa seriam discutidas em primeira instância aqui para depois votar o projeto? É este o entendimento, senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O entendimento da Comissão de Justiça é que esta matéria afeta o Regimento Interno e como tal o parecer é dado pela Mesa Diretora, conforme deliberação da Comissão de Justiça no dia 5/8/97.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, só mais um detalhe. As emendas aprovadas na Mesa vão ser discutidas em separado ou já estão incluídas no projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não, estão incluídas no projeto, serão discutidas em conjunto, podem ser votadas em separado, inclusive com o pedido de destaque, se houver, de qualquer Deputado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Retomando a gênese do processo, parece-me que há um evidente equívoco da Comissão de Justiça desta Casa, em cujo contexto eu me incluo, e têm que ser incluídos todos os seus Membros e, principalmente, o Relator (naquela oportunidade era o Deputado Ivan Ranzolin que, lamentavelmente, hoje não está presente). Houve uma deliberação da Comissão entendendo de não analisar a constitucionalidade da matéria e remetendo-a para deliberação da Mesa.

Senhor Presidente, isto me parece que foi um rematado equívoco da Comissão de Justiça por várias razões. Em primeiro lugar, está se tratando aqui da instituição do Código de Decoro e Ética Parlamentar, mas será um instrumento em separado, ele não estará encartado no Regimento. Tanto é verdade que se tivermos o cuidado de analisar o substitutivo global, em momento algum ele fala: altera a Resolução nº 47/89, que é o Regimento Interno.

Então, será um instrumento em separado, não estará encartado no Regimento Interno, é uma matéria referida no Regimento, mas será um instrumento próprio através de uma resolução com outra numeração, não sendo contemplado, portanto, dentro do Regimento Interno.

Por isso, senhor Presidente, a teor do art. 59, inciso I, todas as proposições têm que passar pelo crivo da Comissão de Justiça no que concerne à legalidade, juridicidade e constitucionalidade. Exceto a elaboração do Regimento Interno, que entendo que é um equívoco que se está cometendo. Então, é necessário que seja feita uma alteração do Regimento Interno no art. 239, que suprime a análise dessa matéria da Comissão de Justiça. Mas entendo que aí apenas e tão-somente para questões estritamente regimentais que estejam dentro do corpo do Regimento. O que não é o caso, repito, do Código que vai ser um instrumento em separado.

Por isso, senhor Presidente, como Membro da Comissão de Justiça e tendo votado (eu reconheço o equívoco da Comissão), eu peço, referendando as palavras do Deputado Gilson dos Santos, que a matéria retorne à Comissão de Justiça, para que seja analisada a sua constitucionalidade e legalidade. E devo dizer que me parece, embora tendo feito uma análise superficial, como diriam os latinos, num "ictus oculi", que existem matérias aqui que são flagrantemente inconstitucionais, ou seja, se está legislando através de uma resolução algumas coisas que a Constituição Federal diz em sentido contrário. E pela hierarquia das normas jurídicas, jamais uma resolução na Assembléia poderá contrapor-se à Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, a Presidência quer propor o encaminhamento aos senhores Líderes.

Há um parecer votado por unanimidade na Comissão de Justiça. Evidentemente a Presidência não pode "ex-officio" revogar um parecer, porque aí, sim, Deputado Pedro Bittencourt, teremos o fim das Comissões.

No entanto, há uma manifestação generalizada dos senhores Parlamentares de que a Comissão de Justiça pode ter incorrido em um equívoco e que esta matéria necessita de um reestudo da referida Comissão.

Assim sendo, a Presidência quer fazer o seguinte encaminhamento: que esta matéria vá em regime de urgência à Comissão de Justiça para ser analisada e, posteriormente, retorne ao Plenário e à Mesa.

Nós encaminharemos, primeiro, duas questões: a aprovação do regime de urgência, a devolução à Comissão de Justiça e, posteriormente, a votação em Plenário.

Se a Comissão de Justiça entender que realmente a matéria é apenas afeta à Mesa, ela já estará com o parecer e vem a Plenário. Se entender que deve dar parecer, ela dará o parecer, deverá reconhecer que obrou em equívoco anteriormente e dará o parecer e virá a Plenário em regime de urgência.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. pela decisão. Acho que é a decisão acertada, até porque eu acho que seria uma falta de consideração nossa se estivéssemos falando num parecer do Presidente da Comissão de Justiça que sequer está presente.

Por isso cumprimento V.Exa. pela sábia decisão.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, na ausência sentida e lamentada, pelo Líder do PPB, do Relator da

matéria, também incorporo as palavras da necessidade do Deputado Ivan Ranzolin se manifestar a respeito.

Quero cumprimentar V.Exa. e dizer que em nome da Bancada do PFL o Partido concorda com esse encaminhamento dado por V.Exa. e também com a matéria em regime de urgência.

Gostaria que ficasse bem claro, senhor Presidente, que não é desejo, em hipótese alguma, de não adotar, de não votar, de não discutir, de não ter o Código de Ética na Assembléia Legislativa mas, sim, da tramitação ser observada naquilo que é necessário.

Concordamos com a posição de V.Exa. O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, concordo com o encaminhamento dado por V.Exa. em consonância com a posição dos Líderes.

Gostaria de dizer que é lamentável que no dia da votação em pauta se coloque em discussão a tramitação de um projeto, porque a própria Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis deu um encaminhamento que nos coloca em uma situação constrangedora nesse debate do Código de Ética. Então, acho que é um momento conjuntural-político-nacional desta Casa Legislativa dar resposta a essa realidade que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Apenas para a formalização, esta Presidência comunica que houve a concordância de todos, mas coloca em votação o regime de urgência da matéria.

Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Está aprovado o regime de urgência, e a Presidência determina a volta do Projeto de Resolução nº 008/97 à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para manifestação.

Senhores Deputados, esta Presidência quer propor aos senhores Líderes, também por acordo, que possamos retirar as demais matérias constantes da pauta da Ordem do Dia de hoje, com relação a vetos, e incluí-las na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

(As Bancadas aquiescem.)
Com a concordância das Bancadas, transferimos as referidas matérias para a pauta da próxima sessão, lembrando que a terça-feira é o último dia para a escolha dos Presidentes das Comissões.

Portanto, teremos uma pauta extensa e reforçamos a solicitação para a presença maciça dos senhores Deputados em Plenário, uma vez que segunda-feira é feriado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Pedro Bittencourt, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Câmara Municipal de São José, parabenizando os municípios pelo aniversário do Município.

A Presidência defere.
Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Município de Anchieta, cumprimentando a comunidade pelo aniversário de sua emancipação política.

A Presidência defere.
Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Município de Jardinópolis, cumprimentando a comunidade pelo aniversário de sua emancipação política.

A Presidência defere.
Quanto aos demais requerimentos, a Presidência transfere para a pauta da próxima sessão.

Finda a matéria da Ordem do Dia.
O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Nos entendimentos ocorridos entre as Lideranças partidárias para a formação das Comissões Técnicas, já com os senhores Deputados indicados, são necessárias as convocações das Comissões para as suas devidas instalações e a eleição dos novos Presidentes.

Portanto, indago a V.Exa. - eu sei que V.Exa. tem se dedicado para que o entendimento ocorresse - se já está todo o acordo celebrado, se já podemos instalar a Comissão, fazer a sua eleição, porque eu sou ainda Presidente da Comissão de Trabalho e estou ansioso para reinstalá-la e reiniciar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhor Deputado, marcamos uma reunião de Líderes para terça-feira, às 11h.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, na verdade, quando me inscrevi no horário das Breves Comunicações, gostaria de ter feito alusão ao texto do jornalista Paulo Alceu, publicado hoje no Diário Catarinense, que trata desta discussão que estávamos tendo agora, com relação ao Código de Ética.

Faço questão de ler o texto porque acho que as reflexões que o jornalista Paulo Alceu levanta aqui são pertinentes, e ele faz menção também a uma pesquisa realizada ontem na RBS, às 12h, que eu assisti e fiquei muito preocupado com o resultado da pesquisa.

Então, lerei rapidamente para que aproveitemos este texto para algumas reflexões.

(Passa a ler)

"Código de Ética

A Mesa da Assembléia aprovou o Código de Ética dos Deputados, semelhante aos já existentes no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Hoje deve ir para Plenário. Pelo visto está tudo resolvido. Os Deputados vão se comportar. Não vão abusar do poder econômico. Agirão de forma correta. Não vão abusar do cargo para vantagens pessoais, pois poderão ferir o decoro parlamentar. Correm o risco de cassação.

Não é por aí. Como em qualquer profissão existe um Código de Ética, mas a ética não depende, simplesmente, de um código, de leis, de normas. Depende da consciência de cada um, do respeito pela profissão que optaram, pela atividade que exercem.

Ontem no Jornal do Almoço da RBS-TV, de 2 mil telefonemas, 95% não confiam na atuação dos Parlamentares catarinenses. Demonstram um grande descontentamento. Considerável. E isso não é de hoje. O Parlamento está em xeque. Os próprios Deputados reconhecem. Por causa da falta de seriedade de alguns, acaba atingindo todos.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina está entre as melhores ou entre as menos piores, se assim desejarem. Atuar com honestidade e dedicação não é um mérito, mas uma obrigação que vem sendo seguida pela maioria. Menos mal.

Mas a bem da verdade, somos nós os principais responsáveis. Desmerecemos a importância do voto. Muitas vezes até esquecemos em quem votamos. Trocamos o voto por favores. Sendo assim, perdemos a oportunidade de criticar.

O candidato que troca votos por favores vive deles. Não de idéias e projetos. Daí surgem os clientelistas do poder. Desviando verbas para o bolso, negociando soluções pessoais e não coletivas. A grande mudança não está apenas num Código de Ética. Ele é importante, mas mais importante é a gente saber escolher os nossos representantes. Estamos em ano de eleição. Está na hora de exercer o direito de cidadão de forma responsável. Só assim as mudanças acontecem."

(Cópia fiel)

Senhores Deputados, são reflexões que entendo fundamentais porque não é mais possível nós, nas nossas andanças pelo Estado, recebermos muitas vezes críticas que não são justas. Eu tenho dito em cada local que vou: em cada profissão e em cada espaço existem pessoas que muitas vezes acabam manchando o espaço que ocupam.

Então, não admito, como Deputado, que haja essa generalização como nessa pesquisa - e é claro que ela é feita num universo pequeno de pessoas que possuem telefone, mas ela é preocupante. Ontem, a pesquisa realizada

pelo Jornal do Almoço mostrou que 95%, dos 2 mil telefonemas feitos, não confiam na atuação dos Parlamentares catarinenses. Mas isso somos obrigados a reconhecer: a Assembléia Legislativa de Santa Catarina - nos encontros que tenho tido a nível nacional - é considerada uma Assembléia atuante, séria, e nós achamos que temos que fazer exercer a nossa vigilância para que assim continue.

Penso que esse Código de Ética, com as emendas e com os avanços que possam existir, precisa ser aprovado o quanto antes, para que tenhamos mais uma ferramenta, como está escrito aqui. Pode ser que não modifique posturas, mas com certeza será mais um elemento que nós, representantes da sociedade catarinense, temos que fazer com que a nossa representação seja exercida de forma correta, responsável e honesta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados, em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de dar conhecimento da pauta da Ordem do Dia para a próxima sessão. Além das matérias constantes da Ordem do Dia que foram transferidas para a próxima sessão, farão parte também os Requerimentos nºs 85, de autoria do Deputado Leodegar Tiscoski, e 88, de autoria do Deputado Pedro Uczai e outros.

Também gostaríamos de lembrar aos senhores Deputados que na próxima terça-feira, às 16h30min, haverá uma sessão especial em homenagem ao jornal A Notícia.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 24 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olíces Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Quarto Secretário,

Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Hans Fritsche, que insere dispositivo à Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996 e dá outras providências.

OFÍCIOS Nºs:

059/98, do senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando o deferimento ao pedido de medida cautelar, para suspender, até a decisão final da Ação Direta, a execução e aplicabilidade do inciso V do § 3º do art. 120 da Constituição do Estado de Santa Catarina; 130/98, do senhor Secretário do Tribunal de

Justiça do Estado de Santa Catarina, encaminha para análise, conforme o art. 20 da Constituição Estadual, cópias de processos de licitação, com rol dos documentos anexos; 152/98, do senhor Chefe de Gabinete da Presidência da Telesc, reportando-se ao Telefax nº 1526/97, que solicita a instalação de um telefone público, na localidade de Olinda, Município de coronel Freitas; 969/98, do senhor Secretário de Desenvolvimento Rural, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, comunicando a celebração de convênio com a Prefeitura de Xaxim; 1692/98, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, comunicando sobre a auditoria realizada no DER, referente às obras de duplicação da SC-401.

FAX:

- dos funcionários do Poder Judiciário, Comarca de Jaguaruna, expressando agradecimentos aos Deputados dessa

Assembleia Legislativa, que votaram com o veto do Exmo. senhor Governador, votando a favor do pagamento do reajuste salarial à categoria no percentual de 10,30%;

do senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial de São Miguel d'Oeste, e do senhor Presidente do Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista do Extremo Oeste de Santa Catarina, solicitando o empenho para aprovação do Projeto de Lei que reduz o valor da multa e juros na notificação fiscal conforme alteração anexa, e amplia o prazo de pagamento e parcelamento do ICMS.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência suspende a presente sessão ordinária para, conforme o Requerimento nº 053/98, realizar uma sessão especial.

Está suspensa a sessão até as 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Quero lembrar aos senhores Deputados que, tendo em vista a impossibilidade de realizar a reunião entre os Líderes de Bancada e a Mesa Diretora na manhã de hoje, esta Presidência tem a intenção de fazer essa reunião tão logo encerre a presente sessão ordinária.

Portanto, convidamos os senhores Líderes para uma reunião com os membros da Mesa Diretora, a fim de tratarmos das Comissões Técnicas, tendo em vista que hoje é o último prazo para as Comissões elegerem os seus Presidentes. Pretendemos, após a reunião com os Líderes, que as Comissões se reúnam para fazer a eleição dos seus respectivos Presidentes.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente, sem falsa modéstia, mas como mais experiente, porque o critério é outro (que não gostaria de usar), eu gostaria de convocar os Membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Deputados Volnei Morastoni, Udo Wagner, Ivo Konell, Sergio Silva, Gilmar Knaesel e Cesar Souza, para uma reunião logo após o encerramento desta sessão, a fim de decidirmos a Presidência da referida Comissão.

Da mesma forma, peço permissão ao Deputado Jaime Mantelli para fazer junto, nesse mesmo ambiente, também a reunião da Comissão de Fiscalização. Para tanto, eu convoco os Companheiros Reno Caramori, Luiz Herbst, Hans Fritsche, Carlito Meres, Júlio Teixeira e Norberto Stroisch para decidirmos a Presidência.

Espero que nessas duas Comissões possamos cumprir o acordo feito com as Lideranças partidárias.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente, da mesma forma, como Presidente da Comissão de Finanças, eu convoco todos os seus Membros para uma reunião amanhã, às 10h, na Comissão, para discutirmos a eleição do novo Presidente daquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi

Saretta) - Deputado Gilmar Knaesel, quero lembrá-lo que o prazo se encerra hoje. Inclusive, nós temos em seguida uma reunião... a não ser que V.Exas. achem desnecessário essa reunião. Caso contrário, nós teremos uma breve reunião com os Líderes para em seguida haver a eleição dos Presidentes.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, na reunião de Líderes, na semana passada, em princípio ficou marcada uma reunião para hoje na parte da manhã, mas em função das atividades da Comissão de Constituição e Justiça, não foi possível realizar a reunião pela parte da manhã com as Lideranças de Bancada, até porque tinha quatro Líderes participando.

Como vários Deputados já estão encaminhando reunião das respectivas Comissões, quero fazer aqui um acordo para evitar a reunião das Lideranças em seguida às das Comissões.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu vou ser aqui absolutamente fidedigno às tratativas.

Na reunião que foi presidida por V.Exa. houve alguns problemas, por exemplo: o Deputado João Henrique Blasi, Líder do PMDB, solicitava que o PMDB ficasse com três Comissões, sob a alegação de que se obedeceria ali o princípio da proporcionalidade; o PPB solicitava quatro Comissões; e quatro do PPB com mais três do PMDB seriam sete, restariam duas Comissões para o PT e para o PFL. Evidentemente que nós não aceitamos a subida do PMDB para três Comissões, e os demais Partidos não concordaram com a quarta Comissão para o PPB.

Assim sendo, senhor Presidente, até com problemas de ordem interna, nós discutimos com os nossos Deputados e o PPB optou, através da sua maioria, por continuar com as três Comissões que até hoje são presididas pelo próprio Partido. O PT ficaria com duas Comissões, mais propriamente a Comissão de Agricultura e a Comissão de Saúde; o PFL ficaria com as Comissões de Serviço Público e Fiscalização e Controle; o PMDB continuaria com as mesmas Comissões, sendo que na eleição dos Vice-Presidentes serão repetidas as mesmas composições que existem atualmente.

Por isso, senhor Presidente, eu entendo que não existe um acordo total, mas a maioria optou por essa solução. E sem qualquer tipo de demérito à proposta do PMDB, os Partidos entendem que o PMDB deve continuar com o mesmo número de Comissões que no ano passado. Nós também ficamos com o mesmo número; o PT não aumenta nenhuma Comissão, tinha a Comissão de Saúde mas, por um problema, não continuou com aquela Comissão. Então, repete-se praticamente tudo o que tinha sido no ano passado.

Era esta a posição, senhor Presidente, que gostaria de dar para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Exa., inclusive, sugere, nessa linha de raciocínio, a dispensa da reunião com os Líderes, tendo em vista...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, tendo em vista

que nessa reunião muito pouca coisa vai se acrescentar, mesmo com todo o respeito, se V.Exa. quiser, nós iremos na Comissão para repetir isso que estamos dizendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Certo!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, os Deputados do PMDB entendem que têm pelo menos o direito de que haja mais uma reunião do Colégio de Líderes. E a Bancada pede essa consideração no sentido de que, se a resposta for negativa, tenhamos essa resposta do Colégio que foi incumbido de analisar a matéria.

Por isso, embora sabendo da má vontade com a nossa postulação, nós entendemos fundamental que haja reunião, como disse, até como consideração aos Deputados do PMDB, que ao ser mantida essa posição que foi tornada pública em Plenário será o grande Partido prejudicado na composição das Comissões da Casa.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Eu estou aguardando, senhor Presidente, a decisão de V.Exa., porque na condição de ex-Presidente da Comissão de Trabalho cabe-me convocar a citada Comissão para a reunião de instalação. E hoje, parece-me, é o último dia previsto regimentalmente. Aguardo a decisão de V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, senhores Líderes, senhor Deputado João Henrique Blasi, senhor Deputado Gilson dos Santos, esta Presidência convida os Líderes de Bancada para uma reunião com a Mesa Diretora, após o término da presente sessão, e solicita aos membros das Comissões que façam uma reunião de escolha dos Presidentes somente após a reunião com os Líderes e a Mesa Diretora, lembrando que imprimeiramente essa escolha tem que ser no dia de hoje. Esse é o encaminhamento!

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, de acordo com o encaminhamento de V.Exa., eu quero convocar os senhores Deputados-membros da Comissão de Trabalho para uma reunião, logo após o encerramento da reunião do Colegiado de Líderes com V.Exa., para a instalação e eleição do novo Presidente e Vice-Presidente da Comissão citada.

Ficam assim, portanto, senhor Presidente, convocados os senhores membros, e solicito que V.Exa. o faça, da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos para uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica reiterada a convocação feita pelo senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Norberto Stroisch.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH

- Eu gostaria apenas que V.Exa., através das informações da Mesa Diretora, informasse-me a respeito da sessão solene, que, parece-me, está prevista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Hoje, às 18h30min, haverá uma sessão solene em homenagem ao transcurso do aniversário do jornal A Notícia.

Portanto, hoje teremos atividades até concluirmos todos os trabalhos.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar a presença aqui, na nossa sessão, do joinvilense ilustre, ex-Prefeito, ex-Vereador, membro do nosso Partido, nosso companheiro Nilson Bender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a verificação do quórum, lembrando que temos na pauta mensagens que dispõem sobre vetos.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 27 senhores Deputados.

Há quórum para deliberar.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu gostaria de saber da possibilidade de se fazer um entendimento com os Líderes no sentido de que os vetos fossem colocados em apreciação no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, não há impedimento por parte da Mesa Diretora, se houver a concordância dos Líderes, tendo em vista a realização dessa reunião com os Líderes para definir as Presidências das Comissões Técnicas.

Há necessidade das Comissões se reunirem e elegerem o Presidente e da sessão solene das 18h30min, portanto, se houver a concordância, vamos transferir a pauta de hoje para amanhã (os vetos, especialmente), ou seja, as matérias que exigem a votação secreta. E amanhã, senhores Deputados, além desses vetos, colocaremos em pauta algumas emendas constitucionais que estão tramitando.

Por isso, apelamos, caso haja a transferência dessas matérias, para a presença maciça de todos os senhores Deputados na sessão de amanhã.

Consulto os senhores Líderes se há algum impedimento a esse entendimento.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Quanto aos vetos, tudo bem! Mas há uma matéria, até urgente, senhor Presidente, que é a alteração de um projeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Vidal, muito importante. E como não é matéria polêmica, eu solicitaria a V.Exa. que o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!

O SR. DEPUTADO WILSON WANDALL - Concordo com o encaminhamento do Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE

BLASI - Senhor Presidente, excepcionalmente, concordamos em razão das reuniões paralelas que têm que ser feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Os outros Líderes concordam?

((Pausa))

Com a concordância dos senhores Líderes, vamos transferir as matérias que tratam de vetos para a pauta da sessão de amanhã, estando já automaticamente incluídas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 393/97, de autoria do senhor Deputado Paulo Vidal, que altera a redação da ementa e do art. 1º da Lei nº 10.584 de 11 e novembro de 1997. (Dispõe sobre a desanexação da área da Ponta do Papagaio.)

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

((Pausa))

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/98, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que suspende a execução da Lei nº 1.776/93, do Município de Tubarão.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

((Pausa))

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/98, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que suspende a execução da Lei Municipal nº 129/94, do Município de São Francisco do Sul.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

((Pausa))

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/98, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que suspende os efeitos dos arts. nºs: 117 e 118 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município de Imbituba.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

((Pausa))

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores Deputados, temos em discussão o Projeto de Resolução nº 003/98, de

autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a realização de sessões ordinárias e extraordinárias da Assembléia Legislativa do Estado, alterando em caráter temporário e excepcional disposições regimentais.

É o chamado calendário especial de sessões.

Nós queremos propor aos Líderes, embora esta matéria tenha sido amplamente debatida entre os Líderes e a Mesa Diretora, que transferíssemos para amanhã a votação da presente matéria, a não ser que V.Exas. achem que esta matéria já foi muito debatida.

((Os Líderes aquiescem))

Vamos colocar na pauta de hoje, já que houve concordância dos Líderes.

Discussão e votação em 1º turno do Projeto de Resolução nº 003/98, de procedência da Mesa Diretora, que dispõe sobre a realização de sessões ordinárias e extraordinárias da Assembléia Legislativa do Estado, alterando em caráter temporário e excepcional disposições regimentais.

Em discussão.

((Pausa))

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Antes de colocar em votação, senhores Deputados, esta Presidência quer deixar registrado nos Anais da Casa que este calendário especial, a exemplo dos demais feitos em anos anteriores, é fruto de um debate com todos os senhores Líderes de Partido e que, tendo a concordância de todas as Bancadas, necessitará ser cumprido integralmente.

Como tal, chamo a atenção para as disposições do § 2º do art. 2º, que diz:

((Passa a ler))

"§ 2º Durante o período de que trata o art. 1º não serão abonadas faltas sob a alegação de desempenho de atividades parlamentares."

Chamamos a atenção desta redação que já constava das redações anteriores, nos acordos anteriores, e caso a Presidência constate a ausência sistemática de Parlamentares, será proposta a anulação do presente calendário para o Plenário.

Senhores Deputados, retiramos os requerimentos da pauta da presente sessão para votá-los amanhã.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

((Pausa))

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente sessão anunciamos a pauta para a sessão de amanhã: os vetos que constavam da presente sessão, as Emendas Constitucionais nºs 04/97, 04/95 e 02/96, todas de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, os requerimentos que constavam da pauta de hoje e os Requerimentos nºs 91 e 92.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, desejamos fazer uma solicitação à Mesa: na semana passada nós entregamos a V.Exa. o abaixo-assinado do Movimento Unificado contra a Privatização e colocamos no pronunciamento a necessidade da vinda imediata do Secretário Nelson Wedekin.

Está hoje nos jornais novamente, página inteira, matéria sobre a questão da

Invesc, a venda das debêntures da Celesc. O senhor Secretário tinha uma audiência agendada com V.Exa. hoje, mas não veio. Gostaria de, pelo menos, ter uma informação da Mesa se houve alguma tratativa, porque depois que venderem as ações da Casan e da Celesc, o senhor Wedekin não precisará mais vir aqui.

O Sr. Deputado Lício Silveira (Intervindo) - Este será o último ato dele, porque diz que na hora que acabar de vender as ações, sai da Secretaria da Fazenda. Acho que deveria sair antes! É a mensagem que deixamos para ele!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Nós tínhamos agendado uma audiên-

cia para esta manhã com o Secretário da Fazenda Nelson Wedekin para tratar dos repasses, do duodécimo constitucional para esta Assembleia Legislativa, mas, infelizmente, ele viajou para Brasília, pelo menos são as informações que temos, e o seu celular está desligado.

Nós tentamos durante todo o dia de hoje entrar em contato com o senhor Secretário, mas não conseguimos.

Teremos uma reunião da Mesa Diretora amanhã, onde estaremos inclusive deliberando sobre encaminhamentos a respeito do não-cumprimento por parte do Governo do repasse constitucional à Assembleia Legislativa.

Com relação à convocação da vinda do senhor Secretário, a Primeira Secretaria está fazendo as tratativas, mas está tendo dificuldade de encontrá-lo. E quero dizer que não falta empenho por parte dos Membros da Mesa Diretora para isso e esperamos que até amanhã, na hora da reunião, tenhamos pelo menos as datas dessas conversas, caso contrário, a Mesa vai deliberar os encaminhamentos que serão dados.

Encerramos a presente sessão convocando uma sessão solene para hoje, às 18h30min, em comemoração aos 75 anos do jornal A Notícia.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO ESPECIAL

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 24 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum legal e invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão especial, convocada a pedido deste Deputado, para debater a problemática dos atingidos pelas barragens de Itá, Machadinho, Barra Grande, Campo Novos e Foz do Chapecó.

Convido o senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, para conduzir as autoridades que farão parte da mesa:

Senhor Pedro Waldemar Miranda Martins, Gerente do Departamento de Implantação de Hidrelétricas - Gerasul;

Senhor Flávio Lima de Souza, Gerente da Divisão de Implantação do Reservatório de Hidrelétricas - Gerasul;

Senhor Justino Antônio Peccini, membro da Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens;

Senhor Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, Deputado Odacir Zonta.

Convidamos as pessoas que estão acompanhando a presente sessão para que adentrem ao Plenário e ocupem as cadeiras.

(Pausa)

Queremos saudar todas as pessoas que acompanham a presente sessão especial,

especialmente os atingidos pelas barragens, que se deslocaram de suas regiões a fim de comparecer a esta sessão.

Na condição de Presidente da Assembleia Legislativa, tive a oportunidade de receber, na semana que passou, a Comissão do Movimento dos Atingidos por Barragens, quando acertamos a realização da presente sessão especial, que tem por objetivo discutir e debater a problemática dos atingidos pelas Barragens de Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz de Chapecó.

Para tanto, fizemos um convite a todos os Prefeitos da região, aos Vereadores, às lideranças, aos sindicatos atingidos, ao Presidente da Eletrosul, que se fez representar neste momento através das autoridades já mencionadas.

Nós teremos a seguinte sistemática: vamos passar a palavra inicialmente às três pessoas que compõem a mesa na condição de representantes da Eletrosul/ Gerasul, que vão depois, inclusive, nos esclarecer melhor essa situação, para que todas as pessoas aqui presentes possam tecer esse quadro ao representante do Movimento dos Atingidos.

Em seguida, nós vamos alterar um pouco a forma tradicional que determina o Regimento Interno e permitir a palavra às pessoas que estão acompanhando a presente sessão, para que façam questionamentos aos debatedores, já que a intenção principal desta nossa sessão é ouvir e debater os problemas. Por isso nós não queremos deixar limitado apenas aos pronunciamentos.

Temos uma pré-lista de nomes indicados para usar da palavra, mas depois será aberta a palavra aos Deputados, aos atingidos, enfim, às lideranças que estão aqui presentes, lembrando apenas que às 16h, impreterivelmente, nós temos que encerrar, porque temos as votações na Ordem do Dia.

Temos inscrito para falar o senhor Ilardo Cum e Nadir Bittencourt, da barragem de Machadinho; Danilo Shantz, Ari Pompeu da Silva, da barragem da Foz do Chapecó; Murilo Baroni e João Gomes, da barragem de Itá.

Gostaríamos de pedir que fossem bem objetivos, para que nós possamos permitir que diversas pessoas façam uso da palavra. Quem for falar pode utilizar o microfone da tribuna ou, se preferir, pode utilizar os microfones de aparte.

Com a palavra o senhor Pedro Valdemar Miranda Martins, gerente do Departamento de Implantação de Hidrelétricas.

O SR. PEDRO VALDEMAR MIRANDA MARTINS - Cumprimos todos, gostaria de colocar que estamos aqui representando o Presidente da Eletrosul, que ficou impossibilitado de atender ao convite devido a compromissos anteriormente assumidos. Eu sou o responsável pelo Departamento de Implantação de Hidrelétricas e meu colega, Dr. Flávio, é responsável pela divisão de Implantação de Reservatórios.

Gostaria de ressaltar também que recebemos um fax convidando para participar de um debate tratando dos reservatórios das barragens de Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Fatchinal de Chapecó. E eu precisaria esclarecer que a Eletrosul tem a concessão para a execução das barragens de Itá e Machadinho.

As barragens de Campos Novos, Barra Grande e Chapecó são atribuições da Agência Nacional de Energia - Anel, e eu não tenho como participar de um debate desse empreendimento. A Eletrosul chegou a executar alguns trabalhos em Campos Novos, que foram até a execução do projeto básico de engenharia e estudos de meio ambiente.

Tentando agilizar os trabalhos, eu passaria a palavra ao Presidente, para iniciarmos os debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Flávio Lima de Souza, Gerente da Divisão de Implantação do Reservatório de Hidrelétricas.

O SR. FLÁVIO LIMA DE SOUZA - Inicialmente o meu boa-tarde a todos, uma saudação especial ao Presidente da Assembleia Legislativa e aos demais integrantes da mesa.

Estamos aqui com o objetivo, como disse o colega Pedro Martins, de contribuir para este debate, prestando os esclarecimentos que forem necessários e que estiverem ao nosso alcance para que possamos dirimir quaisquer dúvidas existentes e aprofundar o debate na medida necessária sobre essa questão de reservatório de usinas hidrelétricas.

Nós temos a responsabilidade, dentro da estrutura da Gerasul, empresa que surgiu da cisão da Eletrosul, pelo

gerenciamento da implantação dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho, processo este que participamos desde o início, desde as primeiras reuniões, os primeiros contatos com a população atingida e que temos acompanhado ao longo do tempo no que diz respeito à Itá e, mais recentemente, há cerca de dois anos, quando foi retomado o projeto de Machadinho.

Nós estamos abertos para os esclarecimentos necessários e esperamos poder contribuir para este debate.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passo a palavra ao senhor Justino Antônio Peccini, membro da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens.

O SR. JUSTINO ANTÔNIO PECCINI - Cumprimos o Presidente desta Casa, os componentes da mesa, bem como todos os atingidos por barragens e suas lideranças, que aqui se fazem presentes. Também queremos agradecer esta Casa pela oportunidade que a população atingida tem de se manifestar nesta sessão especial.

O MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens - tem dezoito anos de existência. Seu objetivo é de trabalhar, de lutar em defesa do meio ambiente e da cidadania da população atingida.

(Passa a ler)

"A Usina Hidrelétrica de Itá, que está sendo construída na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inundará mais de quatro mil famílias e onze Municípios entre os dois Estados.

Com muito custo, em 1987 o Movimento dos Atingidos conseguiu firmar um acordo com a Eletrosul, ratificado pelo então Ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves, que previa que nenhuma obra seria feita dentro do rio antes de resolver todos os problemas sociais e ambientais que a obra causaria. E ficou acordado o início imediato dos assentamentos e indenizações.

Hoje, após dez anos do nosso acordo, o rio já foi desviado, em descumprimento ao nosso acordo, e cerca de quinhentas famílias não têm o seu futuro definido, as casas que construíram, a erva-mate ou citrica que plantaram. A Eletrosul e a Associação de Autoprodutores Independentes - AAI, construtora da UHE, definiram como má fé e não querem indenizar, não querem admitir direito ao reassentamento nem para quem está no cadastro e é reconhecidamente morador da região e que, por erro da empresa, não foi cadastrado.

A Eletrosul faz de tudo para não reassentar as famílias, até inventou uma tal de carta de crédito que não beneficia os atingidos e só causa o êxodo rural, que não está em nosso acordo, e que somos contra. A Eletrosul não quer cumprir a legislação ambiental que define uma faixa de preservação permanente de 100 metros ao redor do lago, não indenizando os atingidos pela perda de mais essa área.

A Usina Hidrelétrica de Machadinho, que será construída entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inundará 7.177 hectares de terra, atingindo 1.850 famílias, e está sendo construída pelo GEAM, tendo a Eletrosul como negociadora dos problemas sociais e ambientais. A população atingida vem sendo desrespeitada, ameaçada de desapropriação, e o GEAM oferece valores irrisórios para a indenização - valor de R\$500,00 o hectare, que significa R\$0,05 o metro quadrado, o que é um roubo -, e além disso o GEAM não quer de forma nenhuma comprar área para reassentamento e

reassentar as famílias.

Na Usina Hidrelétrica de Foz de Chapecó, que será construída entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estimamos em mil famílias atingidas, mas não temos dados, pois a Engevix, que está fazendo os estudos da obra, não repassa as informações.

Na Usina Hidrelétrica de Barra Grande e Campos Novos, que será construída entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estimamos em 500 famílias atingidas, mas também não temos dados, porque estão sendo guardados em segredo.

Frente à atual situação dos atingidos pelas usinas hidrelétricas, entendemos que:

- a) a privatização da Eletrosul deve ser cancelada imediatamente, pois desde o início do processo de privatização da empresa e obras acabou o respeito com a população atingida, e a privatização só pode trazer um mal à sociedade;
- b) a compra imediata de áreas para reassentamento para os atingidos pela barragem de Machadinho;
- c) que o valor pago de indenização pelas terras dos atingidos pela barragem de Machadinho seja um valor justo, o qual estimamos em R\$3.000,00 o hectare de terra nua;
- d) a solução imediata de todos os problemas pendentes com os atingidos na UHE de Itá, sendo que entendemos necessário o início imediato do reassentamento de Catupei, que já tem a terra comprada, falta só a Eletrosul reconhecer os direitos dos atingidos para reassentamento;
- e) a suspensão imediata da carta de crédito, que não está em nosso acordo e promove o êxodo rural;
- f) o cancelamento imediato de todos os estudos nas UHEs de Foz de Chapecó, Barra Grande e Campos Novos, até que se resolvam todos os problemas dos atingidos pelas UHEs de Itá e de Machadinho, e que antes de iniciar qualquer estudo, que primeiro seja feito um acordo com os atingidos."

Nós acrescentamos que nessas áreas existem muitos problemas ainda, a população atingida tem muitas preocupações e vive uma situação de revolta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passo a palavra ao senhor Ilardo Cunn, da barragem de Machadinho.

O SR. ILARDO CUNN - Saúdo todos os senhores e senhores aqui presentes, todos os companheiros atingidos por barragens, os Deputados, as demais autoridades e também o pessoal da Eletrosul.

Nós estamos mais uma vez em Florianópolis e quero dizer que não é fácil, como pequeno agricultor... acho que estamos aqui reivindicando os nossos direitos como agricultor também, para que o Governo olhe a situação que o agricultor está passando, que cada vez está pior.

Eu quero deixar bem claro que na barragem de Machadinho nós estamos em uma situação difícil. Todos os Prefeitos, na época da campanha política, falaram que com a vinda da barragem de Machadinho eles estariam ajudando os agricultores, mas quando teve o início da obra, nós vimos todos os Prefeitos contra os agricultores, contra os atingidos.

Essa é a maneira hoje dos políticos, tanto em nível municipal, estadual como fede-

ral. É um absurdo o que ocorre no meio, com a situação cada vez se agravando mais.

Quero dizer também que nós tivemos reunião em Campos Novos, Machadinho, onde alguns itens foram acertados pelo Presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila. E hoje nós estamos vindo, pela indenizações em Machadinho, que estão descumprindo aquela negociação que foi acertada.

Queremos ao menos que o senhor Cláudio Ávila seja um homem honesto e assumo o compromisso da negociação. Temos a esperança que nós vamos chegar a um acordo.

Quero dizer que a população de Machadinho está sendo enganada. Nós temos um acordo, feito há oito anos, que diz: não se começa uma hidrelétrica ou um reservatório sem ter duas áreas de terra para um reassentamento. A barragem de Machadinho já está em andamento, o serviço de sondagem já está pronto, já estão fazendo a terraplanagem e para os alojamentos não temos nenhuma área de terra comprada. A situação é, portanto, grave!

Quero pedir também que as pessoas do antigo eixo da barragem de Machadinho vejam a situação daquelas famílias. É preciso dar o reassentamento para aquelas famílias que estão no antigo eixo e que moram lá acerca de quinze anos.

Nós também queremos falar da situação, do que ocorre. Estamos vendo muitas coisas. A negociação parou e nós não nos responsabilizamos pelo que vem a ocorrer nas barrancas do rio.

Nós somos agricultores, as pessoas ficam com o sangue correndo, muitas famílias, e onde nós vamos o pessoal não vêm negociar, o pessoal está enganando.

A Eletrosul está com as cartas de crédito, estão com 90% do canteiro de obra comprado, não tem nenhum reassentamento para dar para as pessoas. Então, que este lado seja visto e que a Eletrosul compre essas áreas para reassentamento o mais rápido possível.

Também gostaria de dizer à população que o preço das terras que a Eletrosul vem oferecendo não chega a 600 reais o hectare de terra nua. Isso é um absurdo! Não tem como os agricultores vender a terra por este preço. Isso é migalha! A hidrelétrica vai gerar milhões e milhões por mês, ou por ano, e os agricultores vão pegar essa miséria e vão se colocar onde com isso?!

Vamos analisar: 600 reais por um hectare de terra é dinheiro que não dá para comprar uma vaca de leite, gente! É dinheiro que dá apenas para comprar um cavalo velho! Essa é a situação que está ocorrendo nessas barragens, e este caso não podemos aceitar!

Temos que reverter essa situação. Esperamos que haja uma negociação o mais rápido possível, porque do jeito que está, não dá!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra a senhora Nadir Bittencourt, também da barragem de Machadinho.

A SRA. NADIR BITTENCOURT - Em primeiro lugar quero dar um abraço amigo e fraterno a todo o povo daqui. Também quero dar aquele abraço ao Flávio e ao Pedro Martins, que estão representando a Eletrosul, mas aquele abraço que eles merecem, não o abraço que o povo merece, porque a minha preocupação aqui é a mesma daquela mãe, daquele pai de família que está sendo enrolado, enganado e excluído da sua própria terra, terra esta que eles dizem que nem alho não dá, que nem de presente eles querem.

Mas se não dá para isso, serve para construir uma barragem, uma mina de ouro para eles, que querem tirar de nós a troca de casca de alho, não a preço de alho, como eles dizem. Só que não vamos entregar a nossa terra assim, porque a nossa preocupação de mãe e de pai é colocar bem os nossos filhos. Eles, que estão sentados nessas cadeiras, sabem que dali eles estão salvando o pão do filho, o estudo do filho, a saúde do filho, e nós também defendemos isso.

Um pai e uma mãe que tem consciência humana quer uma coisa dessa para um filho, não espera um dia estar debaixo de uma lona preta criando um marginal, que talvez um dia sirva para enfrentar os da Eletrosul ou qualquer um outro que esteja pisando no pobre na roça, porque é de lá que sai também o feijão e o arroz de vocês, para a cidade. Por isso vocês têm que usar um pouco do bom senso, coloquem a mão na consciência de vocês. Isso é muito doido, isso é para quem tem coração, e tem gente que não tem!

Se sairmos da roça, se o povo da roça ir para a cidade, amanhã ou depois não tem mais moranguinha na cidade, não tem mais a batata doce, a mandiocinha e muito mais que sai da encosta do rio. Por isso nós queremos o nosso pedacinho de chão, porque até o dia de hoje é lá, nesse pedaço de terra que para eles não vale nada, que temos a nossa vida digna, e de lá não sai ladrão ou marginal. Agora, em baixo de uma lona, talvez não seja o gosto de um pai ou de uma mãe criar um filho desse tipo, mas geralmente é o que sai, porque mãe e pai vão trabalhar, nem que seja de faxineira, porque trabalho não nos assusta, estamos acostumados no pesado, só que a família vai ficar abandonada na beira da estrada e com certas companhias.

Talvez eles digam que vai do conselho da mãe e do pai. Mas não é isso, companheiras. A má companhia é que leva. A mãe vai trabalhar de faxineira, o pai vai ter que fazer um outro serviço e os filhos vão ficar na rua, porque a lona preta não tem cadeado para chavear o filho lá dentro e proibir que ele vá para a rua. E não tendo cadeado, não tem como proibir do inimigo chegar lá dentro e desencabeçar o filho da gente.

Portanto, eu peço encarecidamente que eles usem um pouquinho do bom senso, que eles devem ter para o lado da família deles, para nós lá também, porque a situação, companheiros, está desesperadora mesmo. Qualquer mãe, qualquer pai de família comete uma loucura na hora que eles chegarem lá com o precinho que estão colocando no nosso terreno, que para eles não vale nada, mas para nós vale muito dinheiro, vale mais do que essa mina de ouro que vocês vão construir lá e que vocês querem tirar por nada!

Nós não vamos entregar assim. Só que a situação está cada vez mais desesperadora, e se nós não conseguirmos o preço que merecemos pelo que é nosso, a barragem não vai sair feita, porque nós vamos invadir aquele canteiro e lá não vai entrar ninguém. E mais uma, companheiras: brigadiana não nos assusta, porque na minha família eu também tenho comandante da polícia, eu também tenho delegado da polícia; na minha família tem brigadano, tem cargo de brigada também, e eles passam para nós qual é a situação.

Não adianta! Lá do Maximiliano já estão prometendo para nós policiamento. Grande coisa! Estão ali para defender o pobre e o grande, só que é o seguinte: eles vão para o lado que tem dinheiro. Mas nós não temos medo, porque nós não agredimos e sabemos muito bem que a polícia só pode agredir se ela for agredida. Isso a gente sabe muito bem,

companheira.

Quando se sente que tem medo de um policiamento, eles colocam em cima de nós um batalhão completo, se orgulhando, porque ali nós temos uma defesa. E eles têm que nos defender e a eles também. Eles estão ali para evitar o tumulto, não estão ali para dar bordoadas em nós. Se algum brigadiano usa farda e quer se prevalecer porque está dentro da farda, dá bordoadas, porque em certas mulheres, como nós, eles já bateram. Mas nós não temos medo. Nós apanhamos uma vez, mas foi só uma vez, e foi bom a gente aprender a conviver no meio do policial.

É isso: brigadiano não vai nos assustar lá no canteiro e não respondemos pelo que poderá acontecer a esse pessoal que está indo lá tentando nos excluir de cima do nosso terreno.

Se vocês não usarem de bom senso, podem esperar que de nós também vocês não vão ter compreensão, porque nós estamos em cima do que é nosso; não estamos impedindo a obra, mas estamos exigindo o nosso direito.

Vocês querem que nós sejamos amanhã ou depois mais um pobre sem terra, para estar aí na rua, que nem isso eles conseguem, os coitados. Nós temos o nosso cantinho - e não é se orgulhar -, e não queremos perder o nosso cantinho para amanhã ou depois estarmos na mesma situação.

Um abraço para os da Eletrosul. Fica assim: conforme vir o seu amigo, o senhor vai levar o meu. E escutem bem, marquem bem que dia é hoje e decidam logo se vocês têm pressa de fazer essa obra.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Passamos a palavra agora ao senhor Danilo Shantz, que representa os atingidos pela barragem de Foz do Chapecó.

O SR. DANILO SHANTZ - Senhor Presidente, senhores Deputados, caros companheiros atingidos aqui presentes, é triste nós termos que nos deslocar dos mais longínquos espaços deste nosso Estado para vir aqui nesta Casa e aqui apresentar as nossas denúncias.

Senhores Deputados, V.Exas. devem ter acompanhado durante todos esses anos toda a caminhada do Movimento dos Atingidos por Barragens, que sempre esteve em defesa dos direitos desse povo sofrido, assim como de todo o pequeno agricultor, que está abandonado.

Queremos aqui reforçar aquilo que o companheiro já colocou antes: que em 1987 firmou-se um acordo a partir dos problemas da barragem do Itá, acordo este que não está sendo cumprido, porque no mesmo acordo diz que enquanto não se resolver todas as questões sociais da barragem do Itá, nenhuma outra obra será iniciada no Sul do Brasil.

Esse foi o primeiro descaso, o primeiro rompimento do acordo firmado entre a Eletrosul, o Movimento dos Atingidos e os atingidos.

Na nossa região, o Oeste catarinense, mais precisamente entre Água de Chapecó e Alpestre, no Rio Grande do Sul, infelizmente, na semana passada, ouvimos o Prefeito dizer o seguinte: "O meu Município está sendo invadido, porque nem mesmo os administradores são comunicados, muitas vezes, do que está se passando". Essas são palavras do Vice-Prefeito de Alpestre, no Rio Grande do Sul, e do Prefeito Municipal de Caxambu do Sul.

Não estamos falando dos Municípios

que não são diretamente atingidos: Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Erval Grande, no lado do Rio Grande do Sul, e do nosso lado, Caxambu do Sul, Água de Chapecó, Chapecó, Paial e Guatambu.

Então, senhores, no nosso entender, o que deveria acontecer neste momento seria uma consulta popular em primeiro lugar, para ver se realmente essa obra deveria ser construída.

No entanto, não bastasse a entrada nos Municípios sem dar comunicação, os nossos colonos têm as suas terras invadidas também. No ano passado tivemos e sentimos a necessidade de chamar a Polícia Florestal, que também nada fez, quando terras dos nossos agricultores, na barranca, foram invadidas e derrubaram árvores. Se fosse o agricultor que derrubasse, provavelmente seria multado.

Então, essas são algumas denúncias, senhores Deputados, que não poderíamos deixar de registrar aqui. Imploramos aos senhores, porque acredito que alguns não têm conhecimento muito presente da realidade lá da barranca do rio, que tomem conhecimento e se posicionem junto a esse povo, que não pode ser mais uma vez explorado e expulso daquela região.

Eu não falei ainda da questão da barragem de Itá porque, após a minha falação, o próximo companheiro irá falar.

Infelizmente, então, nós nos deparamos com essa realidade em nossas comunidades. Os agricultores são iludidos, já que passam por uma difícil situação. Eles dizem que querem vender as terras e ir embora, esquecendo que na favela a situação se torna muito mais difícil. Aí se diz que a terra será muito bem paga, só que não é dito o valor desse bem pago, e então confunde o agricultor, que se posiciona para que saia a construção da obra.

Então, esse é outro fato que quero chamar atenção: que o agricultor não pode ser enganado. Ele não pode viver fora da sua realidade da barranca do rio - e isso sem considerarmos a história de uma família lá da barranca do rio, que também tem o seu valor.

Temos trabalhado, eu particularmente e os demais coordenadores do movimento, e temos encontrado pessoas com 70, 80 anos que têm sua raiz na comunidade, e de repente essas pessoas são jogadas para fora dali. Tudo isso tem que ser considerado e muito bem discutido, para daí se pensar em colocar água em cima das terras dos agricultores.

Então, nesse sentido, senhores Deputados, em nome do Movimento dos Atingidos, em nome dos atingidos, gostaríamos de uma atenção especial para que esse tipo de coisa não continue. E digo mais aos senhores representantes da Eletrosul: que neste momento - essa é a nossa posição - devem ser paralisados todos os trabalhos e que se cumpra aquele acordo de 87, pois na barragem de Itá existe muita pendência que precisa ser resolvida.

Essa era a nossa solicitação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos três inscritos previamente. Vamos ouvir os três, depois ouviremos a manifestação dos representantes da Eletrosul e, em seguida, continuaremos ouvindo as manifestações, inclusive, dos Deputados que estão aqui presentes, do Prefeito de Itá, Milvo Zancanaro, e outros, os quais, tão logo nos chegue o nome, vamos anunciar aqui a sua presença.

Passo a palavra, agora, ao senhor Ari Pompeu da Silva, da barragem de Foz de

Chapecó.

O SR. ARI POMPEU DA SILVA - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente da Assembléia e desta forma estaremos cumprimentando todos os Deputados que aqui se fazem presentes e que vieram nos valorizar, vieram valorizar essa gente que veio lutar devido à grande dificuldade que estão tendo com a construção das barragens.

A Eletrosul não está dando bola para todas essas dificuldades. Depois, se preocupam com o favelamento que está acontecendo nas cidades, mas, talvez, de repente, a Eletrosul é também a culpada disso estar acontecendo.

Estamos aqui para discutir, hoje, junto com o pessoal da Eletrosul, Gerasul, sei lá o quê. Não se entende mais essa mudança. Nós estamos muito preocupados devido às grandes situações que estamos vendo que estão acontecendo na barragem de Machadinho e na barragem de Itá, inclusive também seremos atingidos na barragem da Foz de Chapecó.

Como liderança política, pois exerço a função de Vereador no meu Município, aqui estou hoje representando muitos agricultores que estão sentindo na pele essa grande dificuldade, pois da forma como sabemos que os acertos são feitos com o pessoal da Eletrosul e da forma como estão sendo tratados, muito nos preocupa que isso possa acontecer nos nossos Municípios.

A opinião é de que não se construa a barragem em Foz de Chapecó até que não se resolvam os problemas sociais da barragem de Itá e da barragem de Machadinho, porque somos todos agricultores e estamos trabalhando naquilo que é nosso, naquilo que compramos com o nosso suor. Daqui a pouco ficam nos chamando de invasores, e viemos aqui, em Florianópolis, simplesmente para reivindicar os nossos direitos.

Está claro que há alguém mais invasor do que nós, alguém que está chegando em nosso Município e está invadindo aquilo que é nosso, mas não podemos mais aceitar isso, porque já está muito difícil sobreviver na agricultura. Temos um grande problema com esses agricultores, o qual os nossos governantes ainda não resolveram. Temos agora mais esse problema com as barragens. O que será desses nossos agricultores? De que forma nós vamos dar sustentação? Levando projetos e socando-os goela abaixo desses agricultores é que nós vamos dar sustentação a eles?

Então, o nosso entendimento é que não é assim que se fale, ou seja, antes de se fazer, se montar um projeto para a construção de barragens, que se vá para esses Municípios e lá se comece a discussão com os agricultores para, aí, sim, se tomar a iniciativa de barragem.

Neste sentido estamos aqui, trazendo ao conhecimento dos Deputados, que são nossos representantes nesta Casa e que têm mais um ano para nos representar - e, com certeza, muitos irão disputar, novamente, as suas cadeiras -, esse problema dos nossos agricultores. Precisamos que V.Exas. olhem para nós, agricultores, pois não dá para aceitar a forma como estamos sendo tratados dentro dos nossos Municípios.

Isso eu gostaria de deixar claro para todos os senhores Deputados antes de participarmos da discussão, que é interessante. Queremos soluções. Estamos cansados de vir para cá e voltar sem resolver nada. Nós queremos começar a levar soluções àquele povo sofrido que lá nos Municípios espera ansioso para ver o que de bom vamos levar, porque até hoje só levamos coisas ruins daqui para lá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Murilo Baroni, representante da barragem de Itá, residente na Terra Vermelha, que além de sofrer com os problemas da barragem, sofre com a luz da Commoc. Com certeza vamos resolver os dois problemas.

O SR. MURILO BARONI - Senhor Presidente, componentes da Mesa, senhores e senhoras, senhores Deputados e todas as pessoas atingidas pelas barragens, viemos aqui com o objetivo de resolver os problemas da barragem de Itá, que é justamente o meu problema.

Eu já fui indenizado como também outros vizinhos, mas só que agora surgiu outro problema e até mais grave, que se refere aos setenta metros. A Eletrosul esteve lá, passou a conversa em nós e indenizou trinta metros de reservatório, mas agora vem o Ibama nos proibir de trabalhar em cima dos setenta metros.

E o que aconteceu nesses setenta metros? A Eletrosul foi lá, fez as planagens para chiqueiro, galinheiro e casa. E a maioria das pessoas fizeram moradia nova, mas agora o Ibama proíbe de trabalharmos nesses setenta metros, porque é área de reservatório.

Como é que ficam essas moradias novas? Eu estou ainda morando em cima dos trinta metros! No ano passado a Eletrosul foi lá em casa, fez a estrada, fez a planagem para a casa, para o chiqueiro, para o paiol e para a estrebaria, tudo isso dentro da área de setenta metros.

No entanto, agora chega um documento do Ibama me proibindo de construir. Para onde eu vou agora? Eu já tenho uma área pequena e as minhas vaquinhas de leite estão na área de setenta metros. Onde eu vou colocá-las agora? Quem é que vai resolver os problemas da minha família? Quem é que vai dar leite para as minhas crianças, já que vou ter que vender as vacas? Onde eu vou colocar as vacas? Onde vou colocar a minha família?

Nós temos o direito de vir aqui reclamar. Quem deveria acertar lá era a Eletrosul e não nós viajarmos todos esses quilômetros. A Eletrosul tem que resolver os nossos problemas, porque sabe que nós temos família como aquela senhora falou.

Esse montão de dinheiro que a Eletrosul gastou, pagando os agricultores para construir em cima dos setenta metros, foi a mesma coisa que encher um caminhão de dinheiro e colocar fogo, porque agora que o Ibama proibiu, é preciso desmanchar tudo e construir de novo.

Ninguém tem mais condições de ficar ali, porque vamos perder mais da metade das terras de novo, que é o meu caso, pois esses setenta metros vão me expulsar de lá. Para onde eu vou agora? Instalaram a luz, fizeram as planagens, tudo dentro dos setenta metros, mas agora vem o Ibama e me proíbe de morar ali.

Nós queremos uma solução urgente para todos esses problemas, inclusive existem pessoas que ainda não foram indenizadas, que estão esperando a solução, mas ela não vem. Por isso acho que é preciso, primeiro, resolver os problemas da barragem de Itá, para depois resolver os de Machadinho e finalmente pensar em outras barragens.

Não quero me alongar muito, apenas quero pedir que os dirigentes da Eletrosul compareçam lá, resolvam os problemas na maior tranquilidade, porque nós estamos lá para recebê-los de braços abertos. Não estaremos lá para brigas, para ofender, para criticar, apenas estamos esperando a solução dos problemas.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passo a palavra ao João Gomes, também da barragem de Itá.

O SR. JOÃO GOMES - Inicialmente quero saudar os nossos companheiros e os que compõem a mesa.

O meu problema é que sou mais um dos atingidos pela Barragem de Itá, inclusive estou sendo descartado pela Eletrosul. Por isso estou aqui hoje, para ver como fica este problema, pois não tenho para onde ir, e onde estou morando a água vai chegar, não vai demorar muito.

Então, estou aqui para saber o que podemos fazer em relação a isso, ou seja, onde vou colocar a minha família, pois se não fosse essa barragem, eu estaria muito bem onde estou.

Sendo assim, peço ao Presidente da Eletrosul que passe na minha casa para ver a situação pela qual estou passando e resolva o meu problema, porque afinal de contas também sou filho de Deus. Por isso, estou aqui pedindo pelo amor de Deus que venham resolver o meu caso.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Nós vamos ouvir agora, neste momento, a manifestação do Pedro Valdemar Miranda Martins, que é gerente do Departamento de Implantação de Hidrelétricas. Em seguida, se o Flávio quiser se manifestar, também terá oportunidade. Logo em seguida continuaremos ouvindo as pessoas que desejarem se inscrever. Já temos inscritos dois Deputados.

Com a palavra o senhor Pedro Valdemar.

O SR. PEDRO VALDEMAR MIRANDA MARTINS - Senhor Presidente, conforme foi colocado, a nossa intenção aqui seria participar de um debate. E como o tempo é curto, procurei anotar a maioria das coisas que foram colocadas. E vou externar agora a posição da Eletrosul em relação ao que foi colocado aqui. Quanto aos casos mais polêmicos, o Flávio vai dar uma explicação um pouco mais técnica, vai se demorar um pouco mais.

Eu gostaria de esclarecer que o acordo elaborado com os atingidos, exclusivamente pelas barragens de Itá e Machadinho, com a anuência do senhor Ministro de Minas e Energia, em fevereiro de 1987, numa época que não existia legislação que obrigava, para um empreendimento desses, a execução de um relatório de impacto ambiental, se abordou uma série de problemas ambientais. E ficou acordado que enquanto não fossem solucionados, não fossem equacionados os problemas ambientais, não se executaria nenhuma obra dentro do rio. Foi alegado que hoje o rio já foi, inclusive, desviado.

Eu gostaria de colocar que, em conjunto com a população, foi detalhado este acordo, e que existe um outro documento, que não foi aqui referido, chamado Diretrizes e Critérios. Claro que não vou poder explicar todo esse documento agora, mas ele está à disposição para todos que quiserem ver. Está lá regulamentado como serão os assentamentos coletivos, os individuais - que é a carta de crédito -, as indenizações simples e todos os modos de como seria tratada a população atingida.

Outro item abordado foi com relação à faixa dos cem metros. Eu gostaria de esclarecer (já que participei de diversas

reuniões nas barragens de Itá e de Machadinho, e a maioria das pessoas que estão aqui já me escutaram) que a Eletrosul está seguindo corretamente o que diz a sentença emitida pelo senhor Juiz, quando do julgamento desse problema, numa questão onde a Eletrosul foi acionada por uma ONG, denominada de Adivim Varu(?). O Flávio pode dar uma explicação mais detalhada dessas colocações, ou seja, se a pessoa pode permanecer na faixa dos setenta metros, dos trinta metros.

Com relação que a Eletrosul não quer comprar para a Barragem de Machadinho, eu gostaria de esclarecer que foi feita uma reunião, há questão de trinta dias, onde ficou acordado que a Eletrosul, assim que tiver o compromisso das pessoas que estão interessadas em ser reassentadas, vai desde logo adquirir essa área. Inclusive, já foi visitada uma área, solicitada por atingidos, no Município de Machadinho, e está sendo estudada a viabilidade das suas qualidades para receber um reassentamento rural coletivo.

Hoje a Eletrosul já está ultimando esse trabalho, e o Flávio pode colocar mais detalhes, e eu precisaria registrar que a Eletrosul precisa ter muito cuidado para adquirir essa área, ou seja, temos já que ter um certo número de pessoas. Inclusive, temos na Barragem de Itá uma área adquirida e não estamos conseguindo enchê-la.

Dessa maneira, a obra de Itá tem disponível para reassentar neste momento em torno de 100 propriedades. Quanto à de Machadinho, está em execução a aquisição. Inclusive foi elaborado junto com o Movimento dos Atingidos um documento que a Eletrosul ficou de fazer a forma final, no seu Departamento Jurídico, ou seja, um termo de compromisso da pessoa querendo reassentamento, possibilitando assim a aquisição dessas áreas.

Com relação ao preço da terra de R\$500,00, eu não vi. E o preço da terra que a Eletrosul vem apregoando segue rigorosamente as normas brasileiras de engenharia de avaliação e a pesquisa elaborada em conjunto com uma comissão de atingidos.

Com relação à privatização da Eletrosul, a Eletrosul está seguindo todas as tramitações que o Governo Federal vem cobrando.

Com relação ao valor que os atingidos exigem, de R\$3.000,00 o hectare, no mínimo, não temos tecnicamente como justificar esse valor. Mas a maioria das áreas na região, pela experiência de Itá, tem valores inferiores.

Com relação aos problemas pendentes com atingidos para Itá, isso aqui eu imagino que seja o problema que acontece com relação aos casos pendentes, que são pessoas que ao longo desse tempo não foram cadastradas e consequentemente não têm o direito à indenização.

A Eletrosul está retornando. Sempre que recebe uma solicitação em seguida desloca técnicos para estudar o assunto.

Existe um determinado número grande de pessoas que estão com casos pendentes a serem estudados. E a maioria deles, hoje, são pessoas que não foram cadastradas e que não têm direito à indenização. Mas no caso de serem positivas, elas são de imediato indenizadas.

Quando falo em indenização, pode ser reassentamento coletivo ou individual.

A suspensão de carta de crédito é um pedido que não pode ser atingido. Isso faz parte do acordo, e existe uma série de

pessoas que têm interesse em reassentamento individual e não só em reassentamento coletivo.

Quanto ao cancelamento de estudos das barragens de Chapecó, Barra Grande e Campos Novos, não é competência da Eletrosul.

Eu acho que isso aqui, em resumo, é o que foi colocado muito rapidamente pelo nosso colega, o Mário. E eu gostaria que o Flávio se ativesse um pouco mais a esses assuntos mais polêmicos, para uma explicação mais clara sobre o assunto.

O SR. FLÁVIO LIMA DE SOUZA - Nós vamos colocar aqui, rapidamente, algumas questões.

Reconhecemos que estamos constantemente em contato com os atingidos, tanto de Itá quanto de Machadinho, e sabemos da angústia e da pressa que o pessoal tem para que os seus problemas sejam resolvidos, que é uma coisa perfeitamente natural, humana e compreensível.

No caso principalmente de Itá, é bom que se diga que o processo de Itá vem se arrastando por cerca de 10 anos, e não existia uma definição para a execução das obras, não existia viabilização de recursos necessários para a construção da obra principal da barragem.

Durante esse tempo todo, a Eletrosul, juntamente com a Eletrobrás, com o setor elétrico, tentou viabilizar a continuidade dos trabalhos relativos ao remanejamento da população atingida no reservatório, de forma que pudesse acelerar, ou pelo menos não deixar parar esse processo, e quando iniciasse o período de construção se pudesse estar com esse processo bastante avançado.

Em função disso, hoje, em Itá, sabemos que existem muitos problemas, sem dúvida nenhuma. Nós estamos chegando a uma espécie de funil e estamos agora numa parte mais estreita desse funil, onde só sobram as principais dificuldades para resolver os casos mais complicados. Então, em função disso, é natural que haja hoje essa dificuldade para se chegar a um acordo sobre determinado aspecto.

No que diz respeito às aquisições e indenizações, no reservatório da usina hidrelétrica de Itá temos 90% das propriedades já adquiridas, faltando apenas 10% para adquirir. Esses 10% devem ser concluídos até o final do ano em curso, exatamente um ano e meio antes da entrada em operação da usina.

No que diz respeito à relocação de núcleos rurais, por exemplo, nós estamos com 68% dos núcleos atingidos em Itá já executados ou em execução, e tem mais 39% em projeto. Temos ainda, com relação à recomposição de infra-estrutura, de estradas, 58% das estradas já executadas e certamente antes do início do enchimento do reservatório toda essa infra-estrutura estará relocada.

Com relação à ponte, estamos em 73% da ponte executada ou em projeto, com 59% das redes elétricas já executadas e o processo está em andamento. Com relação aos reassentamentos rurais, de um total previsto de 630 famílias para reassentar, já foram reassentadas 513. Portanto, estamos aí com 81% da estimativa de famílias reassentadas, sendo que 341 famílias foram reassentadas em reassentamento coletivo. A Eletrosul, hoje Gerasul, tem 7 reassentamentos coletivos já implantados, num alto nível de qualidade, processo esse que o próprio movimentos dos atingidos por barragens participa na execução, na implementação através de mutirões, da coordenação dos mutirões de execução. Esse

reassentamento de Mangueirinha é feito através dos próprios reassentados, com recursos repassados pela Eletrosul para a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual da Crab, que coordena esses reassentamentos.

A Eletrosul já repassou cerca de sete milhões de dólares para essa associação para que fossem aplicados nos reassentamentos (é claro que isso foi passado parceladamente). Mas são recursos que foram investidos em reassentamentos e, repito, 81% das famílias a serem reassentadas em Itá já estão reassentadas. E com relação ao restante, nós temos uma área em Catuê(?) por cerca de dois milhões e oitocentos mil dólares, onde só temos hoje uma família em condições de ser reassentada.

Nós compramos essa área porque houve um compromisso inclusive da Crab de ajudar no equacionamento dessas famílias, no sentido delas serem cadastradas para serem reassentadas. Hoje, temos 60 vagas nesses reassentamentos de Catuê(?), porque não existem famílias disponíveis. Em Campos Novos temos vaga para 30 famílias e só temos 17 confirmadas para o reassentamento, que está em implantação. Existem em outros reassentamentos implantadas algumas famílias que desistiram, e assim abrem vagas.

Com relação à Itá, gostaríamos também de fazer um pequeno esclarecimento no que diz respeito à faixa dos 100 metros. Nós sabemos hoje que temos uma série de dúvidas, de incertezas das pessoas que estão lá na área, em função da questão levantada em relação aos 70 metros restantes.

A Eletrosul, quando iniciou o processo de indenização, de reassentamento na Usina Hidrelétrica de Itá, se dispôs, definiu tecnicamente, através de consultas e parecer de consultores técnicos e da área legal também, que deveria ser adquirida uma área de 30 metros para a faixa sanitária do reservatório, ou seja, uma faixa de proteção ao reservatório. Isso vem sendo feito desde o início e nós estamos adquirindo uma faixa de, no mínimo, 30 metros, ou seja, nós estamos adquirindo também, onde existe hoje ainda a vegetação, florestas em condições de serem preservadas, todos os remanescentes florestais contidos nessa faixa de 30 metros para serem anexados a essa faixa.

Além disso, a Eletrosul já adquiriu duas áreas, uma no Estado de Santa Catarina e outra no Rio Grande do Sul, perfazendo um total de 900 hectares para a instalação da unidade de conservação, que são áreas hoje ainda preservadas que têm algum interesse para a preservação ambiental.

Voltando à questão da faixa dos 100 metros, queremos tranquilizar as pessoas que estão hoje, com razão, angustiadas com relação a essa exigência do Ibama no que diz respeito aos 70 metros restantes, dizendo que recentemente o Ibama esclareceu, através de correspondências oficiais, o que ele entende que pode permanecer na faixa dos 70 metros e o que não pode permanecer nessa faixa.

Então, está claro o seguinte: no remanescente dos 70 metros, fora os 30 que a Eletrosul já adquiriu, não pode haver a supressão de vegetação, ou seja, não podem ser cortadas florestas, matas, mas onde está sendo feita essa exploração, pode continuar. Não pode existir também a exploração comercial e industrial, ou seja, instalações comerciais e industriais que possam causar danos ao meio ambiente. Isso está claro nessa portaria do Ibama.

Nós estamos, a partir deste mês agora, levantando essas situações, todas as

propriedades que estão nessa situação. E com relação a essas propriedades que estão nessa situação, os proprietários podem ficar tranquilos que vão ser levantadas as suas propriedades. E no caso de ser necessário remover essas propriedades, elas vão ser removidas, vão ser indenizadas para fins de remoção.

Com relação à questão das moradias, elas podem permanecer dentro da faixa dos 70 metros. Agora, aquelas instalações industriais e comerciais que não puderem permanecer ali dentro, se houver uma propriedade - deve ter um conjunto, uma propriedade, onde tem um chiqueirão e um aviário - e se essa propriedade ficar numa situação que inviabilize a continuidade da moradia naqueles 30 metros, ela também vai ter que ser removida e para isso vai ser indenizada. E se a área ficar inviabilizada, se o remanescente que sobrar fora dos 70 metros ficar inviabilizado, essa propriedade vai ser adquirida na sua totalidade.

Voltando à questão de Machadinho, os R\$500,00 por hectare, temos discutido bastante isso em diversas oportunidades, em diversas reuniões que já tivemos, tanto aqui em Florianópolis como...

(A senhora Nadir Bittencourt fala fora do microfone.)

Dona Nadir, se a senhora me permitir, eu posso continuar? A senhora falou bastante, deixe eu falar agora um pouquinho.

Com relação à média das indenizações que estão sendo realizadas no reservatório de Machadinho (nós temos esses números aqui à disposição de qualquer pessoa), nós estamos realizando no canteiro de obras e agora as cerca de 30 propriedades já foram indenizadas no reservatório de Machadinho; a média que está se alcançando por propriedade é de R\$3.000,00 por hectare, ou seja, a terra nua é classificada em quatro classes de solo.

Primeiro, a classe A, onde a Eletrosul realizou pesquisas em toda a região Sul do País, Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina, Meio-Oeste de Santa Catarina, Alto Uruguai e Nordeste do Rio Grande do Sul, e essas pesquisas nos deram o valor, hoje, na nova pesquisa, de R\$1.315,00 por hectare da terra classe A, da terra nua, sem uma benfeitoria em cima. Segundo, a classe B, que fica em torno de R\$900,00 a R\$920,00 o hectare; terceiro, a classe C, que fica em torno de R\$600,00, e, por último, a classe D, que fica em torno de R\$390,00 a R\$400,00.

A média da terra nua, que vem sendo indenizada no canteiro e no reservatório de Machadinho, está em torno de R\$950,00 a R\$1.000,00 por hectare. Por que acontece isso? Porque a classificação que é dada num levantamento é uma classificação que favorece, ela já foi adaptada desde Itá para favorecer o uso atual da terra e não a classificação científica que ela teria.

Então, hoje, no reservatório de Itá e no que foi iniciado em Machadinho agora, 18 a 20% das terras são classificadas como classe A, 79% das terras são classificadas entre as classes B e C e apenas 3% das terras são classificadas na classe D, que é aquele valor mínimo de R\$390,00 a R\$400,00. Inclusive propusemos na última reunião em Machadinho, onde estava presente o Presidente Cláudio Ávila da Silva, a eliminação deste valor da classe D, de forma a tranquilizar as pessoas que tenham menos benfeitorias, ficando somente os valores das classes A, B e C.

No canteiro e agora no reservatório de Machadinho estamos praticando uma média da propriedade comprada por

R\$3.000,00 o hectare.

Com relação à área para reassentamento, realmente temos tido dificuldade para comprar essa área que foi pedida, tivemos inspeção em várias áreas. Os atingidos de Machadinho, inclusive, participaram dessas inspeções em várias áreas. Temos áreas visitadas no Município de Machadinho, no Município de Santo Augusto, no Rio Grande do Sul, em Barracão e em Campos Novos. Temos várias áreas em condições de receber o reassentamento. A área de Machadinho, área de oitocentos e trinta hectares que tínhamos para fazer a avaliação, é o resultado de uma composição de cerca de dez pequenas propriedades, porque Machadinho é um Município de minifúndios, tem pequenas propriedades, não tem propriedades muito grandes.

Fomos em Machadinho e constatamos que dos oitocentos hectares que estavam definidos para reassentamento, cerca de quinhentos hectares não eram aptos para reassentamento, não tinham condições de fazer o parcelamento, de reassentar essas pessoas lá. Selecionamos trezentos e vinte hectares onde seria possível, pela conformação, pela proximidade e pela qualidade das terras, manter o padrão de qualidade de reassentamento que vimos mantendo em Itá, trezentos e vinte hectares que seriam passíveis de receber o reassentamento de cerca de doze famílias.

Já fizemos o levantamento, agora, estamos na fase de iniciar as negociações com os proprietários para tentar chegar ao preço adequado para a compra dessas terras. Temos que comprar terras que tenham preço de mercado também.

Poderíamos falar mais alguma coisa aqui a respeito das questões técnicas, mas acho que basicamente é isso. É um processo difícil lidar com cerca de três mil e quinhentas famílias, no caso de Itá, mais mil e quinhentas famílias, no caso de Machadinho; é um processo complicado, que demanda tempo.

No caso de Machadinho, queríamos deixar claro o seguinte... Inclusive na reunião do dia 15 de dezembro em Machadinho, quando esteve presente o Presidente da Eletrosul, ficou acertada uma redução no cronograma de indenizações de remanejamento da população, tínhamos possibilidade tecnicamente de chegar até dezembro de 2000 com esse cronograma, num esforço técnico também do grupo de empresas associadas que bancam os recursos para indenização, reassentamentos e auto-reassentamentos. Enfim, foi proposta a antecipação de seis meses no cronograma.

Então, hoje o compromisso é de que até junho de 2000 todos os reassentamentos, todas as indenizações, todas as pessoas, todas as questões sociais na área do reservatório da usina de Machadinho estejam resolvidas. É claro que gostaríamos de poder resolver isto em 6 meses, para nós seria melhor se pudéssemos fazer isso.

Nós já temos uma experiência de Itá, que vem sendo traumática, que nesta questão de remanejamento de população, de mexer com a vida das pessoas, quanto mais o tempo passa mais trauma e mais problemas traz para essas pessoas e para nós também na solução desses problemas.

Então, nós gostaríamos de poder resolver isso em seis meses, mas há um impedimento físico de se fazer isso. Nós não podemos chegar e indenizar 1.080 propriedades num prazo de três, quatro, cinco, seis meses. Não podemos reassentar todas as famílias envolvidas neste prazo.

Então, com relação a esta questão

dos três mil por hectare, acho que o Pedro Martins já colocou, eu também já coloquei, nós viemos praticando em torno disso aí, mas à porteira fechada, com todas as benfeitorias em cima, pois nós, hoje, estamos impossibilitados tecnicamente pela engenharia de avaliações. E pelo resultado obtido em Itá (em Itá nós já temos 90% das famílias indenizadas exatamente dentro do critério que está sendo aplicado para Machadinho), nós estamos hoje impossibilitados de aplicar qualquer coisa fora da sistemática vigente, da pesquisa de mercado e daquilo que é o justo, que é o correto, que é a pesquisa de mercado, mercado imobiliário na região, sob pena até da gente vir a criar um problema dentro da própria região, com inflacionamento indevido desse mercado e criando problemas para outras pessoas que não são atingidas pelas barragens.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Nós temos inscritos três senhores Deputados e mais o senhor Dino (?), do Sindicato dos Eletricitários. Como às 16h temos que encerrar obrigatoriamente este debate, vamos conceder a palavra a estes quatro inscritos, por enquanto, Deputado Idelvino Furlanetto, já que não podemos conceder mais do que três minutos para cada inscrito.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Uczai, por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Vou ser breve, senhor Presidente.

Gostaria de cumprimentar os atingidos, as lideranças do movimento.

Acho que este Plenário, os movimentos atingidos, os Deputados aqui desta Casa devem tomar uma posição firme contra a privatização da Eletrosul ou da Gerasul, porque é um desmonte, é um crime o que estão fazendo, ou seja, a tentativa de privatizar um setor estratégico da sociedade brasileira, que é o setor energético.

Primeira posição: contra a privatização. Não vou aqui argumentar pelo pouco tempo que tenho.

Segundo ponto: o processo de negociação de Itá e de Machadinho, principalmente de Itá, tem que resolver as questões pendentes primeiro, para que a população de Machadinho se mobilize em relação à reivindicação. E a população de Machadinho teria que tomar uma posição contra a barragem, de não negociar e assim por diante, mas não à barragem enquanto não se resolver o problema anterior, que é o da Hidrelétrica de Itá, que já está em construção.

Terceiro ponto: para o processo de divisão. Agora já não se negocia mais com a Gerasul, com a Eletrosul, mas agora já tem a NEO (?) para o caso da Foz do Chapecó e Campos Novos, e a Gerasul para o caso de Itá e Machadinho.

Essa divisão pode fragmentar o movimento, fragmentar a nossa força política para reivindicar os direitos. É por isso que é fundamental para a negociação da NEO o acordo de 1987, que tem que ser o ponto balizador no processo de negociação. Mesmo que não seja com a Eletrosul, mas está ligado com o sistema Eletrobrás, e que seja o ponto de partida da negociação de todas as obras hidrelétricas. Se não é com a Gerasul, seja com a NEO, mas o acordo firmado em 1987 tem que ser o ponto de partida de qualquer negociação.

Por último, em relação ao preço das terras, tem muito agricultor iludido, e nessa ilusão estão negociando individualmente, estão

empobrecendo e perdendo a terra, na medida em que toda construção, do valor da terra nos últimos dezoito anos do movimento, desde que acompanhamos na Eletrosul, lá em Erechim, tinha um valor muito maior. Se pegarmos em dólar, nos últimos três anos, a média do valor das terras, a nível nacional, perdeu 40%. E a conjuntura político-econômica, que é a desgraça dos agricultores e a graça do real, está fazendo com que muitos agricultores vendam as suas terras para ir embora, ou querendo carta de crédito e se iludindo. E daqui a dez anos não terão mais terra, casa ou emprego. Não terão mais nada.

Então, os agricultores não podem se iludir nessa conjuntura de desvalorização da terra ou de pegar carta de crédito, porque aparentemente tem um valor de mercado, e perder a possibilidade de ter um futuro melhor para si e para a sua família. Com os 40% que perderam o valor na média nacional das terras em função da estabilização monetária, que o capital fixo desvalorizou, o agricultor não pode negociar individualmente, não pode fazer esse processo de carta de crédito de negociação individual, porque, com certeza, irá perder.

É claro que o preço de mercado é que caiu, e aí a Eletrosul e a Gerasul têm um argumento: não podem valorizar mais e não podem ampliar o valor de mercado, porque o mercado está aqui. Mas nessa conjuntura, ano que vem pode mudar a conjuntura...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta)(Faz soar a campainha) - Concedemos mais trinta segundos para V.Exa., nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, tem que superar essa questão da conjuntura, pegar o movimento de dezoito anos de experiência e de luta e negociar coletivamente, não aceitar ser expropriado, porque a terra é do agricultor, que não pode aceitar essa expropriação política, econômica, financeira e cultural que está sendo feita por essas empresas que já não serão mais públicas ou privadas se nós não resistirmos.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - O próximo orador inscrito é o senhor Deputado Lício Silveira, a quem concedemos a palavra por até três minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras e senhores que nos visitam, primeiramente, quero protestar pelo tempo que me foi destinado. Três minutos, para um assunto de extrema importância, é um tempo muito pequeno.

Gostaria de esclarecer que a Eletrosul, quando tudo começou, era uma empresa estatal. Agora se dividiu em duas empresas, a Gerasul e a Eletrosul. A Gerasul cuida da geração e a Eletrosul cuida da transmissão.

O problema dos senhores que estão aqui é com a Gerasul. E eu pergunto: como a Gerasul vai ser privatizada? Gostaria de saber se esse tratamento que está sendo dado a eles vai ser diferenciado após a privatização. Os senhores da Eletrosul garantem a postura que estão tendo até agora? Essa postura é inadequada, porque se não fosse inadequada esses senhores e essas senhoras não estariam aqui fazendo suas colocações e nós, os Deputados, não estaríamos discutindo isso.

A população atingida vem a nós colocar as suas ineficiências e nós, como Deputados, independente de sigla partidária, temos que, por obrigação moral, dar a respos-

ta, independente do problema. Hoje, temos a obrigação de dar uma resposta para os atingidos pela barragem, porque algo não soa bem neste processo. Quando a Gerasul for privatizada, será que este problema vai piorar? Eu tenho as minhas dúvidas, sempre estou com um pé atrás do capital privado quando tende a olhar simplesmente os aspectos econômicos, apesar de que uma estatal está sob controle durante quinze anos e também não deu a resposta adequada, é bom que se diga isso, até hoje temos problemas.

Senhor Presidente, sugiro um encaminhamento pelo menos, já que estamos limitados a esse tempo. É uma solução política para resolver um problema técnico. Sugiro que a Casa forme uma comissão através dos Líderes partidários e através dos Líderes do movimento. Não há necessidade de estarmos todos juntos, porque os líderes dos senhores sabem o que querem, falam pelos senhores, como falaram há poucos instantes, e este grupo de Deputados e líderes irão conversar na Eletrosul para ver o que pode ser feito quanto às colocações que aqui foram feitas. Vemos perfeitamente que os senhores são pessoas extremamente preparadas, da Eletrosul, mas em dado momento não terão condições de suprir as necessidades nas respostas que os Deputados e o movimento também terão.

Por isso peço à Casa que encaminhe uma solução neste sentido. É importante que a Casa dê a resposta, pois eles não estão aqui de graça, deixaram suas tarefas, suas obrigações e precisam de uma resposta efetiva. E a resposta efetiva esta Casa tem que dar, tem que assessorá-los, e a forma é através desta comissão mista que estou sugerindo, que atue junto à Gerasul, porque ela vai ser privada e, no meu modo de entender, quando for privada, vai ser mais difícil de trabalhar no assunto dos senhores.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos seis minutos e seis inscrições, um minuto para cada um dos inscritos, infelizmente.

Com a palavra o senhor Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Senhor Presidente, senhores Deputados, representantes da Eletrosul, integrantes do movimento das barragens, eu gostaria de me referir à problemática dos atingidos.

De fato, esta questão não pode ser vista como um ato meramente administrativo, ou até um ato jurídico. Existe um vínculo muito mais profundo do que o legal quando se trata de desapropriação. Até porque os laços, as ligações das pessoas que trabalham e que produzem a terra são muito mais profundos do que simplesmente a possibilidade de receber um determinado valor pela sua propriedade, ao vínculo histórico, cultural, familiar de todas as pessoas, com a sua comunidade, com a sua gente e com a sua família.

Por isso mesmo, senhor Presidente, senhores Deputados, eu estou aqui solidário àquelas pessoas que vêm com muita preocupação, com muita apreensão a impossibilidade de continuar a trabalhar e a produzir alimentos com tanto sacrifício e com tanto esforço, quem sabe, jamais experimentado em outro momento, em outra época.

Por isso a Assembleia Legislativa tem que estar presente, tem que estar junta e tem que estar solidária com o movimento, para que nós possamos de fato cumprir com a delegação que a população nos conferiu, que é

acompanhar de fato as necessidades da nossa gente.

E cumprimento, por fim, senhor Presidente, na figura de Edgar, nosso Vice-Prefeito de Planalto Alegre, e na figura do Presidente da Câmara dos Vereadores daquele Município, pela integração e pela participação dos mandatários dos nossos Municípios atentos com os problemas da gente que vive, trabalha e que mora em nosso meio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, eu acho que fica meio curto o tempo, e eu fico preocupado, porque nós vamos encerrar esta sessão especial sem fazer os encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Vai haver encaminhamentos, apenas é preciso que as pessoas que estejam inscritas fiquem restritas ao horário estabelecido.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Mas a grande preocupação, senhor Presidente, é que a Eletrosul venha mais uma vez aqui enganar os agricultores sem poder de decisão; os agricultores estão sendo enganados, enrolados há mais de quinze anos! Diante disso, quero dizer da nossa preocupação e que eu, como Membro da Comissão de Agricultura, e V.Exa., como Presidente, possamos acompanhar essa questão de perto, porque a picaretagem está dentro da Eletrosul, inclusive com imobiliárias.

Foi adquirida uma área sem resolver o problema dos outros agricultores que queriam ser assentados. Então, o problema é sério. Inclusive está aqui mais um grupo de agricultores de Vidal Ramos que está sendo enrolado pelo Incra há muitos anos.

Diante da realidade dos agricultores atingidos pelas barragens nós precisamos fazer com que seja cumprido o acordo. Precisamos também que a Eletrosul passe a ouvir os agricultores e não mandar simplesmente recados por outros.

O Presidente da Eletrosul precisa ouvir os agricultores.

A terra toda é classe A porque o que interessa para a barragem é que ela seja montanhosa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Dino, do Sindicato dos Eletricistas e Movimento Unificado Contra a Privatização, por um minuto.

O SR. DINO - Primeiramente gostaria de lamentar mais uma vez a ausência do Presidente da Eletrosul, senhor Cláudio Ávila, que deve estar neste momento muito ocupado com a privatização da Eletrosul e não tem tempo de negociar com os agricultores.

Com certeza se fosse o IGE (?) que chamasse ou qualquer outro membro da iniciativa privada com bastante dinheiro, com bastante capital, ele teria agenda disponível, mas os pobres agricultores não têm espaço na sua agenda.

Respeitando os colegas de trabalho, eu sou funcionário da Eletrosul há dezessete anos e é lamentável como que uma das maiores estatais do Brasil não tem a competência de tratar os agricultores como gente.

Eu gostaria de dizer que, neste último minuto, me solidarizo com vocês porque é impossível que sejam enxotados da terra e tenham que esperar dez anos, até o ano

2000, ou 2003, ou 2004, ou até não sei quando para receber a terra que vocês tinham e que foram surrupiados e esperem sentados para pedir voto.

Por isso, companheirada, estou solidário na luta com o movimento unificado de vocês.

Podem contar conosco aqui na cidade, porque vamos estar sempre juntos! E exijam sempre respeito porque é isso que vocês merecem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O último inscrito é o senhor Isbrain Inocente (?), atingido da Barragem de Machadinho.

O SR. ISBRAIN INOCENTE - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer os companheiros que estão aqui presentes.

Já queria começar a falar com o senhor Flávio porque ele falou há pouco, perante todas as pessoas que estão aqui, que na Barragem de Machadinho existe 25% de terra do tipo A. É mentira, vocês podem ir lá ver que não existe 5%, 10%. Já começou mentindo.

Este tipo de coisa ele é acostumado a fazer desde a época que eu o conheci.

Para começar estiveram em Machadinho no final do ano o Flávio, o Zapellini, o Cláudio Ávila, essa "truta" aí, e deixaram de ir a uma audiência dos atingidos com o Ibama num dia de janeiro e até hoje não apareceram. O que é que são? Mentirosos! Iludidores dos atingidos!

Eu queria dizer a eles que é três mil hectares, é todo tipo A, os atingidos não têm terra para vender. Eles fizeram pesquisa nos quintos do inferno e não interessa. Os atingidos não têm terra para ser vendida! Se quiserem comprar e construir barragem é "três paus" o hectare e tudo de um tipo só senão não sai a Barragem de Machadinho. Eles estão bem avisados de que já tem atingido ficando louco por causa de tal máfia da Eletrosul.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Neste momento nós vamos tirar os encaminhamentos como resultado da presente sessão especial.

Há uma proposta feita pelo Deputado Lício Silveira para que vá uma Comissão formada por todos os Líderes de Bancada desta Assembleia Legislativa, juntamente com os representantes dos atingidos por barragem, e com o Ibama para negociação junto à Eletrosul para resolver, para buscar uma solução aos problemas que foram levantados na presente sessão.

Consulto o Deputado Francisco Küster, em nome do PSDB, sobre este encaminhamento.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, acho que é necessário um representante de cada Bancada, porque pode acontecer de, num determinado momento, o Líder não poder comparecer. Então, pode muito bem o Líder designar um representante e este poderá, com certeza, representá-lo à altura.

Acho que tem de ser designada uma Comissão que represente os Partidos com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo outro encaminhamento, esta Presidência dá o seguinte encaminhamento: que seja formada uma Comissão de Deputados, sendo um Membro de cada Bancada, para que seja convidado o Ibama e os coordenadores dos movimentos dos atingidos pelas barragens para que sejam feitas as negociações.

O SR. ADEMAR VASSOLER - Sugerimos que fosse feita ainda hoje esta negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais encaminhamentos, esta Presidência solicita à assessoria para que convoque os Líderes dos Partidos ou um representante de cada Bancada, para que sejam agendadas as audiências para os devidos encaminhamentos.

Agradecemos a presença de todos e gostaríamos de dizer que é pensamento nosso e da atual Mesa Diretora abrimos o máximo possível esta Casa para os debates dos problemas sociais de Santa Catarina.

Prova disto foi a sessão especial feita no horário destinado a uma sessão normal, para que pudéssemos debater o assunto.

Pedimos desculpas àqueles que gostariam de usar a palavra por mais tempo. Mas queremos dizer que esta Casa está aberta para o debate desta grave questão.

Esta Presidência acompanhará também todos os atos que forem desenvolvidos no sentido de que a população atingida possa ter dos seus representantes políticos a máxima atenção possível e possamos chegar a um denominador comum.

Com certeza, enquanto estamos lidando com uma empresa pública, fica mais fácil pelos atingidos e para os Deputados intermediar.

Esperamos que amanhã ou depois não tenhamos que bater as portas de donos de empresas, quem sabe no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, para solucionar esses problemas. Por enquanto ainda temos a possibilidade de fazer esta intermediação e vamos fazer enquanto tivermos condições para isso. Todas as Bancadas e este Poder estão à disposição.

Muito obrigado a todos pela presença; aos representantes da Eletrosul também.

Havíamos contactado com a Presidência da Eletrosul sobre a sua presença. Hoje, pela manhã, confirmamos através de um fax. Mas, de qualquer forma, agradecemos a presença dos seus representantes e esperamos que assim que seja solicitada a audiência, em nome desta Casa, possamos ser atendidos para irmos à Eletrosul para debatermos os problemas sociais pendentes.

A Presidência convoca a reabertura da sessão ordinária para daqui a trinta segundos.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO SOLENE

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 24 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às dezoito horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Eni Voltolini - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Solicito ao senhor Deputado Adelor Vieira que conduza ao Plenário as autoridades que serão nominadas.

Excelentíssimo senhor Cesar de Barros Pinto, digníssimo Secretário de Estado

Extraordinário para a Implantação da Qualidade e Produtividade, representando o senhor Governador do Estado;

Excelentíssimo senhor Moacir Tomazi, digníssimo Diretor-Presidente do jornal A Notícia;

Excelentíssimo senhor Coronel Nilo Fontoura Nunes, digníssimo representante do Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo senhor Deputado Adelor Vieira, digníssimo Quarto Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Sylvia Tomazi, digníssima Diretora-Vice-Presidente do jornal A Notícia;

Excelentíssimo senhor Professor Lúcio José Botelho, digníssimo Vice-Reitor no exercício da Reitoria da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimas autoridades, senhores Deputados.

Senhores Deputados, a presente sessão foi convocada em homenagem ao Jornal A Notícia, pelo transcurso dos 75 anos de existência, a requerimento de autoria do Deputado Carlito Merss, aprovado por unanimidade pelos Membros que compõem esta Casa Legislativa.

Convido a todos para, de pé, ouvirem a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Palmas)

Concedo a palavra ao Autor do requerimento, Deputado Carlito Merss, que ensejou a realização da presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Cesar de Barros Pinto, Secretário de Estado Extraordinário para Implantação de Qualidade

e Produtividade, representando neste ato o senhor Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Moacir Tomazi, Diretor-Presidente do jornal A Notícia;

Excelentíssimo senhor Coronel Nilo Fontoura Nunes, representante do excelentíssimo Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo senhor Professor Lúcio José Botelho, Vice-Reitor no exercício da Reitoria da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Sylvia Tomazi, Diretora Vice-Presidente do jornal A Notícia;

Excelentíssimo senhor Deputado Adelor Vieira, Quarto Secretário da atual Mesa Diretora da Assembléia Legislativa;

Senhora Deputada, senhores Deputados e catarinenses presentes a esta sessão.

Quando no dia 24 de fevereiro último encaminhamos à Mesa Diretora um pedido para termos nesta Casa uma sessão solene pelo transcurso dos 75 anos do jornal A Notícia, quero dizer que enquanto cidadão catarinense, joinvilense por adoção, tenho no jornal A Notícia, há muitos anos, um companheiro, um espaço, um veículo de informação, que nesses anos todos, principalmente após a minha incursão no campo político, tem sido sempre, talvez, o principal órgão de comunicação ao qual temos contato.

Em 1975, quando fui a Joinville fazer o meu vestibular, o resultado fiquei sabendo através do jornal A Notícia, em um sábado pela manhã, visitando o antigo prédio na rua Abdon Batista. Eu guardo até hoje aquele recorte, ainda em linotipo - o jornal naquela época não era em off set -, assim como muitos outros recortes do tempo ainda em que achava que seria um desportista, um jogador de futebol (tenho algumas passagens também nos campos).

O Deputado Gilson dos Santos deve se lembrar da época - talvez ainda tenha colegas em Joinville, pois era estudante da antiga Furj, hoje Univille - em que eu ainda imaginava que talvez jogaria nos gramados do Brasil e talvez do mundo. Dessa época eu tenho até hoje em casa alguns recortes, sobre os jogos da primeira divisão da cidade, do jornal A Notícia.

Na semana passada, preparando-me até para esta noite, busquei um livro do historiador Apolinário Teles, publicado em 1983, quando o jornal completava sessenta anos. Ao lê-lo novamente me impressionou a passagem e o histórico desse jornal desde a sua fundação, 1923, ainda com o seu fundador, Aurino Soares, que dirigiu o jornal até 1946, todo o processo de mudança que este jornal sofreu de 1946 até 1956, numa primeira fase - inclusive o livro retrata mais ou menos dessa forma - e até a fase atual, em que modificaram inclusive seus proprietários e principalmente o período de modernização, a partir da administração do senhor Moacir Tomazi.

O próprio livro coloca que num momento de muitas dificuldades havia um concorrente direto do jornal A Notícia, na época ligado aos diários associados, o Jornal de Joinville. E lembro bem de contatos com amigos, parentes. Temos ainda hoje aqui um assessor, o popular Chiquinho, Francisco Tolentino da Silveira. Inclusive no livro há uma homenagem a ele, que foi durante quase vinte anos funcionário da Casa.

O Chiquinho, que está aqui presente, foi talvez uma das primeiras pessoas do jornal A Notícia que conheci, quando Chiquinho ainda jogava bola - eu ainda continuo, mas o

Chiquinho, não sei. Tenho inclusive um cunhado que foi durante muitos anos funcionário do jornal, que hoje trabalha no Banco do Estado de Santa Catarina.

Quero dizer também que esse meu pedido tem inclusive um caráter de luta, que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos em relação à questão da informação. Como nunca, nos dias atuais, nesse processo consensual dito de globalização, que no meu entendimento é um processo de mundialização do capital, a informação teve tanto valor.

Sabemos do início do século o poder que os jornais e que a rádio tiveram e que ainda têm, mas hoje nesse mundo cada vez menor sabemos a importância da notícia.

Quando há alguns anos tivemos uma guerra no Oriente Médio, no meu entendimento como democrata, foi assustador termos o monopólio da informação, o monopólio de imagens. Acho que se alguma coisa pode unir os democratas, independente das nossas divergências ideológicas que temos nesta Casa, por termos de Partidos diferentes, com encaminhamentos diferentes em nível de programa partidário, com certeza, o que une os quarenta Deputados desta Casa é o direito à informação, que cada fato possa ser divulgado com suas diferentes versões ou interpretações.

Entendo que hoje o jornal A Notícia tem uma função importante em Santa Catarina nessa questão, e sou muito objetivo, as pessoas sabem como eu atuo, no sentido de não permitir o monopólio da informação. Acho que a notícia tem esse papel.

Quero dizer que fiquei muito feliz há cerca de duas semanas quando, juntamente com o Deputado Neodi Saretta, fiz uma visita oficial ao Presidente do jornal, senhor Moacir Tomazi, e eu mesmo não conhecia detalhes do processo de modernização que esse jornal hoje tem e, com certeza, ainda continuará tendo.

Penso que essa postura do jornal A Notícia de ter cadernos regionais é algo que realmente ajuda muito, que vai ao encontro de uma luta que os quarenta Deputados estão tendo nesta Casa, agora, inclusive, transformada numa emenda constitucional e em lei, que é o Orçamento Regionalizado - essa questão de a notícia poder ser discutida nas suas diferentes regiões, permitir que os espaços e os jornais tenham a sua devida divulgação.

Sabemos hoje do AN-Cidade, do AN-Capital, do AN-Oeste, e eu ouvi falar também do AN-Blumenau, do AN-Jaraguá, que são projetos que continuam, ainda, sendo implementados pelo jornal, que para nós, como homens públicos, necessitando, sim, de espaços, inclusive para a divulgação de idéias, para a divulgação de projetos, das nossas posições, é com certeza uma forma jornalística moderna e que vai fazer com que cada vez mais o jornal A Notícia se transforme num jornal integrado aos catarinenses.

Esse trabalho acaba sendo, sim, um trabalho voltado para a comunidade, e percebemos isso, Deputado Eni Voltolini, Deputado Adelor Vieira. Com o jornal AN, com o tablóide, vamos dizer, AN-Cidade, sentimos na população, junto aos movimentos organizados, associações, sindicatos, uma vontade de ter o jornal como um órgão, como um elemento a mais na divulgação dos trabalhos.

Então, eu penso que essa homenagem simples, singela, que a Assembléia Legislativa está fazendo é algo que com certeza os donos, os diretores desse jornal, nesses 75 anos, merecem como, sim, um espaço democrático da informação. E nós, eu, enquanto Deputado representante da cidade

de Joinville, sinto-me orgulhoso de ter feito esse requerimento, que é um requerimento com o qual a nossa Bancada e, com certeza, todos os demais Deputados concordam, entendendo como sendo justo.

Gostaria de pedir ajuda, sim, do jornal A Notícia - que tem sido um companheiro, que tem sido um espaço fundamental - para que possamos colocar o nosso trabalho, com as mazelas, com todos os problemas que a Casa Legislativa sofre, porque somos, com certeza, dos três Poderes, sempre o Poder mais visado, o Poder mais transparente.

Com certeza precisamos ter essa parceria do jornal A Notícia, divulgando, criticando, sendo duro, inclusive, nos seus editoriais, como foi e deve ser, sempre que sentir que em alguns casos os representantes do povo não estão agindo de acordo com o que a ética, com o que a transparência e com o que a democracia exigem.

Nesse sentido eu queria, em nome da minha Bancada e dos demais Deputados, pedir vida longa ao jornal A Notícia e que essa forma de fazer jornalismo continue.

Nós aqui, nesta Casa, estaremos à disposição, sendo na verdade parceiros da informação, do direito à informação democrática a todos os catarinenses e a todos os brasileiros.

Muito obrigado, senhor presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedo a palavra ao senhor Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Doutor Cesar de Barros Pinto, digníssimo Secretário de Estado Extraordinário para a Implantação da Qualidade e Produtividade, representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Doutor Moacir Tomazi, digníssimo Diretor-Presidente do jornal A Notícia;

Excelentíssimo senhor Coronel Nilo Fontoura Nunes, digníssimo representante do excelentíssimo senhor Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo senhor Professor Lúcio José Botelho, digníssimo Vice-Reitor no exercício da Reitoria da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Sylvia Tomazi, digníssima Diretora-Vice-Presidente do jornal A Notícia;

Senhores Deputados, senhora Deputada, demais autoridades presentes, amigos da imprensa, meus senhores e minhas senhoras.

(Passa a ler)

"Por designação do meu Líder, eminente Deputado Wilson Wan-Dall, e em nome da Bancada do meu Partido, o PFL, honra-me muito dirigir-me em palavras para homenagear o jornal que vem marcando época a cada ano de sua existência.

Vejamos: na década que marcou o grande surto industrial do Brasil, nasceu esse grande jornal, o nosso jornal A Notícia.

Santa Catarina tinha pouco mais de seiscentos mil habitantes, e era Governador naquele ano o senhor Hercílio Luz. Em Joinville, viviam apenas vinte e cinco mil pessoas.

O 'Kolonie Zeitung', já com sessenta anos de permanência na cidade, testemunhou

o nascimento deste co-irmão. Numa sala alugada, em imóvel ainda hoje existente na rua 3 de Maio, Aurino Soares, mais empresário do que jornalista, dá aquela forma toda especial ao desafio que o perseguira ao longo de muitos anos: a fundação de um jornal na cidade de Joinville.

No início, o jornal circulou semanalmente. Antônio Ramos Alvim é o primeiro redator-chefe, e logo Reinaldo Fonseca se torna o principal redator. Assim estavam acesas as luzes da vigilância para manter-se como um 'Semanário Independente', igualmente acesas permaneciam as salas dos radiotelegrafistas nas noites anteriores à circulação do jornal. Tudo isso para receber as notícias da cidade, do Estado, do País e até do exterior, através de agências daquela época.

O volume de anúncios e o padrão informativo e cultural asseguravam a circulação, que passava a bissemanal já em 1924. Nesse ano, a sede era na rua Conselheiro Mafra, hoje denominada Abdon Batista, e a tiragem era de 1.400 exemplares.

Em 9 de março de 1927, data de aniversário do Município, passa a ser publicado, pela primeira vez, sob a responsabilidade da editora A Notícia Ltda. No ano seguinte, a cidade já contava com 7 jornais e uma revista, destacando-se a liderança do periódico que hoje esta Casa homenageia, o nosso querido jornal A Notícia.

Em outubro de 1930, agora circulando diariamente, tem a maior tiragem do Estado.

O País vive naquele estado de sítio. O jornal era censurado, todavia vence os entraves e prossegue no seu propósito de informar fidedignamente e sem parcialidades.

Em 1931, na noite de 28 de julho, sofre a quase completa destruição de seu parque gráfico. Por doze dias não circula. Seus primeiros e difíceis dez anos de vida estavam reduzidos a um monte de escombros, pois havia sofrido um incêndio. Então, por cerca de um mês, é impresso em acanhado prédio, cedido por D. Pio de Freitas, saudoso Bispo de Joinville.

O ano de 1934 é de festa, com muitos discursos e até banda de música, A Notícia inaugura a primeira linotipo do Estado. Em 1935 já mantém sucursais em Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Porto União e Mafra, e em 1938 instala sua sucursal no Rio de Janeiro, então Capital do Brasil.

O avanço tecnológico e a necessidade de acompanhar o progresso levaram a diretoria da empresa a adquirir, em 05 de fevereiro de 1939, uma moderna rotativa, empreendimento saudado com inflamado discurso do Interventor do Estado, Dr. Nereu Ramos.

Para a época, a inovação é de tal proporção que 'A Notícia' se transforma no jornal de maior importância e prestígio de Santa Catarina, chegando mesmo a publicar, um ano depois, um suplemento semanal a cores, algo inédito para a época no Estado de Santa Catarina e no Brasil.

Tudo isso foi conquistado graças ao dinamismo de um homem chamado Aurino Soares. Ele havia conseguido construir um edifício sólido. 'A Notícia' contava a História e, mais que isso, ajudava a fazê-la. Com inegável competência, com arrojo e desassombro, ele entregava à sociedade catarinense e brasileira um órgão sério e respeitado. Foi o fruto de uma luta de mais de vinte anos, abruptamente interrompida na madrugada de 17 de dezembro de 1944, quando faleceu vitimado por um aneurisma.

Encerrava-se ali a primeira fase de 'A

Notícia'. Fase de lutas e de dificuldades, mas também de expressivas vitórias.

À morte do fundador, sucedem tempos ainda mais difíceis, e por longos dezoito meses seguidos o jornal não circula. Em decorrência da grave situação, procede-se a uma completa reformulação no quadro acionário e também no quadro diretivo da empresa.

Em 21 de outubro de 1956, Helmut Fallgatter liderou a compra das ações da empresa, juntamente com mais uma centena de acionistas, começando, assim, uma nova fase na história do jornal, que hoje esta Casa homenageia.

Há nomes ilustres entre os acionários, destacando-se Wittich Freitag e Baltasar Buschle, dentre tantos outros, que me permito não citar, dada a exiguidade do tempo - e a prudência nos diz que devemos ficar nestes.

O primeiro diretor-responsável dessa época foi o jornalista Juvenal Simões Santos. A postura é conservadora e ponderada, o que produz excelente penetração e credibilidade junto à opinião pública.

Nerval Pereira, meu amigo, redator esportivo ilustre, chega a redator-chefe e a diretor de redação, substituindo Heráclito Lobato, o mais importante profissional da empresa.

O dia 30 de abril de 1960 vai marcar a ascensão de Walter Hermann Meyer à Presidência, que dirigirá o jornal por sete anos. Cheguei a conviver muito de perto com o senhor Walter Meyer, cidadão exemplar, um idealista que procurava fazer do jornal um correto formador de opinião, relatando os fatos com veracidade, sem sensacionalismos, sem absurdos. 'A Notícia' lhe deve muito; os catarinenses lhe devemos mais!

Nesse tempo, o jornalismo esportivo ganha destaque, sobressaindo o trabalho competente do meu amigo Joel do Nascimento, o Maceió, e a promoção dos Destaques Esportivos do Ano, iniciativa do jornalista Jorge Antônio da Silva, também meu grande amigo, evento que ainda nesta sexta-feira, certamente com uma edição mais brilhante do que tantas que já brilharam em anos anteriores, premiará os melhores do esporte de Santa Catarina.

Em maio de 1967, Walter Meyer deixa a Presidência e é sucedido por Nerval Pereira. Muitos outros nomes, como Abelardo Gomes e Pedro Torrens, entre tantos, deveriam aqui ser destacados. Certamente isso tornaria meu discurso mais completo, todavia mais cansativo, e ainda assim não conseguiria mencionar todos que deram o melhor de suas vidas em favor de 'A Notícia'.

Em meados de 1977, o meu caro amigo Moacir Thomazi, já integrado aos quadros de 'A Notícia', começa a se envolver cada vez mais a fundo com o jornal. Um ano depois, assume a Presidência da empresa. Com capacidade, com firmeza e com determinação supera os obstáculos e coloca o jornal 'A Notícia' nos trilhos, dos quais não vai mais sair.

Aqui devo mencionar Luís Meneghim, que ingressou na empresa em 76 e foi seu redator-chefe. Cito ainda o meu particular amigo Henrique Carvalho e tantos outros colaboradores, que são verdadeiras colunas de sustentação no nosso querido jornal 'A Notícia'.

Em 31 de janeiro de 1980 começa uma nova fase, uma fase brilhante, que é a fase do 'off set', sendo a edição desse dia o maior empreendimento editorial-jornalístico já produzido em Santa Catarina. Nessa mesma data também é inaugurada a nova sede do jornal 'A Notícia'.

Senhores Deputados, autoridades, prezados amigos aqui presentes, o economista escocês Adam Smith costumava dizer que 'a ambição universal dos homens é viver colhendo o que nunca plantaram'. Não é esse o caso do jornal 'A Notícia'. Senão, vejamos:

Percorremos uma história de 75 anos, começada a 24 de fevereiro de 1923. Compreendendo seu passado e conhecendo o momento presente, não há dúvida de que o futuro de 'A Notícia' será ainda mais grandioso, porque grande é a constância adquirida pela persistência em arriscar-se em favor do que mais importa: presença de espírito e ousadia para opinar, acuidade nas relações com o mundo, originalidade e talento para produzir' (Romano Guardini). E assim é a 'A Notícia'.

Ela tem um quadro de funcionários e de colaboradores respeitadíssimo, e sua tiragem está entre as maiores e as melhores do Estado. Já faz tempo que não é mais apenas o jornal de Joinville para Joinville. Cada edição, em média com dezenas de páginas, mobiliza centenas de funcionários e colaboradores. Sua influência não é unicamente regional, mas alcança ressonância estadual e se projeta como um dos maiores do Sul do País em direção ao seu grande destino.

Diz-se que 'a imprensa pode faltar à sua nobre missão ética não só por ação, mas por omissão; não só pelo que divulga, mas pelo que silencia' (padre Fernando Bastos de Ávila). Mas eu lhes digo: 'A Notícia' não faltou nunca à sua missão, nem por ação, nem por omissão; nem pelo que divulgou, nem pelo que silenciou. Muito pelo contrário, esteve sempre presente. Por isso é grande, por isso impõe-se ao respeito dos catarinenses e consolida a sua credibilidade em nível nacional e internacional, tendo recebido, por conseguinte, o Prêmio Esso e o Prêmio Gutenberg, dentre outros.

Se é certo que 'todo homem que sabe ler tem em si o poder de engrandecer-se, de multiplicar maneiras de viver, de tornar a existência plena...' (Huxley), igualmente certo é que é grave a responsabilidade de quem escreve, ajudando a formar consciências. Tal é a missão do jornalista; tal a responsabilidade da imprensa.

Quem escreve em 'A Notícia'? Mais de uma centena de jornalistas estão envolvidos diariamente no trabalho de reportagem ou de edição: é Moacir Pereira, nosso grande amigo e competente comentarista político; é Toninho Neves, meu grande e particular amigo, com a sua imperdível e sempre palatável "Alça de Mira; é o nosso querido Maceió, que sabe tudo sobre o esporte - penso que é difícil alguém saber tanto sobre esporte como o nosso Maceió; é o João Carlos Vieira, na coluna social, é Joelson Betting, que mesmo distante vem aportar ali na redação de 'A Notícia' com os comentários de economia; é o nosso Apolinário Ternes, com os seus editoriais, que sempre mexem com a nossa opinião; sem falar nos cadernos já citados pelo meu Colega Carlito Merss, Autor do requerimento para esta homenagem, e tantos outros.

Eu dizia outro dia ao nosso caro Moacir Thomazi que vai sair também o caderno Metropolitano, que vai trazer as questões das nossas regiões metropolitanas, inserindo ali também o nosso orçamento regionalizado. Por que não?

'A Notícia' é um jornal atuante, é um jornal que se atualiza a cada dia e que presta as informações que o seu público leitor bem merece. Por isso, quem escreve em 'A Notícia' serve à causa do bem, ajuda a formar

gerações, sabendo que o poder da palavra no espírito humano é imenso, é uma realidade poderosa e bela. Poderosa, pelo que desencadeia; bela, porque enfeita, enriquece, valoriza, dignifica tudo quanto o homem faz.

Toda palavra transforma-se em semente, e o fruto será sempre o resultado do grão plantado. E quantas sementes, senhor Presidente, senhores Deputados, em 75 anos de tão rica história!

'A Notícia', pela qualidade dos homens que a construíram e dos que a sustêm, plantou muito, e bem! A missão até aqui foi cumprida; o futuro lhe pertence.

Parabéns, meu caro amigo Moacir Thomazi e toda a equipe de 'A Notícia'. Aos de ontem, aos que já partiram para a eternidade, aqui representados pelos seus filhos, pelos seus netos, pelos seus amigos. E aos que virão. Parabéns!

Parabéns ao Presidente e ao funcionário mais humilde. Ao jornalista e ao jornalista, que chega à minha porta para entregar o jornal contendo as informações que eu preciso para me alimentar e para bem desenvolver as minhas atividades.

Ninguém pode ficar excluído desta festa, ninguém pode ser esquecido nesta homenagem. Alegremo-nos, regozijemo-nos e brindemos estes 75 anos de 'A Notícia'."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedo a palavra ao senhor Deputado Ivo Konell.

O SR. DEPUTADO IVO KONELL - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor César Barros Pinto, digníssimo Secretário de Estado extraordinário para a Implantação da Qualidade e Produtividade, representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado;

Excelentíssimo senhor Diretor do jornal 'A Notícia', professor Moacir Thomazi, e digníssima esposa;

Excelentíssimo senhor Coronel Nilo Fontoura Nunes, digníssimo representante do Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo senhor professor Lúcio José Botelho, digníssimo Vice-Reitor, no exercício da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Deputado Adelor Vieira, digníssimo Quarto Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa;

Demais autoridades;

Senhores Deputados;

Senhora Deputada;

Senhores da Imprensa;

Diretores de A Notícia;

Funcionários e catarinenses aqui presentes.

Por deferência do nosso Líder, tenho a honra de falar em nome da Bancada do PMDB nesta oportunidade em que estamos homenageando, pela feliz iniciativa do Colega Carlito Merss, os 75 anos de atividades do jornal 'A Notícia'.

Para nós, que somos vizinhos de Joinville, o jornal 'A Notícia' realmente representa o que há de melhor em termos de informação, de confiabilidade, de credibilidade, porque esse jornal tem, na nossa opinião, uma característica que é fundamental para qualquer veículo de comunicação: o compromisso com a verdade.

Esta é a missão maior de todos os meios de comunicação, o compromisso com a

verdade, porque os jornais são formadores de opinião, e se nós não tivermos a informação comprometida com a verdade, jamais poderemos estar tranquilos, não teremos como nos orientar.

Esta característica do jornal 'A Notícia' realmente sempre foi notória, e por muitos anos venho lendo diariamente esse jornal. O jornal para nós é como o próprio alimento, porque sem sua leitura nos falta algo. Essa é a influência que tem o jornal da nossa preferência, aquele que lemos diariamente, que acreditamos mais, porque ele tem na sua composição algo que nos é agradável, algo que é uma forma de nos fazer sentir bem, porque só passamos a nos sentir bem quando estamos bem informados.

O jornal 'A Notícia' tem essa formatação, tem esse conteúdo. É um jornal leve, de fácil leitura, que tem abordagem diária de todos os temas que interessam à sociedade e muito mais a nós, que somos políticos.

Muitas vezes não ficamos contentes com as notícias que são estampas. Uma pesquisa pode não nos ser favorável, uma outra matéria qualquer pode não ser de nosso interesse direto, mas aí voltamos naquele mesmo assunto: desde que a matéria reflita a verdade, nós não teremos jamais qualquer tipo de restrição a ser feita.

O jornal 'A Notícia' - e todos nós conhecemos a sua história - tem um outro componente que julgamos fundamental: é dirigido por um professor. E ninguém é melhor do que um professor para fazer as coisas bem feitas, para ensinar corretamente a todos aqueles que compõem a sua equipe de trabalho, os seus diretores, os seus funcionários, que são algumas centenas. E todos eles, sob a orientação do professor, estão comprometidos com a verdade para a população catarinense.

Nós queremos, ao finalizar, invocar as bênçãos do Cristo que está aqui acima de nós. Que continue abençoando essa grande família do jornal 'A Notícia', de Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa;

Excelentíssimo senhor César de Barros Pinto, digníssimo Secretário de Estado, representando Sua Excelência o Governador de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Coronel Nilo Fontoura Nunes, representante do Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo senhor professor Lúcio José Botelho, digníssimo Vice-Reitor, no exercício da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Deputado Adelor Vieira, Quarto Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa;

Excelentíssima senhora Sílvia Thomazi, digníssima Vice-Presidente do jornal 'A Notícia';

Excelentíssimo senhor Moacir Thomazi, digníssimo Presidente do jornal 'A Notícia';

Senhores Deputados;

Senhora Deputada;

Representantes da família 'A Notícia';

Catarinenses de Joinville e região,

que hoje vêm a esta Casa para, juntamente conosco, dizer numa sessão solene o quando esta instituição jornalística tem feito de bem para o nosso Estado.

Permita-me, senhor Moacir Thomazi e senhora Sílvia Thomazi, mesmo na condição solene que esta sessão se propõe a ser, usar de informalidade para dizer o quanto nós todos somos reconhecidos e o quanto nós somos gratos por esta oportunidade.

Por delegação da minha Bancada, venho, em nome do Partido Progressista Brasileiro, dizer da alegria que toma conta de todos nós e do orgulho que a nossa Bancada tem de nesta noite especial estar aqui homenageando o jornal 'A Notícia'.

Certamente, lendo o livro a que se referia o proponente desta sessão solene, o Deputado Carlito Merss, quando se referia ao fundador Aurino Soares, também tentava imaginar a Joinville dos anos 20, a nossa Joinville conservadora, a nossa Joinville com seus traços marcadamente germânicos. E lá estava, como diz Apolinário Ternes, uma pessoa de pele amorenada, Aurino Soares, a querer criar em Joinville dos anos 20 um jornal. E a experiência, que tinha tudo para se transformar em mais uma das tantas que ali estavam sendo produzidas com todas as características daquele momento, tornou-se vitoriosa.

Durante esses 75 anos, por um pequeno lapso de tempo, de 1944 a 1946, o jornal, por um processo de transição quando da morte de Aurino Soares, deixou de circular. Durante todos os demais dias, meses e anos esteve presente o jornal A Notícia a dizer da importância dos fatos históricos que este Estado e este País viveram.

Quantas e quantas vezes, senhora Sílvia e senhor Moacir... E permitam-me, em nome dessas pessoas, referenciar também o Ernani, o Armando, o Meneghin, o Lazzari, o querido Português, o senhor Henrique, que veio para Florianópolis e tornou um jornal de interior o jornal de Santa Catarina.

Essas pessoas que nós citamos e outras que não foram citadas, mas que fazem parte da história e serão parte sempre, têm um papel fundamental, porque quantas e quantas vezes nós, aqui desta tribuna, senhor Moacir e senhora Sílvia, nos referimos ao jornal 'A Notícia' nos nossos pronunciamentos, ancorados muitas vezes pela excelência de um jornalista chamado Moacir Pereira, só para citar um dos tantos, para podermos retratar os fatos importantes da política, do dia-a-dia, da economia, da história, da atividade social deste Estado. Isso tudo faz parte da história de Santa Catarina e lá está o jornal A Notícia.

Vou me permitir rapidamente, para finalizar, citar uma pessoa que aprendi a conhecer a partir de 1980, quando vim com a minha família morar em Joinville, a uma quadra do parque gráfico desse jornal.

Nascia aí uma relação de intimidade com alguém chamado Moacir Thomazi, que conheci em Joinville discutindo o plantio de hortaliças, de árvores frutíferas, isso para mostrar o outro lado de alguém, o lado humano desse empresário de sucesso, desse empresário que nos honra e orgulha, e certamente toda a família do jornal 'A Notícia' também aprendeu a se orgulhar dessa personalidade.

Moacir Thomazi sempre diz que foi junto com a família desse jornal, e nunca sozinho, que produziu essa excelência de comprometimento jornalístico chamado 'A Notícia'.

Ainda bem que Santa Catarina tem o jornal 'A Notícia', ainda bem que os catarinenses podem desfrutar desse veículo de comunicação.

Para finalizar, quero agradecer e dizer que foi uma honra a Assembléia Legislativa poder fazer essa homenagem. E podem ter certeza, senhores da família do jornal 'A Notícia', que a honra não é apenas de vocês, é de todos nós, pelo convívio, por esse instrumento que se torna uma verdade no dia-a-dia, porque a pauta de trabalho das rádios, a pauta de trabalho das televisões são normalmente ancoradas nas matérias jornalísticas que se produzem.

Ao encerrar, volto a parabenizar, em nome de todos nós e especialmente em nome da Bancada do PPB, o jornal 'A Notícia'. Parabéns à família 'A Notícia' e obrigado por ter brindado Santa Catarina e os catarinenses com esse jornal.

Parabéns a todos vocês!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ouvidas as manifestações dos senhores Deputados, nós vamos quebrar o protocolo desta sessão solene, a pedido, e conceder a palavra para uma breve manifestação justa e merecida da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista, através da palavra do senhor Presidente Ciro Barreto.

Com a palavra o senhor Ciro Barreto.

O SR. CÍRO BARRETO - A imprensa de Santa Catarina nada fica a dever à brasileira. Principalmente quando se trata de A Notícia, um jornal que sintetiza e projeta o verdadeiro espírito da família catarinense nos seus questionamentos internos, na sua dinâmica, nas suas aspirações.

Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, meu estimado amigo, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Cesar de Barros Pinto, digníssimo Secretário de Estado Extraordinário para Implantação da Qualidade e Produtividade, representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Paulo Afonso Evangelista Vieira;

Excelentíssimo senhor Moacir G. Thomazi, Diretor-Presidente do Jornal A Notícia e Vice-Presidente da Associação Catarinense de Imprensa, para gáudio e satisfação de toda a nossa imprensa;

Excelentíssima senhora dona Sylvia G. Thomazi, digníssima Diretora Vice-Presidente do Jornal A Notícia;

Excelentíssimo senhor Coronel Nilo Fontoura Nunes, digníssimo representante do Excelentíssimo senhor Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo senhor Professor Lúcio José Botelho, digníssimo Reitor no exercício da Reitoria da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Deputado Adelor Vieira; digníssimo Quarto Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

(Passa a ler)

"Buscar a identidade é responder a uma pergunta aparentemente simples: quem sou eu?

No entanto, este sempre foi um dos questionamentos mais complexos na hora das explicações.

Não é sem razão que até a Bíblia começa suas citações com o famoso contexto: no princípio era o verbo.

Mas quem era o verbo, a ação ou o sujeito que a executa?

Portanto, identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto.

Identidade é uma metamorfose.

Identidade social é isso, crise, contradição, mudança e transformação.

Como afirma Antônio Ciampa 'é sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável movimentação.'

Fiel a este conceito e sem desvirtuá-lo no curso de sua ascendente trajetória, A Notícia identificou-se com o leitor e este consigo numa simbiose bastante incomum.

Ambos se completam e formam um todo, cujo binômio é marcado pela credibilidade e pela confiabilidade. Daí ser reconhecido não como uma simples logomarca, mas como o grande jornal de Santa Catarina e poder assumir na plenitude dessa ocasião a homenagem da gente Barriga-Verde nesta augusta Casa."

A história da imprensa tem parâmetros libertários contra a ordem dominante. E assim tem sido no passado nas suas origens até a presente data um moderno jornalismo investigativo também encetado pela nossa notícia.

Mas é válido lembrar aqui que:

(Passa a ler)

"Em julho de 1831 que começou a circular em Laguna o jornal literário e político 'O Catarinense', fundado por Jerônimo Coelho. Nas suas páginas estava escrita a sugestiva citação de seu criador: 'Se o crítico mordaz censura a imprensa, quem não escreve, então, que faz? que pensa?'"

Isso nos leva a muitas considerações.

Escrever é uma arte, um dom, uma habilidade, um hobby, um dever? Talvez tudo isso e muito mais. É a possibilidade de registrar o pensamento, o sentimento, o desejo, o 'dêjà vue', o imaginado, o projetado. Escrever é mostrar-se por inteiro, é sujeitar-se à análise de si e dos outros, é aceitar ou não a discordância de opiniões, é discordar ou não da aceitação, enfim, escrever é imprescindível.

Por isso o jornalista vive escrevendo ou escreve para viver ou escreve o que vive. Contextualiza a história, o momento, o flagrante, a oportunidade, o evento, o fato e assim por diante.

O jornal é, portanto, o registro do consuetudinário, o avalista das ocorrências, o foco da notícia, o local da consulta informativa, às vezes, por que não dizer, o 'pomo da discórdia'.

Do 'O Catarinense' aos nossos dias, caracteriza-se uma existência onde as mudanças foram as mais significativas: da pena à esferográfica, da tradicional máquina de escrever ao computador, do linotipo ao 'off-set', da notícia 'boca em boca' à informatização via satélite e tantas outras novidades como o jornalismo 'on line'.

No entanto, cada jornal que surge e vive tem sempre um significado novo: é uma chance a mais de expressar opiniões, de difundir idéias, de emitir conceitos, de ser a ferramenta do processo de decisão.

O jornal A Notícia, como seu antecessor glorioso, 'O Catarinense', desponta para ocupar um espaço onde a verdade é o suporte da inspiração ético-profissional e a fonte suprema das realizações.

Neste evoluir, a cada dia que passa amplia a sua enorme faixa de leitores e assinantes em todas as regiões deste Estado, transformando-se numa grande prestadora de serviços voltada à verdadeira integração dos catarinenses e, por isso mesmo, caudatária da confiabilidade pública. Por que as novas idéias que faz circular diariamente estão a mercê de uma equipe tão bem dirigida por Moacir G. Thomazi e que faz o conceito de um grande administrador, Gustavo Corcel, que dizia que

administrar é acima de tudo escolher. Daí os nossos parabéns a Moacir e a essa notória equipe de profissionais que honra a pena catarinense.

Eu gostaria de frisar nesse término das minhas palavras que vocês jornalistas integrantes da equipe de Moacir Thomazi caminhem numa só direção, onde as manchetes e colunas do amanhã sejam coroadas pela democratização da comunicação e da justiça social em todos os níveis."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Tenho a honra, neste momento, em nome da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, de passar às mãos do Presidente do jornal A Notícia a medalha da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, como a forma de homenagem pelo transcurso desses 75 anos informando Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Concedo a palavra ao senhor Moacir Thomazi.

O SR. MOACIR THOMAZI - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Cesar de Barros Pinto, digníssimo Secretário de Estado Extraordinário para Implantação da Qualidade e Produtividade, representando o Excelentíssimo senhor Governador do Estado;

Excelentíssimo senhor Coronel Nilo Fontoura Nunes, digníssimo representante do Excelentíssimo senhor Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo professor Lúcio José Botelho, digníssimo Vice-Reitor no exercício da Reitoria da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Deputado Adelor Vieira, digníssimo Quarto Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa;

Senhora Deputada; senhores Deputados; demais autoridades presentes; prezado Presidente da Associação Catarinense de Imprensa, jornalista Ciro Barreto; colegas membros da diretoria do jornal A Notícia; meus senhores e minhas senhoras.

(Passa a ler)

"Para mim é uma honra muito especial poder dirigir algumas palavras em Plenário tão nobre e para platéia tão representativa.

Que sejam minhas palavras iniciais de agradecimento ao Poder Legislativo de Santa Catarina, aos eminentes senhores Deputados e, em particular, ao representante do Norte catarinense, o Deputado Carlito Merss, Autor da proposição dessa homenagem ao jornal A Notícia pela passagem dos seus 75 anos de fundação.

Jornalismo e política têm estreita convivência, e não são poucos os catarinenses e brasileiros que simultaneamente trilham os caminhos da política e do jornalismo.

A convivência vem desde os primórdios da nossa história, mesmo aqui em Santa Catarina, com o Patrono da Imprensa Jerônimo Coelho, que além de exercer o jornalismo, foi Conselheiro do Império. Muitos e significativos são outros casos de jornalistas brilhantes que também exerceram a política. Nomes polêmicos como Ruy Barbosa, Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand são alguns exemplos.

A verdade, como disse Ruy, é que a 'imprensa é a vista da Nação', 'pela imprensa a Nação respira. Como também pela imprensa ouve e fala a Nação'. Para Ruy Barbosa, 'o jor-

nalista é o político do povo'.

Senhor Presidente e nobres senhores Deputados, é difícil e também nobre a missão da imprensa. Diria que é tão difícil quanto o exercício da política. Da imprensa, o povo reclama a verdade e a independência, e do político este mesmo povo necessita sempre do estadista.

Assim, em tempos velozes como os que vivemos, tanto o exercício da política quanto o do jornalismo, exigem de todos nós muito mais do que virtudes ou talentos, exige generosidade e humildade.

Os jornalistas, como observadores e intérpretes do cotidiano, muitas vezes cometem erros. E eles podem ser fatais em relação à dignidade e à honra dos outros, sejam de pessoas ou instituições. É preciso, portanto, permanente vigilância, pois não se deve errar, o jornalismo não pode nunca se acovardar. Precisa estar sempre, como diz a canção, 'atento e forte'.

Nos 75 anos de A Notícia, desde o distante 24 de fevereiro de 1923, quando o jornalista Aurino Soares colocou nas ruas a primeira edição de seu então semanário, a trajetória da empresa conheceu diferentes fases e tantas outras mudanças. De semanário para bissemanário. Finalmente diário, já no início da década de 1930.

O jornal conheceria prestígio e importância no Sul do Brasil, ainda nas mãos de seu fundador, ao longo do período da Segunda Grande Guerra, quando chegou a editar até duas edições diárias, com amplo noticiário sobre a Europa em guerra. Aurino Soares faleceu repentinamente, em dezembro de 1944, forçando a paralisação da empresa.

Esta só viria a retomar suas atividades e imprimir o jornal A Notícia, já com novos proprietários, em 1946. Uma década após, no ano de 1956, o jornal mudaria de mãos mais uma vez, quando uma sociedade anônima de 150 acionistas, quase todos joinvilenses, liderados por Helmut Fallgatter, imprimiria novos rumos à empresa.

A última fase de A Notícia, classificaram os estudiosos da história do jornal, inicia-se no ano de 1978, quando fomos escolhidos pelos controladores da empresa para recolocá-la nos trilhos ou mesmo para encerrar por definitivo sua trajetória.

Convencidos da importância, do prestígio e da viabilidade empresarial de A Notícia, empreendemos um ambicioso projeto de expansão que, iniciado há 19 anos, coloca hoje o nome de A Notícia como um dos mais importantes veículos de comunicação do Sul do País e, sem falsa vaidade ou orgulho equivocado, como um dos jornais brasileiros de maior prestígio e respeito junto a leitores e anunciantes.

Com energia e disciplina, duas das características da cultura joinvilense, traço maior dos imigrantes que transformaram Santa Catarina num celeiro industrial e num Estado de inegável qualidade de vida, A Notícia conseguiu crescer e se espalhar por todo o território catarinense, onde chega já nas primeiras horas da manhã, até mesmo na distante São Miguel d'Oeste. Genuinamente barriga-verde, integra os catarinenses de todas as regiões de nosso Estado.

As homenagens que recebemos nesta Casa do Povo, onde se exercita soberanamente o ofício das leis e dos Códigos, não são apenas para nós que militamos nas diferentes áreas em que se organiza uma empresa de comunicação, como também ao povo catarinense.

A homenagem engrandece a todos nós, os mais de 800 funcionários da empresa, e nos amplia a responsabilidade em nos mantermos fiéis a este patrimônio: o de merecer, o nosso jornal, o apoio e o reconhecimento da sociedade catarinense.

O maior patrimônio de A Notícia é, sem dúvida, o prestígio que sempre recebeu das autoridades, dos políticos, dos empresários, dos servidores públicos, dos artistas, dos intelectuais, dos estudantes, das crianças e dos jovens e dos idosos.

Na chegada dos 75 anos, desejamos agradecer, comovidos, as generosas manifestações dos eminentes oradores que nos antecederam e assegurar a todos os ilustres Deputados e à sociedade catarinense que continuaremos no exercício da nossa missão, 'atentos e fortes', em defesa dos mesmos princípios que nos solidarizaram - jornalistas e políticos - em favor do engrandecimento da nossa terra e da nossa gente.

Para encerrar queremos repetir aqui uma máxima do jornalista brasileiro Alberto Dines, já citada em 03/03/93 na homenagem que recebemos desta Casa quando comemoramos 70 anos: 'o jornal não acaba, sempre há um no dia seguinte. O êxito ou fracasso de uma edição terminam exatamente no dia seguinte, na edição posterior'.

E isto é o que nos obriga, a cada dia, não apenas repetir mais, melhorar o esforço e a dedicação da edição do dia seguinte."

Obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Excelentíssimas autoridades, senhores Deputados e senhores assistentes.

(Passa a ler)

"Ao homenagearmos este importante veículo da imprensa, lançamos um apelo a jornalistas e empresários da comunicação pedindo atenção ao papel histórico e responsabilidade social de cada um.

Mesmo vivendo sob regimes capitalistas, os homens de comunicação, a exemplo daqueles que trabalham com saúde e educação, devem ter claro que, ao anseio do lucro comercial, sempre deve preponderar a ética profissional.

Elogios e complacência aos poderosos jamais devem ser artigos de balcão da imprensa livre e independente.

Só assim a imprensa participa dignamente da grande jornada para a conquista de um patamar civilizatório mais elevado para a Nação brasileira, onde todos os homens terão as mesmas oportunidades, partilhando todos do bem-estar que geraremos juntos.

Parabéns, A Notícia, por ter sobrevivido nestes 75 anos, mantendo vivos os mesmos ideais do seu fundador, Aurino Soares, alimentados pelo idealismo e a crença na possibilidade de mudanças e de uma sociedade melhor.

Parabéns aos profissionais que escrevem em capítulos diários a história de Santa Catarina.

Parabéns aos ativos, corajosos e justos que oferecem a verdade a seus leitores.

Parabéns, comunidade de Joinville, que por dois terços de século oferece A Notícia aos catarinenses."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Esta Presidência convida a todos os presentes para, de pé, ouvirmos a execução do Hino do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do Hino do Estado de Santa Catarina.)

Vamos fazer o registro das excelentíssimas autoridades presentes nesta sessão:

Senhor Salomão Ribas Junior, Conselheiro do Tribunal de Contas;

Senhor Odimar Pacheco, Prefeito de Imarú;

Senhora Célia Fernandes, Prefeita de Gravatal;

Senhor Manoel Cordeiro Júnior, representante do Procurador Geral do Estado;

Senhor Celso José Pereira, Diretor-Presidente da Cohab/SC;

Senhor Sílvio Luzardo, representando o senhor Coronel Comandante da 16ª Circunscrição do Serviço Militar;

Senhor Geovah Amarante, Vice-Presidente da Telesc;

Senhor Lauro Salvador, assessor da Prefeitura Municipal de Joinville, representando o Vice-Prefeito de Joinville;

Senhor Paulo Heyse, Secretário do Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Mafra/SC;

Senhor Enio Carneiro da Cunha Luz, advogado, representando o senhor Presidente da OAB/SC;

Senhor Rogério Nelson Tremil, Presidente da Aci de Porto Alegre, Associação Comercial e Industrial;

Senhor Tadeu João Schlickmann, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Florianópolis, representando o Conselho Regional de Contabilidade;

Senhora Claudete Frenzel, Presidente da Associação Joinvilense de Obras Sociais;

Senhora Donalda Kalef, Presidente da Rede de Combate ao Câncer de Joinville;

Senhor Nilson Wilson Bender, ex-Prefeito de Joinville;

Senhor Ciro Barreto, Presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

Senhor Moacir Pereira, jornalista;

Senhor Moacir Benvenutti, colunista do jornal A Notícia;

Senhor Rogério Matorano, jornalista de A Notícia da região serrana;

Senhor Gilberto Nahas, jornalista e Presidente da Associação dos ex-Combatentes do Estado de Santa Catarina;

Senhorita Bárbara Gieseler, miss de Santa Catarina/1998;

Senhores Diretores do jornal A Notícia, Ernani Thomazi, Armando Thomazi, Helmuth Kleczewski, Luiz Meneghim e Edson Roberto Auerhahn;

Senhor Tenente Coronel Edson Souza, representante do senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

Senhor Paulo Prisco Paraíso, jornalista, e demais autoridades que aqui se fazem presentes.

Um agradecimento especial à Banda da Polícia Militar de Santa Catarina pela sua apresentação nesta noite.

Agradecemos a presença de todos que aqui compareceram e encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA**RESOLUÇÕES****RESOLUÇÃO Nº 258/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR COMISSÃO PERMANENTE, formada pelos servidores JOSÉ CARLOS BRESCIANI, matrícula nº 1395, ALDO LUIZ GARCIA, matrícula nº 1094 e HENRIQUE JOSÉ DA COSTA, matrícula nº 0772, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, proceder o recebimento de todo e qualquer material adquirido por este Poder Legislativo.

Parágrafo único - Para o recebimento dos materiais citados no *caput* deste artigo, a Comissão Permanente deverá se fazer acompanhada de um servidor pertencente a área requisitante.

Art. 2º - Atribuir aos servidores designados para compor a referida Comissão, o benefício previsto na Resolução nº 1359, de 14/11/94.

Art. 3º - Ficam revogadas as Resoluções nºs 1128/94, 914/95, 1300/97, 060/98, 100/98, 121/98 e demais disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/98.

Palácio Barriga-Verde, em 01/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 259/98**Constitui Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, formada pelos servidores FÁBIO DE MAGALHÃES FURLAN, matrícula nº 1936 - Advogado, que à presidirá, PAULO HENRIQUE ROCHA FARIA JÚNIOR, matrícula nº 1011 - Advogado - vice-Presidente, ISABELA VIEIRA SCHUMACHER, matrícula nº 2538 - Advogada, JUÇARA HELENA REBELATO, matrícula nº 2543 - Advogada e LUIZ ALBERTO SECCON, matrícula nº 425 - Advogado, pelo período de 01 (um) ano.

Parágrafo único - Designar a servidora BERNADETE ALBANI LEIRIA, matrícula nº 1998, ocupante do cargo de Datilógrafo, Código PL/ATM-8-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer a função de Secretária da Comissão.

Art. 2º - Ficam revogadas as Resoluções nºs 1097/95, 019/97, 021/98 e demais disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/98.

Palácio Barriga-Verde, em 01/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**PORTARIAS****PORTARIA Nº 135/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 034, de 13/01/98.

Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 136/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE: de conformidade com o art. 154,

parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONSTITUIR Comissão de Sindicância, formada pelos servidores JAYSON PRATES SILVA, matrícula nº 1367 - Advogado; JOÃO ROBERTO PIO, matrícula nº 1175 - Datilógrafo e; CIRO SILVEIRA, matrícula nº 1500 - Datilógrafo, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar responsabilidades referente ao acidente que envolveu o veículo oficial deste Poder, marca Ford/Escort GL, placa LXS-1884, ocorrido no dia 20/03/98, no município de Balneário Camboriú/SC.

Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 137/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

RESOLVE:

LOTAR OLÍVIO ARMANDO DOS SANTOS, matrícula nº 1605, na Divisão de Recursos Materiais (Setor de Patrimônio).

Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 138/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

LOTAR ANA MARIA MAIA RAMOS, matrícula nº 1606, na Divisão de Saúde (Seção de Enfermagem).

Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 139/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

LOTAR PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA, matrícula nº 1830, no Gabinete da UNALE.

Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 140/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

LOTAR ANTÔNIO CARLOS MORRO, matrícula nº 1359, na Comissão de Finanças e Tributação.

Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 141/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR MARIA REGINA GARCIA PEREIRA, matrícula nº 1232, na Assessoria Legislativa Parlamentar.
Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 142/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO, matrícula nº 1608, no Gabinete do Deputado Carlito Merss.
Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 143/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR JOSÉ MAURÍCIO CORDEIRO, matrícula nº 1933, na Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.
Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 144/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR RITA DE CÁSSIA ALTHOFF COUTINHO, matrícula nº 1579, na Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.
Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 145/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR AMÉLIA NOVAES CORDEIRO, matrícula nº 1375, na Comissão de Saúde e Meio-Ambiente.
Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 146/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR MARLY JACQUES, matrícula nº 0421, na Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.
Palácio Barriga-Verde, em 1º/04/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 034/98**

Declara de utilidade pública

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Estudos e Divulgação Corânica, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 25 de março de 1998.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

Lido no Expediente

Sessão de 26/03/98

JUSTIFICAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA EGRÉGIA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

À luz do Art. 50 da Carta Magna Estadual, coadunado com o Art. 111, Inciso I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, honra-me sobremaneira submeter à elevada aquilatação de VV. Exas. projeto de lei que "declara de utilidade pública o Núcleo de Estudos e Divulgação Corânica, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis."

Para tanto, acosto à proposição os documentos que a legislação exige.

Por considerarmos justa e merecida a pretensão, solicito a apreciação e posterior aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 035/98**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3335**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto".

Palácio Santa Catarina, 25 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/98

PROJETO DE LEI Nº 035/98

Autoriza a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, no valor de R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais), anulando parcialmente nas atividades abaixo discriminadas os seguintes elementos e subelementos de despesa:

4500	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
4501	GABINETE DO SECRETÁRIO
Atividade	Administração e Manutenção da
	I Coordenadoria Regional de Educação
Código	4501.08070212.389
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00	Pessoal
3111.00	(00) Pessoal Civil..... R\$ 10.000,00
3120.00	(00) Material de Consumo..... R\$ 40.000,00
3130.00	Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00) Outros Serviços e Encargos..... R\$ 25.000,00
Atividade	Administração e Manutenção da
	VI Coordenadoria Regional de Educação
Código	4501.08070212.394
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00	Pessoal
3111.00	(00) Pessoal Civil..... R\$ 12.000,00
3120.00	(00) Material de Consumo..... R\$ 10.000,00
3130.00	Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00) Outros Serviços e Encargos..... R\$ 7.000,00
Atividade	Administração e Manutenção da
	VII Coordenadoria Regional de Educação
Código	4501.08070212.395
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00	Pessoal
3111.00	(00) Pessoal Civil..... R\$ 14.000,00
3120.00	(00) Material de Consumo..... R\$ 12.000,00
3130.00	Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00) Outros Serviços e Encargos..... R\$ 8.000,00
Atividade	Administração e Manutenção da
	XII Coordenadoria Regional de Educação
Código	4501.08070212.403
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00	Pessoal
3111.00	(00) Pessoal Civil..... R\$ 15.000,00
3120.00	(00) Material de Consumo..... R\$ 12.000,00

3130.00		Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00)	Outros Serviços e Encargos.....R\$ 8.000,00
Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados nas atividades abaixo discriminadas os seguintes elementos e subelementos de despesa:		
4500		SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
4501		GABINETE DO SECRETÁRIO
Atividade		Administração e Manutenção da XXIII Coordenadoria Regional de Educação
Código		4501.08070212.400
3000.00		DESPESAS CORRENTES
3100.00		DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00		Pessoal
3111.00	(00)	Pessoal Civil.....R\$ 15.000,00
3120.00	(00)	Material de Consumo.....R\$ 12.000,00
3130.00		Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00)	Outros Serviços e Encargos.....R\$ 8.000,00
Atividade		Administração e Manutenção da XXIV Coordenadoria Regional de Educação
Código		4501.08070212.411
3000.00		DESPESAS CORRENTES
3100.00		DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00		Pessoal
3111.00	(00)	Pessoal Civil.....R\$ 14.000,00
3120.00	(00)	Material de Consumo.....R\$ 12.000,00
3130.00		Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00)	Outros Serviços e Encargos.....R\$ 8.000,00
Atividade		Administração e Manutenção da XXV Coordenadoria Regional de Educação
Código		4501.08070212.416
3000.00		DESPESAS CORRENTES
3100.00		DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00		Pessoal
3111.00	(00)	Pessoal Civil.....R\$ 12.000,00
3120.00	(00)	Material de Consumo.....R\$ 10.000,00
3130.00		Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00)	Outros Serviços e Encargos.....R\$ 7.000,00
Atividade		Administração e Manutenção da XXVI Coordenadoria Regional de Educação
Código		4501.08070212.417
3000.00		DESPESAS CORRENTES
3100.00		DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00		Pessoal
3111.00	(00)	Pessoal Civil.....R\$ 10.000,00
3120.00	(00)	Material de Consumo.....R\$ 40.000,00
3130.00		Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00)	Outros Serviços e Encargos.....R\$ 25.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEF Nº 037/98

Em 09 de fevereiro de 1998

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva abrir crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, no montante de R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais).

A suplementação de dotações orçamentárias torna-se necessária para atender despesas com a manutenção de quatro novas Coordenadorias Regionais de Educação, criadas pela Lei nº 10.612, de 16 de dezembro de 1997.

Para efetuar a abertura de crédito especial, estamos propondo a anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas às atividades "Administração e Manutenção da I Coordenadoria Regional de Educação", "Administração e Manutenção da VI Coordenadoria Regional de Educação", "Administração e Manutenção da VII Coordenadoria Regional de Educação" e "Administração e Manutenção da XII Coordenadoria Regional de Educação".

Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para o setor educacional, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Nelson Wedekin

Secretário de Estado da Fazenda

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 036/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3336

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiário Milton José de Souza.

Palácio Santa Catarina, 25 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/98

PROJETO DE LEI Nº 036/98

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a **MILTON JOSÉ DE SOUZA**, nascido em 18 de maio de 1955, portador do CPF nº 729.695.559-72, Processo SJCP 2173/964, residente em Jaguaruna, pensão mensal equivalente ao menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá do beneficiário, anualmente, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte do beneficiário;

II - pela entrega do beneficiário à responsabilidade do Estado;

III - pela mudança de residência do beneficiário para outro Estado da Federação;

IV - passando o beneficiário a perceber outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal;

V - por ter o beneficiário readquirido as condições para desempenhar atividade produtiva.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III e IV, implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 037/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3337

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiária Jussiria Januária.

Palácio Santa Catarina, 25 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/98

PROJETO DE LEI Nº 037/98

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a **JUSSIRIA JANUÁRIA**, nascida em 15 de agosto de 1959, portadora do CPF nº 480.054.369-04 e do RG 5/R 1.189.898, processo SJCP 1236/970, residente em Jaguaruna, pensão mensal equivalente ao menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá da beneficiária, anualmente, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte da beneficiária;

II - pela entrega da beneficiária à responsabilidade do Estado;

III - pela mudança de residência da beneficiária para outro Estado da Federação;

IV - passando a beneficiária a perceber outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal;

V - por ter a beneficiária readquirido as condições para desempenhar atividade produtiva.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III, IV e V, implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 038/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3338

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiária Terezinha de Jesus.

Palácio Santa Catarina, 25 de março de 1998.
PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 30/03/98

PROJETO DE LEI Nº 038/98

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a **TEREZINHA DE JESUS**, nascida em 12 de março de 1950, representada por sua curadora Marta Carvalho de Souza, portadora do CPF nº 983.552.289-87 e RG nº 20/R-1.023.555, processo SJCP 1520/954, residente em Jaguaruna, pensão mensal equivalente ao menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá do beneficiário, anualmente, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte da beneficiária;

II - pela entrega da beneficiária à responsabilidade do Estado;

III - pela mudança de residência da beneficiária para outro Estado da Federação;

IV - passando a beneficiária a perceber outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal;

V - por ter a beneficiária readquirido as condições para desempenhar atividade produtiva.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III, IV e V, implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 039/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3339

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiária Elenice Carvalho Duarte.

Palácio Santa Catarina, 25 de março de 1998.
PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 30/03/98

PROJETO DE LEI Nº 039/98

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a **ELENICE CARVALHO DUARTE**, nascida em 27 de julho de 1973, representada por sua mãe Maria Ziza Carvalho Duarte, portadora do CPF nº 016.242.349-76, Processo SJCP nº 872/954, residente em Florianópolis, pensão mensal equivalente ao menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá da beneficiária, anualmente, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte da beneficiária;

II - pela entrega da beneficiária à responsabilidade do Estado;

III - pela mudança de residência da beneficiária para outro Estado da Federação;

IV - passando a beneficiária a perceber outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III e IV, implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 040/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3340

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiária Veronica Karvat.

Palácio Santa Catarina, 25 de março de 1998.
PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/98

PROJETO DE LEI Nº 040/98

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a **VERONICA KARVAT**, nascida em 10 de maio de 1936, portadora do CPF nº 862.648.429-15 e do RG nº 9/R-1.194.446, processo SJCP 71/978, residente em Papanduva, pensão mensal equivalente ao menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá da beneficiária, anualmente, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte da beneficiária;

II - pela entrega da beneficiária à responsabilidade do Estado;

III - pela mudança de residência da beneficiária para outro Estado da Federação;

IV - passando a beneficiária a perceber outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal.

V - por ter a beneficiária readquirido as condições para desempenhar atividade produtiva.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III, IV e V implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO DP Nº 004/98

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, com fulcro no inciso XIX do art. 40, da Constituição Estadual e inciso XI do artigo 12 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dispõe sobre a junção das Comissões afins criadas pela Resolução DP nº 081/94

Art. 1º - As Comissões constantes do inciso I e II, do art. 3º da Resolução DP nº 081/94, passam a designar-se por COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS, CONTRATOS E DE REGISTRO CADASTRAL.

§ 1º - Com a juntura das Comissões referenciadas no artigo anterior, a Comissão de Elaboração de Editais, Contratos e de Registro Cadastral passa a Ter três membros.

§ 2º - A Comissão supramencionada no parágrafo primeiro compor-se-á por servidores bacharéis em direito e/ou administração.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde,

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Francisco Küster - 1º Vice-Presidente

Deputado Vanderlei Rosso - 2º Vice-Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/98

*** X X X ***